

Geruza de Fátima Tomé

Os Camelôs da Cidade de Marília-SP uma Investigação
sobre as Determinações de suas Trajetórias Ocupacionais

Marília
2003



Geruza de Fátima Tomé

**OS CAMELÔS DA CIDADE DE MARÍLIA-SP: UMA
INVESTIGAÇÃO SOBRE AS DETERMINAÇÕES DE SUAS
TRAJETÓRIAS OCUPACIONAIS.**

Marília, maio de 2003



Geruza de Fátima Tomé

**OS CAMELÔS DA CIDADE DE MARÍLIA-SP: UMA
INVESTIGAÇÃO SOBRE AS DETERMINAÇÕES DE SUAS
TRAJETÓRIAS OCUPACIONAIS.**

Dissertação apresentada à Faculdade de
Filosofia e Ciências da Universidade
Estadual Paulista – Unesp – Campus de
Marília, para a obtenção do título de mestre
em Ciências Sociais (área de concentração
de estudos: sociologia da indústria e do
trabalho)

1410001469

Mestranda: Geruza de Fátima Tomé



Orientador: Prof. Dr. Giovanni Alves

Marília, maio de 2003



UN001138593

Nº cham 301.444
T656c

Nº Tomé 1469

Aquisição D

Preço R\$ 5,00

Data 11/09/2003

Proced. Autor

- Setor informal (Economia)
- Comerciantes

o Trabalho e seus trabalhadores
o camelôs

193p.

6030 5029

Tomé, Geruza de Fátima .
T656c Os camelôs da cidade de Marília-SP: uma investigação
Sobre determinações de suas trajetórias ocupacionais / Geru-
za de Fátima Tomé. — Marília, 2003.
193 f. ; 30 cm.

Dissertação (Mestrado em Filosofia) – Faculdade de
Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista, 2003.

Bibliografia: f. 150-193

Orientadora: Profª. Dr. Giovanni Alves

1. Trabalhadores informais. 2. Camêlos. 3. Escolhas In-
dividuais. I. Autor. II. Título.

CDD 301.444



Geruza de Fátima Tomé

**OS CAMELÔS DA CIDADE DE MARÍLIA – SP: UMA
INVESTIGAÇÃO SOBRE AS DETERMINAÇÕES DE SUAS
TRAJETÓRIAS OCUPACIONAIS**

COMISSÃO JULGADORA

DISSERTAÇÃO PARA OBTENÇÃO DO GRAU DE MESTRE

Orientador Prof. Dr. Giovanni Antonio Pinto Alves

1º Examinador Prof. Dr. Antonio Carlos Mazzeo

2º Examinador Prof. Dr. José Meneleu Neto

Marília, maio de 2003



AGRADECIMENTOS

A realização desta pesquisa só foi possível mediante a ajuda de algumas pessoas que foram e continuam sendo fundamentais na minha vida. Sendo assim, gostaria de agradecer ao Sr. Wilson Lourenço, José Geraldo Poker e a Kaori Miyasato, minhas referencias eternas de profissionalismo e dedicação ao ser humano e a minha grande amiga Tatiana Fonseca Oliveira.

Agradeço ao meu orientador Giovanni Alves pela confiança e por contribuir diretamente para o meu amadurecimento intelectual. À Fátima Aparecida Cabral, pelas minúcias nas correções e sugestões valiosas, ao Antônio Carlos Mazzeo e ao José Meneleu Neto pela confiança no meu trabalho.

Agradeço aos meus irmãos e especialmente a minha mãe, por todos os momentos difíceis que passamos e soubemos superá-los tão bem, o que foi essencial à continuidade deste estudo. Ao meu noivo Noel Sabino Junior pelo companheirismo e apoio incondicional, e a sua família que sempre me acolheu tão bem durante todo o desenvolvimento da pesquisa.

RESUMO

São vários os estudos acerca das transformações do mercado de trabalho em todo o mundo, derivados essencialmente das novas tecnologias. Ao mesmo tempo, observa-se o acirramento da concorrência em nível mundial, a desregulamentação e precarização das relações trabalhistas, a redução significativa da criação de novos postos de trabalho, e o mais preocupante, o desemprego em massa e o crescimento do trabalho "informal". Algumas teorias existentes no campo da sociologia e da economia visam apreender e explicar as causas do desemprego e da informalidade, sugerindo que todo fenômeno social deve ser estudado, tendo como ponto de partida a análise do indivíduo. Neste caso, a teoria da Escolha Racional de Jon Elster pode ser utilizada como fundamento para esta forma de conceber as relações em sociedade. Para Elster, que utiliza o individualismo metodológico em suas análises, toda ação está orientada por determinados valores e preferências, e são estes que explicariam o sentido dessas ações. Eliane Vasconcellos se utiliza desta teoria, para explicar o sentido das escolhas ocupacionais de trabalhadores que atualmente se inserem no mercado, realizando atividades informais. Os indivíduos e suas escolhas é que explicariam a sua condição social. Nesta dissertação, em contraposição a teoria acima citada, busca-se compreender as determinações das trajetórias ocupacionais dos camelôs da cidade de Marília, interior do estado de São Paulo, utilizando como fundamentação teórica as categorias históricas marxianas, na perspectiva ontológicas de Georg Lukács. Neste caso, acredita-se não ser possível dar tamanha autonomia ao indivíduo, membro de uma classe social, sem analisar como se articulam no interior da reprodução social teleologia (intenções) e causalidades (necessidades), subjetividade e objetividade.

Palavras chave: Trabalhadores informais, camelôs, escolhas individuais.

ABSTRACT

Studies have been undertaken on transformations in labor relations because of new technologies. At the same time, its noticeable the intensification of dispute for a job position worldwide, the deregulation and unsteadiness on labor relations, the significant decrease of new jobs, and the most worrying, the mass unemployment and the growth of informal work. Some theories in the sociology and economy fields explain the causes of unemployment and informality, starting from the premise that every social fact must be analyzed from the individual. In this case, Jon Elster's theory of Rational Choice can be used as base for the understanding of this social relation. For Elster, who uses methodological individualism in his analyses, every action is oriented by certain values and preferences, which explains the meaning of these actions. Eliane Vaconcellos uses this theory to explain the meaning of occupational choices of workers in the job market performing informal activities. The individual and his choices would justify his social condition. In this dissertation, in opposition to this theory, it is sought the understanding about the determinations of the occupational changes of street vendors in city of Marília, SP, utilizing as theoretical foundation Marx's historical categories, in the ontological perspective of Georg Luckács. In this case, it's believed not to be possible to provide such autonomy to the individual member of a social class. The relations among the individuals must be analyzed giving priority to the articulations between teleology (intentions) and causality (necessities), subjectivity and objectivity inside the social reproduction.

Key-words: street vendors, informal worker, individual choices.

SUMÁRIO

RESUMO

APRESENTAÇÃO.....1

INTRODUÇÃO.....8

PARTE 1: DETERMINAÇÕES OBJETIVAS E SUBJETIVAS DAS AÇÕES INDIVIDUAIS: A ÓTICA DO MATERIALISMO DIALÉTICO *VERSUS* A TEORIA DA ESCOLHA RACIONAL.....13

CAPÍTULO 1: ALGUMAS CONSIDERAÇÕES ACERCA DO INDIVIDUALISMO METODOLÓGICO EM JON ELSTER14

1.1 Características gerais da teoria da escolha racional17

1.1.2 A teoria da escolha racional e os trabalhadores informais na análise de Vasconcellos.....25

CAPÍTULO 2: CONSIDERAÇÕES ACERCA DOS PRESSUPOSTOS DO MATERIALISMO DIALÉTICO NA PERSPECTIVA ONTOLÓGICA DE GEORG LUKÁCS33

2.1 Teleologia e Causalidade: interações inelimináveis observadas em todo complexo da práxis social.....41

2.2 Decisões entre alternativas: o reino da liberdade *versus* o reino da necessidade?.....51

2.3 Algumas considerações acerca das ideologias.....59

PARTE 2 : DETERMINAÇÕES SUBJETIVAS E OBJETIVAS DAS TRAJETÓRIAS OCUPACIONAIS DE TRABALHADORES ATUALMENTE OCUPADOS COMO CAMELÔS NA CIDADE DE MARÍLIA – SP.....65

CAPÍTULO 3: O CAMELÔ DA CIDADE DE MARÍLIA –SP: UMA ANÁLISE DAS PARTICULARIDADES DE SUAS TRAJETÓRIAS OCUPACIONAIS66

3.1 Características do objeto de estudo e os critérios adotados para os procedimentos da pesquisa66

3.2 Entrevistas: características gerais e particularidades dos trabalhadores ocupados como camelôs em Marília73



3.2.1 Origem da classe social e a inserção precoce no mercado de trabalho.....	73
3.2.2 A educação: nível de instrução e cursos profissionalizantes	76
3.2.3 Heterogeneidades de ocupações e as Migrações.....	84
3.2.4 Estrutura familiar.....	93
3.2.5 Desemprego e estratégia de sobrevivência	98

CAPÍTULO 4: INVESTIGAÇÃO ACERCA DAS TRANSFORMAÇÕES DO MERCADO DE TRABALHO NO BRASIL DOS ANOS 1990 E A INTENSIFICAÇÃO DO PROCESSO DE INFORMALIDADE.....106

4.1 Introdução.....	106
4.2 Heterogeneidade do mercado de trabalho brasileiro: o moderno e o precário.....	109
4.2.1 Algumas discussões acerca da origem do “setor informal”: heterogeneidade das atividades e as possíveis determinações de seu crescimento no Brasil	113
4.3 As transformações do mercado de trabalho no Brasil na década de 1990 e suas determinações.....	119

CONSIDERAÇÕES FINAIS.....137

REFERÊNCIAS 150 |

ANEXO 155 |

APRESENTAÇÃO

A presente pesquisa tem como objetivo investigar as determinações das trajetórias ocupacionais dos trabalhadores, atualmente ocupados como camelôs, denominados “trabalhadores informais” da cidade de Marília, localizada na região oeste do interior do Estado de São Paulo. Também podem ser classificados como “trabalhadores urbanos por conta própria”¹ ou enquadrados na definição do DIEESE como “autônomos que trabalham para o público”².

Buscou-se compreender, quais foram os fatores responsáveis (subjetivos e objetivos), ao longo de toda trajetória ocupacional, pela inserção destes trabalhadores neste tipo de atividade. Deste modo, discutir-se-á a idéia amplamente disseminada pela ideologia neoliberal, de que as atividades autônomas, altamente precarizadas no assim chamado “setor informal”, são verdadeiras opções de trabalho, à medida que seriam resultantes de escolhas de indivíduos livres. Estas atividades, também seriam frutos de uma ação empreendedora, cujo objetivo é obter um sustento para si e para a família, ao mesmo tempo em que procuram satisfazer as necessidades de desenvolvimento e realização pessoal e profissional.

¹ Prandi, (1978, p. 25), definiu o trabalhador urbano por conta própria como parte de uma [...]grande diversidade de trabalhadores para os quais o desempenho de tarefa, no âmbito da divisão social do trabalho, depende quase que exclusivamente do dispêndio da força de trabalho própria – a que se alia, muitas vezes, o uso de força de trabalho dos membros da família – necessitando de baixa ou quase nula capitalização. São os artesãos, os pequenos vendedores, notadamente os ambulantes, os ocupados em serviços de reparação e pequenos consertos, os prestadores de serviços pessoais e muitos outros conhecidos da paisagem das cidades brasileiras, pequenas e grandes[...].

² Cf. Jakobsen, K. (Org.), 2000, p.32.

A pesquisa pretendeu realizar uma análise da realidade concreta, contestando de forma direta os pressupostos científicos-sociais utilizados por Eliane Vasconcellos (1994)³, que se fundamenta na teoria da Escolha Racional de Jon Elster, para identificar e explicar qual seria o “sentido da escolha” de determinadas pessoas ao se inserirem no mercado de trabalho como “informais”. Assim como Max Weber, Elster acredita que toda ação estaria orientada para determinados valores⁴, ou seja, os desejos, as preferências individuais é que explicariam o “sentido de suas ações”, dando tal autonomia ao indivíduo e às subjetividades, como se estas estivessem separadas da práxis desenvolvida no interior de uma totalidade social estruturada em classes.

Esta discussão será desenvolvida na primeira parte desta dissertação, que está subdivida em dois capítulos. No primeiro capítulo, far-se-á uma exposição sumária dos principais pontos da teoria da *Escolha Racional*, fundamentados em Jon Elster, encontrada no seu livro *Marx Hoje*, e em Vasconcelos, que trabalha esse conceito em sua dissertação, orientado especificamente para a análise do deslocamento ocupacional de trabalhadores no mercado de trabalho para o trabalho informal.

No segundo capítulo, será demonstrado como a concepção ontológica do ser social explica a condição do indivíduo singular e sua relação com a estrutura, ou seja, como se articulam as ações individuais (ou de um grupo) e teleologicamente orientadas em

³ A autora utiliza a teoria da Escolha Racional, fundamentados nos estudos de Jon Elster. Toma por base as seguintes obras, Elster, J. (1988, reprinted) *Ulysses and the Sirens. Studies in rationality and irrationality*. Cambridge University Press, New York and Editions de la Maison Des Sciences de L'Homme, Paris.; _____ *Marx Hoje*. Tradução de Plínio Dentzien. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989. O objetivo de Vasconcellos é compreender e explicar os motivos pelos quais muitos trabalhadores preferem exercer atividades no assim chamado “setor informal”.

⁴ Segundo Frederico, C. (1979, p. 27-28), para Weber “a racionalidade, por exemplo, é o valor típico que dá significado às ações das sociedades burguesas, em oposição à sacralidade (logo, não racionalidade), que teria orientado as comunidades pré-capitalistas. Assim o que preocupa Weber são os valores na sua normalidade. Lukács, à diferença de Weber[...] e enquanto marxista [...] dá prioridade à práxis como matriz de formas de consciência”.

contraposição às causalidades postas por todo o complexo social. Isto, com o intuito de empreender uma análise acerca das determinações das escolhas individuais, frente às alternativas postas pelo complexo da totalidade social. Esse será o referencial que orientará toda a análise das trajetórias ocupacionais e das decisões tomadas pelos camelôs da cidade de Marília, interior do estado de São Paulo, aqui entrevistados.

Para tanto, utilizar-se-á as categorias históricas marxianas, na perspectiva ontológica de Georg Lukács⁵, retiradas de sua obra *Ontologia do Ser Social*, mais especificamente os capítulos *A Reprodução* (1981a) e *O Trabalho* (1981b). Serão assim descritos, de forma sumária, determinados aspectos das análises do autor, essenciais à compreensão da reprodução social tais como: o ser social, enquanto complexo de complexos e sua reprodução, a importância do indivíduo para a reprodução social – contrariando o marxismo vulgar de leitura estruturalista, economicista –, a importância das escolhas entre alternativas feitas por estes indivíduos, o trabalho, enquanto elemento fundante deste ser, entendido como modelo de toda práxis social, a prioridade ontológica da economia na obra de Marx e Lukács, a relação dialética entre teleologia e causalidade, liberdade e necessidade e as ideologias.

A segunda parte desta dissertação está subdividida em mais dois capítulos. No terceiro capítulo estão desenvolvidas as análises das entrevistas com os camelôs. O leitor conhecerá as particularidades da trajetória de cada trabalhador, derivadas das decisões entre

⁵Filósofo húngaro, falecido em 1971, que em sua maturidade intelectual redigiu manuscritos cujo título em italiano é *Per una Ontologia dell'Essere Sociale* (ed. Riuniti, Roma, 1976-81) e *Prolegomeni all'Ontologia dell'Essere Sociale – questioni di principio di un'ontologia divenuta possibile* (Guerini e Associati, Milão, 1990). Dedicou seus últimos anos de vida à redação de uma *Ontologia do Ser Social* que resgatavam aqueles delineados por Karl Marx. Para conhecer um pouco mais sobre o que ficou conhecido como a *Ontologia* de Lukács, ler LESSA, S. *A Ontologia de Lukács*, 1996. Especificamente para esta dissertação, serão utilizados dois capítulos retirados da *Ontologia*, traduzidos para o português. A tradução de “*La Riproduzione*” que foi feita por Sergio Lessa, e é parte de sua dissertação de mestrado, e o capítulo do *Trabalho*, traduzido por Ivo Tonet.



as alternativas que foram e continuam sendo postas pela totalidade do “complexo social”, ao mesmo tempo em que deverá reconhecer generalidades, tendências etc, na condição da reprodução e produção da vida material destes indivíduos que, em última instância, limitam as suas “margens de manobras” e determinam os meios e recursos utilizados para sua sobrevivência.

Nas entrevistas foram colhidos relatos sobre as trajetórias ocupacionais destes trabalhadores, desde o primeiro momento em que se lembraram estarem inseridos no mercado de trabalho. O intuito será o de compreender as determinações dessa trajetória, conformando relatos desses trabalhadores informalizados a respeito de suas origens de classe, dificuldades que tiveram durante as trajetórias, qualificações, grau de instrução, com as informações concernentes ao mercado de trabalho em nível nacional, particularmente no estado de São Paulo, e ao momento político e econômico característico especialmente do final do século XX.

Assim, as análises das entrevistas serão apresentadas sempre com a finalidade de demonstrar porque a teoria da Escolha Racional, que acredita-se ser extremamente funcional à manutenção do “status quo”, possui limites claros que não dão conta de explicar o complexo das relações sociais, especificamente o complexo do trabalho e suas particularidades.

No quarto capítulo, a preocupação é levantar algumas discussões acerca das questões objetivas - campo econômico – para delinear o contexto no qual os camelôs tiveram que tomar suas decisões. Neste ponto, tentar-se-á demonstrar como as subjetividades não permitiram ao indivíduo singular eliminar as causalidades derivadas de um momento de crise da acumulação e reprodução do capital. Somente poderão minimizar ou potencializar os seus efeitos dentro de limites estabelecidos pela sua condição de classe.

Assim, serão tecidas breves considerações sobre o mercado de trabalho no Brasil, especificamente no Estado de São Paulo, em meados dos anos 1990 até 2002. Isto porque, é neste período, fundamentalmente em 1994, com o lançamento do plano Real, que o país adota o modelo político e econômico neoliberal, restringindo ainda mais os investimentos em áreas sociais como educação, saúde, habitação, etc., em contraposição à desregulamentação da economia, principalmente do mercado de trabalho.

Ao mesmo tempo, têm-se no mundo avanços tecnológicos altamente significativos, o complexo de reestruturação produtiva, a nova divisão internacional do trabalho, a financeirização da economia e a diminuição da oferta de postos de trabalho “formais” etc. Portanto, seria necessário compreender os impactos destas profundas mudanças sobre os diversos setores econômicos nacionais: industriais, serviços, comércio etc., tendo em vista as contingências em nível mundial, que impactaram negativamente no mercado de trabalho, principalmente em países ditos em desenvolvimento.

Também discutir-se-á o desemprego, as estratégias de sobrevivência e as oportunidades de negócios, derivadas desta nova condição, extremamente imbricadas com as discussões acerca do crescimento do “setor informal”.

Assim, infere-se que, conhecendo em linhas gerais as características de uma sociedade capitalista tão peculiares quanto a brasileira, chegar-se-á à compreensão das particularidades do mercado de trabalho do país.

Essas especificidades como a heterogeneidade da industrialização que articula processos de produção arcaicos de um lado e de outro a acumulação flexível, resultantes do desenvolvimento de inovações tecnológicas e novas formas de gestão, a exploração e extração de mais-valia relativa combinados à mais-valia absoluta de cariz fordista e taylorista, são apresentadas, embora o momento predominante seja o toyotismo, a posição

que o Brasil ocupa no interior da estrutura econômica, política e social mundial, e a forma como se inseriu no comércio globalizado, passe a ser essencial neste estudo.

Serão analisados dados sobre o trabalho e o desemprego nos principais estados tidos como pólos econômicos, principalmente São Paulo, estado em que Marília se localiza. O interesse imediato é apresentar uma amostra das diversidades de ocupações geradas na economia, especialmente àquelas pertencentes ao “setor informal” – claramente uma resposta à dinâmica econômica mundial – e determinadas pela necessidade de acumulação e reprodução do capital, intensificadas desde o início dos anos 90.

Nas considerações finais, far-se-á uma síntese das questões discutidas essencialmente na parte dois entre os capítulos três (com ênfase no trabalhador e sua história) e quatro (com ênfase na estrutura econômica e social), para que ao invés de explicar a decisão de ser camelô, recorrendo a algum “sentido” valorativo da ação, ou a preferências dessas pessoas, autonomizando a sua subjetividade, tentar-se-á demonstrar que subjetividade e objetividade, liberdade e necessidade, interagem de forma dialética no processo de reprodução social, não estando o indivíduo inteiramente “livre” para “escolher” o que realmente “deseja ou sonha” realizar em sua cotidianidade.

Procurar-se-á demonstrar, que ao contrário do que afirmam os teóricos da Escolha Racional em relação às teses marxianas, o indivíduo singular e as suas intenções possuem papel fundamental no desenvolvimento e na reprodução do complexo social, e que, portanto, não seriam questões secundárias, menores, enfim, epifenômenos das cadeias causais objetivas.

Existem ações intencionais do indivíduo no interior da vida social, finalidades postas por ele que responde cotidianamente às exigências e imperativos do complexo social e assim constrói a sua própria história.

O fato é que, esta atuação se dá no interior de um complexo dinâmico histórico-social, no qual as respostas dos indivíduos singulares se interagem e as consequências da totalidade dessas ações em longo prazo, não podem ser previstas com precisão pelo sujeito que decide, argumento que será analisado mais detalhadamente no segundo capítulo.

A análise do trabalho – adotado como modelo de toda práxis social – atividade vital e ineliminável do ser social, numa perspectiva ontológica possibilitará o entendimento sobre a atuação do indivíduo, com seus valores e finalidades postas durante o processo de produção e reprodução de sua vida material, sem perder de vista os efeitos causados pela totalidade dessas ações individuais na sociedade como um todo e nos próprios indivíduos.

As discussões acerca dos textos da obra, *Ontologia do Ser Social*, que aqui serão utilizadas como fundamentação teórica, não serão esgotadas. Serão apenas apresentadas ao leitor algumas das principais categorias de análises, para que se possa compreender como foi possível chegar a determinadas conclusões sobre a autonomia e as heteronomias das ações individuais.

Entre os vários complexos desenvolvidos e necessários à reprodução do ser social – a linguagem, a política, o direito etc. – o complexo do trabalho, que é considerado a protoforma deste ser, será entendido em suas dimensões universais, para que se compreenda por que as categorias dele derivadas são extensivas à toda práxis social e por que o homem não pode ser simplesmente reduzido ao trabalho, ou à esfera econômica.

Acredita-se, que, no caso de trabalhadores informais, tão precarizados como os camelôs, o conteúdo das “vontades” e “escolhas” por determinadas ocupações no mercado de trabalho, não pode ser compreendido como sendo determinação valorativa, que possui um sentido emocional, cultural etc, como sugere o teórico da *Escolha Racional*.

INTRODUÇÃO

Os ideólogos do liberalismo econômico⁶, historicamente atribuem sucessos e fracassos às capacidades individuais. Assim, existe uma tendência a analisar as várias formas de ocupação, mesmo aquelas altamente precarizadas, como expressões únicas de competências ou incompetências desenvolvidas pelos trabalhadores, ou até mesmo como fator cultural, no qual cada indivíduo procura realizar no mercado, aquela atividade que lhe apraz, independentemente da remuneração ou das condições de trabalho.

São vários os estudos que tendem a analisar o “setor informal” sob este ponto de vista, tentando resgatar o caráter positivo do setor, tido como mais do que uma alternativa ao emprego, mas verdadeiramente uma alternativa não secundária ao emprego formal⁷.

Em sua pesquisa, Vasconcellos (1994) trata dos trabalhadores informais e dos sentidos das suas “escolhas” ocupacionais, baseando-se em análises das significações valorativas destes trabalhadores, orientações pessoais, habilidades adquiridas por meio das experiências, em suas particularidades e subjetividades. Diante disso, é comum atribuir a responsabilidade por uma condição material miserável ou privilegiada, àquele indivíduo que, por conta de motivações pessoais, escolheu esta ou aquela atividade econômica como a mais adequada às suas expectativas de realização pessoal ou profissional.

No Brasil, a exemplo do que ocorre nos grandes centros mundiais, nos quais os postos de trabalho formais estão sendo eliminados, fala-se a todo instante do perfil empreendedor dos brasileiros e do sonho de ser autônomo de grande parte da população,

⁶ Guardadas as devidas diferenças, de Thomas Hobbes (1588-1679) a Paul Krugman – um renomado economista neoliberal da atualidade – a essência do liberalismo é a mesma, a supremacia do indivíduo diante do social. A propriedade privada é sinônimo de liberdade e assim sendo, deve ser protegida pelo Estado, que deve garantir, através de sua soberania cedida pelo povo, que o homem não retorne mais ao seu estado natural, selvagem e egoísta.

⁷ Cf. A Apresentação da revista *Ensaio F.E.E. sobre a Economia Informal*, 1997.

inclusive daqueles que se encontram inseridos em ocupações autônomas, de forma altamente precarizadas e marginalizada como catadores de papel, vendedores de cachorro quente, camelôs, ambulantes, perueiros, vários tipos de trabalhadores domésticos como lavadeira, passadeira, cozinheiro etc.⁸

No entanto, é importante esclarecer o quanto pode ser perigoso tentar, através de um único conceito, como “setor informal”, abarcar as várias formas de ocupação aí existentes. Jakobsen et al. (1999, p. 8) descreve a definição operacional do setor informal, obedecendo aos critérios desenvolvidos pela OIT – Organização Internacional do trabalho – em 1993 que foram retirados da Recomendação aprovada na 15ª. Conferência de Estatísticos do Trabalho. Assim, neste estudo, o “setor informal” é caracterizado como unidade econômica que produz em pequena escala, com baixo nível de organização e inseparável relação entre capital e trabalho.

Cacciamali (2000, p. 153 - 154), em seu artigo sobre a Globalização e o processo de informalidade também descreve o que pode ser considerado como atividades informalizadas atualmente, e dos distintos marcos teóricos que podem caracterizar este fenômeno. Têm-se, assim, as seguintes situações: qualquer atividade que se caracterize pela evasão ou sonegação fiscal, grande parte das atividades que foram terceirizadas, microempresas sem a devida autorização legal, o comércio de rua ou os ambulantes, contratação ilegal de trabalhadores que possuem uma relação de assalariamento e que podem ser nativos ou migrantes, o trabalho temporário, o trabalho doméstico etc.

⁸ Sobre esse tema Cf. Jakobsen, K. (Org) et al. *Mapa do trabalho Informal*, 2000; Cacciamali, M.C. *Globalização e processo de informalidade*, 2000, p. 153-174; DIEESE. *A Situação do Trabalho no Brasil*, 2001; Ferreti, C. *Opção Trabalho*, 1988; Malaguti, M.L. *Crítica à razão Informal*, 2000; Pochmann, M. *O emprego na Globalização*, 2001; Prandi, J.R. *O trabalhador por conta própria sob o capital* 1978; Salvatti, A. et al *O trabalho do camelô: trajetória profissional e cotidiano*, 1999.



Tendo em vista tamanha diversificação entre as ocupações exercidas ditas “informais”, não é possível denominar a todas como estratégias de sobrevivência, voltadas unicamente à satisfação de necessidades básicas, imediatas, até porque, em algumas destas atividades, o rendimento monetário pode ser maior do que aquele auferido no mercado de trabalho formal, viabilizando um nível de lucratividade que deixa esse trabalhador em uma situação financeira confortável.

Bagnasco (1995, p.18 - 19) oferece alguns exemplos de estratégias econômicas informais, adotadas por algumas pessoas e famílias frente à crise de desemprego, que podem ser encaradas como oportunidades de negócios, além de ser fontes da informalidade como: a descentralização da produção de grandes empresas, viabilizando assim o surgimento de pequenas empresas prestadoras de serviços, o trabalho voluntário em certos serviços – horta comunitária, mutirões, etc. –, um técnico que recusa um trabalho em uma fábrica e abre um pequeno negócio por conta própria, sonegando taxas e empregando pessoas de forma irregular, visto que estas também se recusam a trabalhar em fábricas etc.

Vê-se que diante das transformações do mercado de trabalho, a dinâmica do capital pode viabilizar espaços econômicos, que podem vir a ser oportunidades de negócios a classes sociais específicas, pois estas possuem determinadas qualificações e grau de instrução que viabilizam a sua melhor adequação ao contexto sócio-econômico. Também possuem um capital para investir e conhecimentos específicos sobre a atividade a ser realizada.

Contudo, não se deve inferir que o fato de um profissional com alguma qualificação, em alguns casos preferir se auto-empregar, se deve unicamente a seu espírito realizador, empreendedor, e que antes de qualquer coisa, o que este trabalhador deseja é a sua realização pessoal e profissional.

É fato que o grande capital passa por uma dificuldade de acumulação, e que, portanto toda a sua estratégia para suprir tal necessidade está eliminando postos de trabalho e precarizando as relações de emprego, além de gerar um desemprego estrutural em nível mundial. Pode-se afirmar aqui, como também acredita Malaguti (2000, p.157), que este trabalhador está em busca de melhores condições de trabalho e de melhores rendimentos, ou seja, “ganhar mais” para viver melhor.

Além da busca por melhores rendimentos, existem também situações nas quais algumas atividades informais são vistas como complemento da renda familiar. Assim, pode se constatar que

[...]Numerosos casos de informalidade podem ser observados nos setores chamados impropriamente, de formais: o funcionário público que durante o expediente vende peças de roupa, perfumes e sabonetes; o assalariado de uma empresa multinacional que faz horas extras sem recebê-las; o mestre de obras de uma grande empreiteira da construção civil que trabalha sem utensílios de proteção etc. Mesmo possuindo carteira de trabalho assinada, estes trabalhadores não estariam vivenciando situações de informalidade? Parece-nos que sim [...](MALAGUTI, 2000, p. 99).

A hipótese que se formula neste momento é a de que atividades exercidas no setor informal como um todo, em alguns casos são estratégias de sobrevivência, em outros, oportunidades de negócio, dependendo da posição na estrutura de classe à qual este trabalhador pertence. O único consenso a que se pode chegar agora é de que, como bem explicou Engels (1977a, p. 69), os homens não podem explicar seus atos pelos seus pensamentos, devem explicá-los pelas suas necessidades que, refletidas no seu cérebro, faz com que eles tomem consciência delas.

No caso da investigação aqui empreendida, na qual o objeto de estudo será o trabalhador ocupado como camelô, parte-se do princípio de que esta atividade, ao contrário de ser uma escolha racional, baseada em análises cuidadosas do real e de planejamentos que visam adequar os desejos, ou sonhos de realização profissional às dificuldades do mercado, é na realidade, estratégia de sobrevivência.

São respostas reais, concretas, dadas por estes trabalhadores aos limites impostos pela totalidade das relações sociais e, mais diretamente, aos limites impostos pela própria condição de classe. Essas respostas possuem finalidades claras, que são prioridades inelimináveis da reprodução dos seres humanos, enquanto seres sociais, a satisfação das necessidades puramente biológicas, a luta pela existência. Não se quer dizer com isso que as pessoas estejam reduzidas à esfera da reprodução biológica, ao *reino das necessidades*, e que tenham como prioridade única satisfazer necessidades puramente animais. Entende-se que sem estes aspectos elementares garantidos, não é possível que haja reprodução da vida do ser social. Posteriormente analisaremos este aspecto da vida com maior cuidado.

A teoria da *Escolha Racional*, intenciona dar uma certa autonomia e liberdade de ação aos indivíduos singulares no interior do “complexo social”, que não existem. As relações desses indivíduos, cada vez mais mediadas por complexos sociais, resultam em consequências imprevisíveis para os mesmos, consequências essas, que vão além das intenções individuais. Por isso, insiste-se novamente no fato de que essas ações individuais não podem evitar fenômenos determinados por “leis universais” como as crises econômicas, mas podem, mediante uma “margem de manobra”, potencializar ou minimizar os efeitos gerados por elas.



CAPÍTULO II: ALGUMAS CONSIDERAÇÕES ACERCA DO INDIVIDUALISMO METODOLÓGICO EM JON ELSTER

PARTE 1

DETERMINAÇÕES OBJETIVAS E SUBJETIVAS DAS AÇÕES INDIVIDUAIS: A ÓTICA DO MATERIALISMO HISTÓRICO *VERSUS* A TEORIA DA ESCOLHA RACIONAL

CAPÍTULO 1: ALGUMAS CONSIDERAÇÕES ACERCA DO INDIVIDUALISMO METODOLÓGICO EM JON ELSTER

Atualmente, o discurso das competências, das liberdades individuais, intensificadas ainda mais com a generalização do que se convencionou chamar de neoliberalismo, é um instrumento ideológico poderoso, fundamentando a reprodução do sistema ao transferir a “culpa” tanto pelos fracassos profissionais, pela falência, bem como pelo sucesso, pela miséria e pela riqueza, para o indivíduo singular, como o único responsável pela sua permanência em uma condição social desfavorável ou confortável.

Instaura-se uma verdadeira apologia do “querer é poder” na qual o indivíduo autônomo e racional é exaltado e intimado a aprender as regras do “jogo” da vida, no qual todos são competidores, concorrentes, mas só alguns conseguem vencer.

Segundo Elster, o *individualismo metodológico* é a ciência na qual todas as instituições, relações e ações sociais só podem ser compreendidas e explicadas tendo como fundamento último as ações individuais. O autor afirma que, de acordo com este método, “quaisquer ‘leis de movimentos e auto-regulação’ do capitalismo devem ser deduzidas como teoremas de axiomas que especifiquem os motivos e limitações de firmas, trabalhadores e consumidores” (1989, p.38).

Em relação ao que ele chamou de “metodologia marxista”, rejeita as seguintes posições: 1º) o holismo metodológico, que se caracterizaria pela concepção de que na vida social existem totalidades ou coletividades que não podem jamais ser reduzidas a seus membros individuais; 2º) o funcionalismo, que explica todos os fenômenos sociais e as consequências positivas que estas possam acarretar para alguns indivíduos, como se estas

(conseqüências) não necessariamente fossem produtos das intenções destes indivíduos;

3º) a “dedução dialética” (ELSTER, 1989, p. 35 - 36).

O autor afirma que os fenômenos mais complexos só podem ser explicados pelos seus componentes mais simples. Este reducionismo, que tem como foco explicitar as “engrenagens do mecanismo interno” do objeto de estudo, e que é característico da teoria da Escolha Racional e da Teoria dos Jogos – que segundo o autor deveria se chamar “teoria das decisões interdependentes” – é uma estratégia utilizada há muito na criação das ciências biológicas, física e química (ELSTER, 1989, p. 36 - 37).

Sendo assim, para que se compreenda corretamente estruturas sociais como a economia, a política, as instituições jurídicas etc, é essencial que a análise se dê a partir dos “microfundamentos”, ou seja, a partir do entendimento das ações dos “atores sociais”.

“[...]basta dizer que nossa confiança e compreensão aumentam se abrimos a “caixa preta” para ver as engrenagens do mecanismo interno[...]As relações entre os indivíduos fazem parte dos fundamentos da explicação social[...]” (ELSTER, 1989, p. 37).

Assim, Elster deduz todo o conjunto social, com suas instituições e relações, de maneira lógica, partindo das ações intencionais dos individuais.

Todo o conhecimento técnico, científico e social, “a criação de grandes obras de arte ou a proteção da natureza não são fontes independentes de valor”. Ou seja, todas essas categorias só possuem valores porque os indivíduos as valorizam. É por isso mesmo, que a luta pela igualdade entre os sexos ou classes sociais, por exemplo, não devem ser consideradas como um valor em si mesmo, e só poderá ser alcançada, na medida em que levar “à maior igualdade entre indivíduos” (ELSTER, 1989, p. 39).

Para o autor, os indivíduos, mesmo sendo membros de uma mesma classe, são diferentes, desejam coisas diferentes, e essas especificidades não podem ser diluídas nessa estrutura. Por esse motivo, em última instância, nenhum trabalhador se sacrificará por sua classe ou por outra qualquer, se não entender que essa luta trará benefícios a ele enquanto indivíduo concreto.

Como se observa, a teoria da Escolha Racional não é incompatível com a concepção do homem egoísta, que luta para obter vantagens e privilégios individuais.

Para Elster, Marx percebeu que a sociedade capitalista possibilitou certos avanços na área da ciência e da arte, trazendo maiores benefícios à condição do homem enquanto ser social. Mas acreditava que somente no comunismo, os indivíduos, e não só uma pequena elite, poderiam explicitar plenamente suas potencialidades e se auto-realizar. Neste caso, Elster afirma que Marx, em um sentido normativo, também seria individualista (1989, p. 39).

Em outro trecho, o autor explica um pouco mais o método reducionista, esclarecendo acerca de como devem ser investigadas as questões sociais.

“[...]Para compreender uma ação coletiva de sucesso, como uma greve, idealmente gostaríamos de apresentá-la em termos de motivos e crenças dos participantes[...]Podemos por exemplo, ser capazes de estabelecer uma conexão causal entre, de um lado, certas características do grupo em questão e, de outro, sua propensão à greve. Tudo o mais permanecendo constante, uma greve pode ser tanto mais provável, quanto mais parecido for o contexto dos membros do grupo e quanto mais estável for sua composição[...]” (ELSTER, 1989, p. 37-38).

Observa-se que ao analisar o instrumento de luta dos trabalhadores – a greve – Jon Elster recorre primeiramente aos aspectos subjetivos e estritamente particulares destes, dando ênfase a questões motivacionais como aumento salarial, melhoria das condições de trabalho, maiores benefícios etc., a características culturais do grupo, até para poder compreender por que algumas greves são bem sucedidas e outras não.

O autor considera que qualquer fenômeno social não existe independentemente do valor, ou seja, as ações individuais se orientam por valores. Neste caso, para se entender as ações sociais é preciso compreender quais são os valores que impulsionam as ações individuais (Elster, 1989, p.39).

É inegável que nesta doutrina o fundamento de qualquer ação coletiva é o indivíduo com suas características específicas, geralmente relativas aos grupos em que atua em sociedade. Por isso é tão importante conhecer a particularidade desses indivíduos para depois entender os aspectos universais e mais complexos dos fenômenos.

Uma vez colocadas essas questões, serão primeiramente observadas algumas premissas da teoria acima citada, para depois cotejá-la com as análises de Eliane Vasconcellos, que adotou a Escolha Racional como pressuposto científico-social para compreender as escolhas dos indivíduos que se tornaram trabalhadores informais.

1.1 Características gerais da teoria da escolha racional

Elster afirma que explicar o comportamento humano a partir da análise da Escolha Racional, teoria desenvolvida por volta de 1870, está se tornando dominante nas Ciências Sociais.

De acordo com esta teoria, as ações dos seres humanos estariam fundamentadas em dois processos de sucessivas filtrações. No primeiro momento, excluem-se aquelas ações que “não satisfazem certos critérios lógicos, físicos, econômicos ou mentais”, até porque, o autor afirma que seria impossível que homens pudessem “*ficar com o melhor de dois mundos excludentes; não podem voar como pássaros; não podem gastar mais do que ganham*”(Elster, 1989, p. 40).

Neste trecho, pode-se perceber a naturalização de relações sociais, como a venda da força de trabalho, na qual alguns auferem maiores rendimentos que outros, sem que se dê muita importância às causas dessa relação. É tão natural como o homem que não pode voar como pássaro. Assim, o autor parte da análise da estrutura social, da maneira como está organizada, como sendo algo dado, inquestionável.

Depois dessa primeira filtração, no qual espera-se que ninguém dê o “passo maior do que a perna”, os indivíduos apelariam a algum tipo de seleção, na qual ficaria evidente o motivo da escolha final de determinada ação. “A teoria da Escolha Racional supõe que as pessoas escolherão o curso de ação que preferem ou acreditam melhor. Agir racionalmente é escolher a melhor ação no conjunto viável” (ELSTER, 1989, p. 40).

Fundamentalmente sua análise se dá sobre o solo da cotidianidade, do fenomenológico. As ações devem ser sempre explicadas partindo-se de condições sociais dadas e naturalizadas. O “conjunto viável” dessas alternativas de escolhas estão postos, cabendo à análise sociológica investigar os critérios para a tomada de decisões.

Elster afirma que pode existir uma interdependência entre as “condições” reais de vida e as “preferências” das pessoas. Assim, por um lado as condições de vida dependeriam das preferências dos indivíduos, quando estes, já num primeiro momento, eliminassem opções – no interior de um “conjunto viável” – que não fossem de seus

interesses. Por outro lado, as preferências individuais dependeriam das condições de vida, se os indivíduos passassem a adaptar os seus desejos, os seus sonhos ao que podem obter de fato. Assim, a opção escolhida que melhor satisfaça a determinados indivíduos, em termos objetivos, pode não ser de fato a melhor (ELSTER, 1989, p. 40).

Com este argumento final, pode-se justificar, por meio da valorização atribuída pelos indivíduos, porque algumas pessoas tenderiam a “escolher” atividades que não oferecem grandes retornos financeiros, mas que sem dúvida nenhuma as motiva, e as realiza pessoalmente, quiçá profissionalmente.

Assim, “a explicação em termos de escolha racional incorpora uma exigência sobre a relação entre ação, motivos e crenças” (ELSTER, 1989, p. 41).

O autor faz algumas ressalvas quanto ao fato de explicar a origem das motivações das ações individuais, pautadas somente em termos de “crenças e preferências dos atores”. Uma das críticas recorrentes é a de que os valores e crenças não são iguais a todos os homens e nem estáveis, podendo ser modificados ao longo do tempo. Mesmo assim complementa:

[...]É sempre possível buscar, além da causa do fenômeno, a causa da causa. Não se pode, caso a caso, voltar até as causas primeiras. No entanto, para alguém que, como o marxista, quer compreender tendências históricas de longo prazo, ela aponta para uma dificuldade real. A longo prazo, nada pode ser tomado como constante ou dado; tudo tem que ser explicado a partir de dentro ou “endogenamente”. É provavelmente verdade que esse é um dos principais problemas não resolvidos nas ciências sócias[...] (ELSTER, 1989, p. 43)

Assim, buscar as causas das causas, ou seja, neste caso, a gênese das crenças e preferências ainda é um desafio. Segundo Elster, já se sabe “alguma coisa sobre como crenças e preferências são moldadas pela estrutura social” e particularmente, como as pessoas ajustam seus valores àquilo que elas realmente podem alcançar. O fato é que os “limites dentro dos quais este mecanismo opera” ainda é pouco conhecido (1989, p. 43).

Voltando à questão das escolhas individuais, o autor acima citado afirma que alguns estudiosos poderiam negar a existência de mais de um filtro, da impossibilidade do direito à “escolha” – referência direta aos marxistas (vulgares) – visto que, em alguns casos, as alternativas para uma “escolha” são extremamente restritas, quase nulas. Este trecho esclarece exatamente a sua não concordância com esta posição.

“[...]Para os trabalhadores no capitalismo clássico, por exemplo, o efeito conjunto dos limites orçamentários e calóricos-protéticos pode estreitar o conjunto viável a um conjunto muito pequeno. Como teoria geral, porém, essa posição “estruturalista” é pouco plausível. É difícil imaginar um mecanismo geral que conformaria as condições de modo a deixar todos os agentes com exatamente uma opção. Não adianta, por exemplo, dizer que os membros da classe dominante se encarregam de restringir o conjunto viável da classe explorada, porque essa afirmação supõe que a primeira possui exatamente a liberdade de escolha que se nega à outra[...]” (ELSTER, 1989, p. 41).

De acordo com este trecho, o autor revela que sempre haverá mais que apenas uma alternativa de escolha, sendo possível sempre uma segunda filtragem. Os valores são fundamentais para tais escolhas, já que, segundo Elster, é claramente demonstrado que os indivíduos, quando não podem fazer exatamente o que querem, por medo ou incapacidade, fazem ajustes de seus desejos e crenças para se adequarem aos limites impostos pela

realidade da sua condição. “Os oprimidos freqüentemente acabam por aceitar sua situação, porque é muito difícil viver a alternativa” e a revolta também pode ser uma das consequências dessa dificuldade (ELSTER, 1989, p. 43).

Vê-se que o autor percebe a dificuldade entre as pessoas de “viver a alternativa” presente naqueles “conjuntos viáveis” de opções, ou seja, de se ajustarem, se adequarem de maneira criativa e satisfatória às mais diversas (ou perversas) oportunidades ofertadas pela sociedade, por menores que sejam. Assim, pode-se concluir que só haveria revolta em uma situação de miséria ou pobreza, por parte daqueles que tivessem dificuldade em aceitar “a sua situação” e os limites impostos por ela.

Mesmo assim, continua sendo possível satisfazer desejos de acordo com valores, crenças e preferências individuais em qualquer posição da estrutura de classe social, cada um a seu modo.

Seria possível escolher livremente entre as alternativas presentes, já que, segundo o autor, escolha e força, enquanto pressões exercidas pelo conjunto das ações sociais, não são incompatíveis.

Um dos graves problemas dos marxistas seria o de considerar trabalhadores e capitalistas como meros suportes, apêndices inconscientes dos interesses da acumulação do capital – explicação funcionalista. Estes, mesmo sob pressão, escolheriam, pesquisariam novas alternativas, novas formas de agir, calculariam riscos, e lucratividade. Mesmo que os resultados destas ações fossem negativos para os mesmos, isso não significaria a não existência de escolha, até porque, para o autor, escolha é um suposto (ELSTER, 1989, p. 44). Marx não teria reconhecido “a centralidade da escolha e das alternativas em economia” (ELSTER, 1989, p. 45).

Em sua análise, Elster parte da sociedade estabelecida na democracia formal, na qual todos os cidadãos possuem direitos e deveres garantidos por lei. Afirma também que o “reino da liberdade” nunca foi tão amplo em outras formas de sociedades como no capitalismo. Assim sendo, a liberdade de escolha conquistada é extremamente valiosa, e esta teria sido reconhecida pelo próprio Marx (1989, p. 64).

O que Marx teria acrescentado, é o fato de que “sob o capitalismo” estas liberdades de escolhas estariam sendo “distorcidas” (ELSTER, 1989, p. 64).

[...]De um lado, a formação dos desejos ocorre num processo que o indivíduo não compreende e com o qual não se identifica. Com freqüência seus próprios desejos lhe aparecem como poderes alheios, e não próprios e livres. De outro, a realização dos desejos é também freqüentemente frustrada por falta de coordenação e planejamento [...] Os indivíduos se encontram entre forças psicológicas ininteligíveis, que moldam seus desejos, e forças sociais igualmente opacas, que os bloqueiam[...] (ELSTER, 1989, p. 64 - 65).

Continuando sua análise, o autor afirma que Marx teria afirmado que somente no comunismo essas distorções seriam eliminadas. Isso porque, somente no comunismo a “essência das coisas” coincidiria com sua aparência, restando inclusive à ciência um papel supérfluo no interior da sociedade (ELSTER, 1989, p. 65). Ou seja, em uma sociedade com relações claras e não mais distorcidas, estranhadas, a ciência não teria mais a função de ser reveladora e os indivíduos seriam completamente autônomos, livres.

Para Marx, os desejos individuais no capitalismo seriam unilaterais, ou seja, concentrados no “ideal de auto-realização plena” não direcionados à comunidade, e

compulsivos, estes diretamente ligados aos desejos de consumo desenfreados e injustificáveis (ELSTER, 1989, p. 65 - 66).

O autor observa sérios limites a estas análises de Marx. Elster não considera como verdade o fato de todo consumo no capitalismo ser compulsivo. Mesmo com a atuação de todas as técnicas de persuasão existentes na sociedade acredita que “a maior parte do consumo satisfaz necessidades de que ninguém precisa envergonhar-se, e, além disso, as satisfaz de maneira perfeitamente respeitável” (1989, p. 66). Ao mesmo tempo, o autor afirma que este tipo de compulsão, pode existir inclusive no comunismo por conta da “formação de hábitos” imanescentes a muitas formas existentes de consumo. E completa.

[...]Mesmo que o consumo fosse substituído pela auto-realização como valor dominante, ainda sobraria muito consumo a que este argumento seria aplicável [...] A distinção entre compulsão e autonomia não faz justiça às complexidades da motivação humana (ELSTER, 1989, p. 66).

Elster sugere que são dois os fatores que ameaçam a autonomia: a impulsão e a compulsão. O autor reconhece que o “equilíbrio desejado”, que conseguiria conter as ameaças à autonomia, requer uma “solidez do ego e tolerância pela ambigüidade”. Sendo assim, embora a capacidade para enfrentar essas dificuldades não estejam desvinculadas do momento histórico, estes são problemas essencialmente biológicos inerente ao ser humano e que “não são causados pelo capitalismo e nem desaparecerão com o comunismo” (ELSTER, 1989, p. 66 - 67).

Outro aspecto a ser discutido no âmbito da autonomia, diz respeito a uma possível “falta de controle coletivo” das relações e fenômenos sociais que, segundo Marx, só existiria no sistema capitalista. Elster afirma que em qualquer “economia de mercado”

existem instabilidades e vulnerabilidades derivadas “de processos de decisões descentralizados” (1989, p. 68). Para Marx, segundo Elster, os mercados estariam operando por conta de transações que estariam subvertendo os valores sociais e transformando as pessoas em “objetos de satisfação umas das outras” (1989, p. 68).

Para Elster, a alternativa sugerida por Marx, como o planejamento centralizado, não resolve o problema e, pelo contrário, desenvolve contradições bem mais complexas que os encontrados na economia de mercado, no livre comércio. Isto porque os agentes de planejamento centralizado, sempre executarão seus planos, tendo em vista não a totalidade social, mas sim, os seus planos, os seus interesses particulares.

[...]mesmo que seus objetivos coincidissem perfeitamente com o interesse comum, seus esforços seriam frustrados pelo enorme problema de reunir a informação necessária ao planejamento eficiente. Em relação à transparência e ao controle, uma economia centralmente planejada é pior que uma economia de mercado[...] (ELSTER, 1989, p. 68).

Sendo assim, Elster sugere uma economia mista, ou a estabilização das economias de mercado, socialistas ou capitalistas, pela articulação entre um planejamento macroeconômico até certo ponto com o Estado provendo certos benefícios públicos que não “interessa a nenhum produtor individual” (ELSTER, 1989, p. 68).

1.1.2 A teoria da escolha racional e os trabalhadores informais na análise de Vasconcellos

Em sua pesquisa, Vasconcellos (1994) visa compreender o sentido da ação dos trabalhadores informais, utilizando como pressuposto científicos-sociais a teoria da Escolha Racional desenvolvida por Jon Elster, a qual já nos referimos anteriormente.

A autora realizou vinte e cinco entrevistas no município de Florianópolis, capital do estado de Santa Catarina, com vários trabalhadores informais, caracterizados como conta própria, visando abarcar ocupações heterogêneas, as mais diversas possíveis, e também características pessoais das mais variadas.

[...]Assumiu-se essa heterogeneidade como um dado de campo, pois considerou-se que poderia funcionar como um fator de teste para o propósito de verificar se no grupo entrevistado há um traço característico comum, associado à condição de informalidade[...]Tratava-se de saber se mantida aquela heterogeneidade, poderia ser possível estabelecer um sentido comum no grupo entrevistado, que desse significado a seu processo de deslocamento no mercado[...] (VASCONCELLOS, 1994, p. 57)

Vasconcellos dividiu os entrevistados em três grupos. O grupo A, que era formado por trabalhadores que concomitantemente ao trabalho informal também realizavam um trabalho formalizado, o grupo B, formado por trabalhadores informais que anteriormente já estiveram no mercado formal de trabalho como assalariados ou proprietários de pequenos negócios e o grupo C, que nunca estiveram inseridos no mercado formal de trabalho. Toda entrevista foi estruturada em torno do histórico ocupacional, e as

principais preocupações giravam em torno de questões como: “Razões de ingresso no trabalho Informal e avaliação do deslocamento no mercado de trabalho para o trabalho informal” (VASCONCELLOS, 1994, p. 62).

A autora relatou que do ponto de vista de suas histórias ocupacionais “há uma descontinuidade, em alguns casos uma ruptura, entre a profissão do último trabalho formal (ou concomitante) e a profissão informal atual” (VASCONCELLOS, 1994, p. 77).

[...]Por exemplo: de jogador de futebol para artista plástico; [...]de pescador para marceneiro; de telegrafista para fotógrafo; de gerente de vendas para terapeuta massagista; de balconista para lavadeiro; de técnico administrativo do setor público para músico; de administrador em um órgão público para costureiro; [...]de professor primário para costureiro; de professor primário para artista plástico; [...]de garçom para pintor de parede; [...]de porteiro de edifício para vendedor de alimentos[...] (VASCONCELLOS, 1994, p. 78)

Diante destes dados, a autora observa que a atividade atual, a informal, é completamente diferente daquela exercida anteriormente pelo trabalhador. Mas isto não significa, que esta atividade atual já não tenha sido de alguma forma praticada pelo entrevistado, em algum momento de sua trajetória. Assim, “o trabalho informal que fazem atualmente é a continuidade de uma atividade (em alguns casos, de um trabalho) já praticada anteriormente” (VASCONCELLOS, 1994, p. 80).

Vasconcellos acredita que, depois de avaliar os riscos e as oportunidades de uma determinada circunstância, o trabalhador sempre escolhe e age de uma determinada forma, visando a realização de seus sonhos. Assim, chega à conclusão de que a opção pelo trabalho dito “informal” estaria associada a uma avaliação estritamente positiva que os próprios indivíduos possivelmente fariam destas atividades.

Vasconcellos também afirma que os trabalhadores fazem uma opção ou escolha para o que chama de “alternativa de trabalho” que não está encerrada em determinações macroeconômicas. Continuando a análise, verifica que como “fato econômico” a informalidade é resultado de uma oportunidade que apareceu no mercado, mas que sua dimensão social revela a existência dessas atividades decorrentes de um “comportamento humano” que possui significado e influenciam outras “esferas das relações sociais”. São os indivíduos que atuam e que, em última instância, “são a razão de ser do mercado” (VASCONCELLOS, 1994, p. 48).

“[...]as ações humanas têm outras dimensões que, embora esbarrem nas delimitações impostas pelas situações econômicas, nem por isso deixam de existir. Se não fosse assim, não haveria o sonho, o desejo, o gosto, a satisfação ao realizar as ações [...] A origem e a continuidade do trabalho informal passam pelas escolhas dos indivíduos, escolhas que não são derivadas unilateralmente dos processos macroeconômicos[...]” (VASCONCELLOS, 1994, p. 49).

Este trecho evidencia que os trabalhadores informais teriam escolhido suas ocupações de acordo com motivações pessoais, sendo claramente uma opção de trabalho. Neste caso, os fatores preponderantes no momento da decisão dos trabalhadores são as orientações e valores pessoais adquiridos no decorrer de suas trajetórias ocupacionais.

Essa análise permite que as condições subjetivas – motivos, significações, sentidos – superem as objetivas – vistas como determinações de relações causais, desencadeadas pela totalidade das relações sociais – dando assim uma preponderância na ação ao subjetivismo e à liberdade de escolha, enfim, às capacidades individuais.

Haveria algum sentido no deslocamento dos indivíduos do mercado de trabalho formal para o informal? Para a Vasconcellos sim, pois

“[...]o ingresso num trabalho informal não significa algo provisório, ou uma simples resposta a uma situação econômica específica, mas tem um sentido mais amplo em suas trajetórias ocupacionais, respondendo a uma busca constante por exercer um trabalho que atenda melhor às normas pessoais de conduta na vida de trabalho, busca que não inicia e nem finaliza no trabalho informal[...]” (VANCONCELLOS, 1994, p. 93).

No entanto, realça que suas conclusões não devem ser generalizadas “ao universo dos que trabalham informalmente” (1994, p. 93). Isto é evidente, visto que a ênfase nos aspectos particulares são tão ressaltados em seu pressuposto filosófico, que chega ser impossível entender a realidade como totalidade concreta, com aspectos universais que precisam ser apreendidos, a fim de que se consiga chegar o mais próximo possível da verdade e de sua essência. Em análises posteriores, tentar-se-á demonstrar que as Ciências Sociais devem reconhecer e compreender a universalidade do seu objeto de estudo para depois conseguir explicar as peculiaridades das ações particulares que se desenvolvem no interior desta totalidade.

Retomando a análise de Vasconcellos, em sua pesquisa a autora revela que as escolhas por trabalhar em determinadas atividades informais não são fortuitas, feitas por acaso. Assim, não existiriam apenas a necessidade de resolver problemas que dizem respeito à sobrevivência, causada pela perda do emprego ou qualquer outra coisa. A atividade informal seria resultado

“[...] tanto de avaliações de experiências prévias de trabalho, quanto de gosto ou vínculos pessoais com uma dada atividade. E ao lado das preferências pessoais há também avaliações de adequação entre o exercício profissional desta atividade e as condições mais favoráveis de produção e venda no mercado[...]” (VASCONCELLOS, 1994, p. 98).

Para reforçar ainda mais sua tese, descreve o trecho da entrevista de um pintor de parede. Na entrevista ele teria afirmado que sempre desenhou e que conseqüentemente essa vontade foi se desenvolvendo dentro dele. Até que um dia tomou coragem e deixou o emprego formal para se dedicar ao que realmente gostava de fazer, pintar. Outro exemplo que descreve é a do serralheiro, que relatou que tanto as suas experiências adquiridas, como sua educação escolar o “levou” a seguir esta profissão. Neste caso, as trajetórias parecem “seguir” um “rumo” certo, específico (VASCONCELLOS, 1994, p. 98).

Chega à conclusão de que, mesmo quando o trabalhador exerceu uma heterogeneidade de profissões, haveria aquele “seguimento, de uma coisa que leva a outra”, constatada pela autora na história ocupacional dos trabalhadores, resultado de um “aprendizado constante da profissão que exercem hoje” (VASCONCELLOS, 1994, p. 99). Deste modo, os trabalhadores estariam perseguindo uma determinada atividade, da qual durante toda a sua vida e trajetória ocupacional estiveram próximos, adquirindo certas habilidades que foram sendo desenvolvidas.

Mesmo reconhecendo que as orientações pessoais, valores, motivações, sonhos, etc. estão diretamente ligadas às trajetórias desses trabalhadores, às suas experiências reais de vida, exaltou esses aspectos subjetivos e os autonomizou como se estes determinassem as trajetórias ocupacionais, como se o indivíduo singular tivesse controle total dessa relação e só exercessem atividades que tivessem algum significado. Ou seja, para a autora, o

indivíduo seria a razão de ser do mercado, o seu fundamento último, sem o qual este mercado não haveria sentido.

Outro aspecto que Vasconcellos ressaltou, diz respeito à liberdade de ação destes indivíduos. A autora não levou em conta, que estas pessoas estão inseridas no interior de relações econômicas capitalistas, no qual o grande capital dita as regras do jogo, deixando os pequenos indefesos contra a concorrência mundial e, portanto, não tão independentes e livres assim. Não reconheceu que as alternativas de ação postas a diferentes condições de classes, são maiores ou menores de acordo com a posição ocupada no interior da estrutura social. Portanto, a classe que está na base da pirâmide, aquela desprovida de propriedade, encontra alternativas limitadas pela sua própria condição de classe. Assim seus “desejos” e “vontades” também estão limitados às condições reais e concretas.

A autora não considerou ou não percebeu as causalidades desencadeadas pela totalidade contraditória das relações sociais e os limites, as restrições impostas por esta forma de sociabilidade, por este modo de produção e reprodução da vida humana, pela condição material de existência da maioria da população, enfim pelas lutas de classes de interesses antagônicos.

Afirma a existência de uma correspondência valorativa entre opção profissional e ingresso no trabalho informal, observadas, obviamente, o que vai chamar de delimitações do mercado. Os motivos ou razões para esta inserção são as mais variadas: busca de uma profissão em que se possa desenvolver habilidades e criatividade, identificação de uma oportunidade de negócio, ter preferência por uma outra profissão etc. (VASCONCELLOS, 1994, p. 102 - 104). Argumenta que

“[...]esse valor pessoal, a partir do qual o entrevistado considera o que seja uma profissão para si, está mais relacionado a exercer uma atividade em que se auto-reconhece como fazendo um trabalho gratificante, no qual se vê reconhecido pelos outros[...]” (VASCONCELLOS, 1994, p. 105).

Assim, continua

“[...]o entrevistado que era motorista no trabalho formal só se considera um profissional como serralheiro, trabalho que faz na condição de informal; o que era servente se considera profissional como cabeleireiro; [...]professor, se sentia na profissão errada, e se sentiu na sua profissão como costureiro; um se sente bem e fazendo o que gosta, sendo lavador de roupa e não balconista numa loja[...]” (VASCONCELLOS, 1994, p. 108-107).

Vasconcellos conclui que as atividades desenvolvidas por estes trabalhadores na informalidade estão próximas do ideal, já que há uma busca pela adequação racional entre satisfação profissional e possibilidades reais existentes no mercado. Portanto, essa procura não tem que necessariamente se extinguir na ocupação informal. Mas seriam nessas profissões relatadas acima, que estas pessoas se sentiriam mais livres em termos de horários, por não terem chefes ou patrões, podendo trabalhar melhor, desenvolvendo habilidades que até então lhes eram negadas (VASCONCELLOS, 1994, p. 121).

Toda a linha de pensamento teórico da autora parte da análise do cotidiano do indivíduo singular, que conhece a realidade sócio-econômica na qual esta inserido – em momento algum questionado – e se adequa, segundo parâmetros de realização pessoal e profissional. São esses indivíduos que vão dar conta de explicar a sua condição de vida nos seus aspectos subjetivos e objetivos, sendo deduzido de maneira lógica, a partir destas

informações, que os homens são livres e possuem autonomia para direcionarem as suas vidas. De maneira nenhuma estariam subjugados a determinações puramente econômicas ou sociais.

Jon Elster, em sua obra *Meaning and Moral Choice*, escreve um livro com uma interpretação funcionalista e mecanicista da obra de Karl Marx. Em um dos trechos de seu livro, comenta que o marxismo é punido por um "homem metodológico" por considerar que "existem na vida social, totalidade ou coletividade que não podem ser reduzidos a uma simples soma de indivíduos" (1989, p. 15). No entanto, no marxismo, o objeto estaria completamente subjugado à estrutura social. Também afirma que

"[...] Marx, por exemplo, explica a realidade social humana em termos de classes sociais, mas não de indivíduos. Isso é uma simplificação, pois a realidade social é muito mais complexa do que a realidade individual. A realidade social é a soma de muitas partes, e cada parte é importante. Deve haver uma explicação para o fato de que a realidade social não pode ser reduzida a uma simples soma de indivíduos. Isso é o que a teoria marxista tenta explicar" (ELSTER, 1989, p. 45-46).

O autor critica o método dialético por não considerar que as sociedades são entidades sociais, de uma natureza socialmente determinada. A realidade social é a soma de muitas partes, e cada parte é importante. Deve haver uma explicação para o fato de que a realidade social não pode ser reduzida a uma simples soma de indivíduos. Isso é o que a teoria marxista tenta explicar. O autor critica o método dialético por não considerar que as sociedades são entidades sociais, de uma natureza socialmente determinada. A realidade social é a soma de muitas partes, e cada parte é importante. Deve haver uma explicação para o fato de que a realidade social não pode ser reduzida a uma simples soma de indivíduos. Isso é o que a teoria marxista tenta explicar.

CAPÍTULO 2: CONSIDERAÇÕES ACERCA DOS PRESSUPOSTOS DO MATERIALISMO DIALÉTICO NA PERSPECTIVA ONTOLÓGICA DE GEORG LUKÁCS

Jon Elster, em sua obra *Marx Hoje*, se mostra um leitor com uma interpretação funcionalista e mecanicista da obra de Karl Marx. Em um dos trechos de seu livro, comenta que o marxismo é pautado por um “holismo metodológico” por constatar que “existem na vida social, totalidades ou coletividades que “não podem ser reduzidas” de maneira nenhuma “sobre seus membros individuais” (1989, p.35), ou seja, no marxismo, o sujeito estaria completamente subsumido à estrutura social. Também afirma que

“[...] Marx, por exemplo, explica a mobilidade social ascendente indicando os benefícios que a classe capitalista deriva de um fluxo contínuo de novos recrutas. A questão está em como explicar um fenômeno a partir de um outro que acontece depois. Deve haver uma explicação para o fenômeno no momento de sua ocorrência; não pode ser necessário esperar pelas consequências para só então poder explicá-los[...].” (ELSTER, 1989, p. 45-46).

O autor critica o método dialético por não conceber que na reprodução da totalidade social, há uma substancialidade, atribuída à categoria do trabalho. Esta substancialidade que se movimenta no interior deste processo (a reprodução social), se caracteriza pela continuidade assim como por rupturas que tornam cada momento deste processo qualitativamente diferente do momento anterior. Por isso, compreender o momento mais complexo como imediatamente derivado do mais simples, seria um grande equívoco.

Para Elster, a reprodução social se dá de maneira lógica e por isso, é possível compreender no exato momento em que ocorre o “fenômeno social”, quais os fatores pré-existentes que o determinaram.

Sendo assim, faz-se necessário apresentar aqui os pressupostos filosóficos do materialismo histórico, brilhantemente retomada na ontologia de Georg Lukács, completamente oposto ao racionalismo e individualismo metodológico, e muito mais coerente aos propósitos dessa pesquisa. Obviamente, não é objeto dessa pesquisa rever em detalhes a teoria materialista em Marx, mas, como principal instrumento de análise do objeto de estudo aqui proposto, acredita-se ser necessário expor de forma sumária os principais pontos que serão utilizados.

Primeiramente, para a teoria marxiana, o homem é um ser social. Logo, não é possível compreender a essência desse ser, sem que se compreenda de maneira ontológica, toda a sua processualidade, seu devir histórico gerador de todos os complexos parciais existentes na totalidade social. Não se deve partir, como deseja Elster, das idéias que os indivíduos particulares fazem de si, ou da sociedade, nem mesmo dos valores ou orientações pessoais, etc, dos mesmos, para se compreender a realidade social e suas determinações.

Toda subjetividade, as manifestações do pensamento, o valor, a moral, são expressões de uma determinada forma de organização social e política que produz e reproduz as suas próprias condições de existência material, enfim, as condições de reprodução de sua própria vida. A práxis social é que determina a consciência e quanto mais miserável e limitada forem as relações entre os homens, mais miseráveis e limitados serão as manifestações dessa consciência. Essas argumentações estão expostas neste trecho na *Ideologia Alemã*:

“[...]As idéias que estes indivíduos formam são representações ou da relação com a natureza ou da sua relação uns com os outros, ou sobre a sua própria natureza. É evidente que em todos estes casos, estas representações são a expressão consciente – real ou ilusória – das suas relações e atividades reais, da sua produção, do seu intercâmbio, da sua organização social e política. A suposição oposta só é possível quando se pressupõe, além do espírito dos indivíduos reais e materialmente condicionados, ainda um espírito à parte[...].” (MARX, 1984, p. 21).

Neste contexto, o fator importante a ser esclarecido é que, com isso, não se quer afirmar, como em leituras vulgares da obra de Marx, que o indivíduo é produto do meio ou que está subsumido à estrutura social. O homem constrói a sua própria história e todas as suas ações individuais possuem intenções que visam serem efetivadas cotidianamente. O homem é capaz de objetivar suas “prévias ideações” e criar o novo, de apreender o movimento real e legal das coisas e transformá-las adequando-as de acordo com as suas intenções. É desta forma que consegue afastar todos os limites impostos à sua atuação pela natureza, eis o inestimável papel da consciência!

Mas agindo assim, o homem transforma a natureza na medida em que esta o transforma. Os efeitos das ações humanas sobre a natureza, a obriga a se metamorfosear para sobreviver em condições não mais puramente naturais, mas, sobretudo sociais.

No materialismo, a relação entre homem-homem e homem-natureza, está articulada de maneira dialética. As questões objetivas, constituídas pela atuação da totalidade do complexo social, ou seja, pela síntese das ações individuais efetivadas no interior deste complexo, embora limitem a atuação dos indivíduos singulares, não suprimem a subjetividade nem a espiritualidade dos mesmos. Muito pelo contrário.

Quanto mais desenvolvidas se tornam as sociedades, e quanto mais estas corroborarem para o desenvolvimento e a complexificação do gênero humano, maiores as possibilidades de explicitação das cada vez mais complexas individualidades¹.

Segundo Lessa (1995, p. 73), para Lukács, cada individualidade, assim como todo complexo social parcial (direito, economia, política, linguagem etc.), que possui legalidades próprias e uma relativa autonomia, teria o seu desenvolvimento marcado por “incessantes interações” com a universalidade social.

Deste modo, “os indivíduos, ao levarem à prática determinadas alternativas e não outras, ao mesmo tempo que contribuem para a construção efetiva do ser-precisamente-assim universal que é a generalidade humana, constrói também suas próprias individualidades” (LESSA, 1995, p. 74).

Por isso, acredita-se que Elster, adepto do individualismo metodológico, apreende a realidade de uma forma unilateral e superficial, bem aos moldes do liberalismo, que supervaloriza as iniciativas individuais, a ponto de construir uma insolúvel dicotomia entre indivíduo e sociedade. Faz uma análise do cotidiano partindo da estrutura da organização social da maneira como está constituída – por relações entre classes de interesses antagônicos – como se essa condição fosse inquestionável, tendo como centro do estudo os indivíduos, os elementos “endógenos” ao sistema.

De acordo com este método, que autonomiza o indivíduo singular, conferindo-lhe independência e controle absoluto sobre sua vida, este seria o único responsável pela sua própria condição social, pois esta, resultaria de “escolhas” feitas por estes indivíduos. Desta forma, parte-se sempre destes elementos mais simples, buscando entender como

¹ Sobre esse assunto cf. o capítulo V – A Reprodução da Totalidade Social, In: Lessa, S., *Sociabilidade e Individualização*, 1995.

“atuam” isoladamente cada “ator” econômico, até atingir logicamente as formas mais complexas, ou seja, todo o conjunto das relações sociais, as instituições, organizações, corporações, o mercado, o capital etc.

Lukács, bem como o próprio Marx, reconheceu o avanço proporcionado pela sociedade capitalista, que revelou essa característica essencial da reprodução social – indivíduo/sociedade – que é bipolar. De acordo com Lessa (1995, p.76), “o reconhecimento pelos indivíduos de sua particularidade é momento imprescindível da elevação do gênero ao seu ser-para-si”. Ou seja, o fato do indivíduo não atribuir mais a entes divinos o estado da sua atual condição social e se reconhecer como autor de sua história, é positivo, na medida em que, com as lutas travadas e contradições percebidas em sua *práxis* cotidiana, estão criadas *possibilidades* concretas de estes adquirirem consciência de sua condição enquanto indivíduos singulares, particulares e genéricos.

Em contraposição ao autor da *Escolha Racional*, entende-se que o cotidiano, ou mundo da pseudoconcreticidade (Kosik, 1976), é o terreno das atividades prático-sensíveis, utilitaristas, imediatistas, no qual os indivíduos devem se relacionar tendo como fim a satisfação de necessidades físicas e espirituais. As ideologias inerentes a este tipo de sociabilidade orientam os homens em suas ações, no interior de uma realidade que lhes parece revelada, natural, mas não os oferecem a exata compreensão desta.

Segundo o autor acima citado,

“[...]O mundo da pseudoconcreticidade é um claro-escuro de verdade e engano[...]O fenômeno indica a essência e, ao mesmo tempo, a esconde. A essência se manifesta no fenômeno, mas só de modo inadequado e parcial, ou apenas sob certos ângulos e aspectos. O fenômeno indica algo que não é ele mesmo e vive apenas graças ao seu contrário. A essência

não se dá imediatamente; é mediata ao fenômeno e, portanto, se manifesta em algo diferente daquilo que é. A essência se manifesta no fenômeno. O fato de se manifestar no fenômeno revela seu movimento e demonstra que a essência não é inerte nem passiva. Justamente por isso o fenômeno revela a essência. A manifestação da essência é precisamente a atividade do fenômeno[...]" (KOSIK, 1976, p. 11).

Justamente por não ser imediato o entendimento da realidade concreta é que no materialismo histórico busca-se o inverso daquilo que foi explicitado no individualismo metodológico. Não se faz uma análise lógica da realidade, porque esta não é a somatória das ações individuais pura e simplesmente. A realidade, essencialmente dialética e contraditória, de acordo com o pensamento ontológico, não evolui de forma processual, lógica, para o mais desenvolvido e sofisticado, sendo todo o processo de formação dos complexos sociais, baseados em movimentos de rupturas, superações e conservações de determinadas características, e que só podem ser efetivamente compreendidos *post festum*, ou seja, depois de ter ocorrido o salto qualitativo que proporcionou a sua passagem para um outro nível.

Portanto, acredita-se que toda estrutura mais complexa possui a chave para o entendimento daquela estrutura mais simples, da qual ela (estrutura mais complexa) ainda conserva elementos.

Procura-se, deste modo, apreender primeiramente a dinâmica e as determinações do processo de formação do complexo social – a reprodução do ser social e o trabalho como categoria fundante desse ser que cria novas necessidades subjetivas e objetivas – para a partir daí compreender como surgem os outros complexos que estão para além do trabalho e medeiam as relações entre os homens: a economia, a linguagem, a política, o direito, a religião etc, e os valores derivados destas relações.

Assim,

“[...]Esta prioridade do todo sobre as partes, do complexo total sobre os complexos singulares que o formam, deve ser considerada absolutamente estabelecida, porque de outro modo – quer se queira quer não – chegar-se-á a extrapolar e tornar autônomas aquelas forças que, na realidade, simplesmente determinam a particularidade de um complexo parcial no interior da totalidade[...]” (LUKÁCS, 1981a, CLXXXII)

Depois de obtida esta compreensão dos elementos universais, é possível compreender o indivíduo singular e as determinações de suas particularidades.

Lessa (1995, p. 75), confirma que, para Lukács, “o papel do indivíduo é fundamental: sem as decisões alternativas, sempre individuais na imediatez, não há ser social”, mesmo que as atividades desenvolvidas por cada ser em particular, diretamente articuladas com as tendências apresentadas pela realidade social – historicamente determinada –, resultem diversas daquelas previamente idealizadas.

Nas palavras de Lukács, quando as análises não são feitas de acordo com o proposto por Marx,

“[...]se chega à falsa conclusão, evidentemente lógica e gnosiológica, de apreender o processo como teleologicamente dirigido àquilo que vem em seguida. Nos processos concretos, porém, não se pode encontrar nenhuma força motriz teleológica[...]até no ser social, onde sem dúvida as posições singulares operadas pelos homens tem caráter teleológico, as suas interações reais tem sempre um caráter causal puro[...] que vão muito além do conteúdo da posição teleológica em si[...]” (LUKÁCS, 1981a, p. XLI).

Assim, constata-se que se deve conhecer o elemento mais complexo, para posteriormente reconhecer as particularidades desse elemento em cada manifestação das relações sociais. Isto porque as especificidades e particularidades do indivíduo singular, no plano ontológico, são determinadas pelo lugar que este ocupa no interior da totalidade social (LUKÁCS, 1981a, p. CLXXXIII). O indivíduo se desenvolve e se complexifica, mas não está nele a chave para a sua total explicitação, e sim, na crescente sociabilização dos homens em sociedade.

Verifica-se que o primeiro pressuposto do materialismo, é o de que os homens devem estar em condições de viver para construírem a sua própria história. São eles os únicos responsáveis pelo seu próprio “destino”. Sendo assim, vê-se que a prioridade ontológica ineliminável entre os indivíduos, por mais complexas e desenvolvidas que sejam as mediações das relações sociais, é a de se organizarem fisicamente para atenderem suas necessidades imediatas, interagindo com a natureza, e a transformando de acordo com suas finalidades.

Na *Ideologia Alemã*, Marx confirma que os homens começam a se distinguir dos animais a partir do momento em que passam “a produzir os seus meios de vida, passo este que é condicionado pela sua organização física. Ao produzirem seus meios de vida, os homens produzem indiretamente a sua própria vida material” (MARX, 1984, p. 15).

No plano ontológico, é com o desenvolvimento das forças produtivas, da divisão do trabalho, com a complexificação das relações de produção, ou seja, com as atividades desenvolvidas no campo econômico, que surgem novas necessidades extremamente mediadas por categorias cada vez mais sociais, estas de caráter relativamente autônomo, que não podem ser reduzidas ao trabalho, mas são originadas dele como a linguagem, as trocas comerciais (mercado), as moedas (dinheiro), a propriedade privada, o direito etc.

“Eis porque Marx, quando afirma a prioridade da economia como metodologicamente decisiva para o materialismo histórico, parte exatamente deste fato ontológico de fundo” (LUKÁCS, 1981a, p. XLIV – XLV).

É importante notar, que ao contrário de Jon Elster, que faz uma dedução lógica para compreender a sociedade – quando afirma não ser possível ao longo das tendências históricas, compreender em cada fenômeno, suas causas primeiras, já que tudo deve ser explicado a partir de “dentro”, “endogenamente” (Elster, 1989, p. 41), Marx desenvolve toda a sua teoria de maneira ontológica, reconhecendo na gênese do ser social, a importância do complexo do trabalho e da atividade econômica, esta sempre ligada ao reino das necessidades.

2.1 Teleologia e Causalidade: interações inelimináveis observadas em todo complexo da práxis social

É através do trabalho que o homem insere sua marca na natureza. Este manipula e modifica os elementos naturais de acordo com seus interesses, produzindo objetos previamente idealizados como resposta a necessidades postas pela realidade objetiva. Este caráter teleológico primário, que se verifica pelo afastamento das barreiras naturais por meio do trabalho, faz com que esta atividade interativa seja considerada modelo de toda práxis social. Está presente em todas as esferas da vida cotidiana dos indivíduos, a intenção de transformar seus pensamentos em realidade. Assim, é por meio desta atividade que se realizam posições teleológicas, finalidades, que pressupõem uma consciência que estabeleça um fim (LUKÁCS, 1981b, p. 6-7).

É importante perceber que

“[...]tanto no trabalho, no intercâmbio orgânico com a natureza, quanto nas outras esferas da prática social, o que há de comum nessas ações é o fato de que em todas elas se encontra uma tomada de decisão entre alternativas, o que implica a existência de um momento ideal, de uma prévia-ideação como denominador comum a todas elas[...]” (VAISMAN, 1989, p. 411)

Com esta afirmação, pode-se constatar que a consciência, por meio desta atividade interativa, não é um epifenômeno, ou seja, simplesmente um produto secundário das relações sociais. A consciência é o mecanismo previamente necessário à criação incessante do novo, sem o qual o trabalho, visto como categoria fundante do ser social, seria impossível.

Compreender o caráter teleológico do trabalho é essencial para a compreensão do ser social. Lukács esclarece que desde a Grécia Antiga existia na história da filosofia a necessidade de conceber uma teleologia na história e na natureza. O homem estaria em busca de entender o sentido do movimento do mundo, o sentido de sua existência, inclusive das suas ações individuais, e que este sentimento continuaria a permear toda a cotidianidade (LUKÁCS, 1981b, p. 8).

Marx seria o primeiro a romper com a tradição idealista, na qual a história teria uma finalidade, identificando uma teleologia apenas no complexo do trabalho, que se estende a toda práxis humana.

Portanto, para Lukács, toda a tentativa de atribuir algum sentido e significado a vida, estariam “profundamente radicadas na vida cotidiana” (Ibid., p. 8). Esta atribuição de sentido à vida, também estariam diretamente ligadas a preceitos religiosos, nos quais, toda a

existência humana estaria pré-destinada por um ser superior e divino, que ensina como se deve viver abarcando toda a vida pessoal imediata.

Para compreender as categorias ontológicas do ser social de maneira correta, não se pode “pressupor uma ‘natureza humana’ a- histórica”, pois esta concepção impede que o homem seja “o artífice da sua própria existência” (LESSA, 1995, p. 87-88)

Lukács, assim como Marx, compreende a teleologia não como finalidade posta por um ser superior ao homem, no qual todos os meios ou recursos existentes, transformados e aperfeiçoados por este homem, estariam subordinados à realização desse fim, mas como uma concreta, inevitável e ineliminável relação dialética que se dá por meio do trabalho. Observa que

“[...] para Marx, o trabalho não é uma das muitas formas fenomênicas da teleologia em geral, mas o único lugar onde se pode demonstrar ontologicamente a presença de um verdadeiro pôr teleológico como momento efetivo da realidade material[...]. Nem é preciso repetir Marx para entender como qualquer trabalho seria impossível se ele não fosse precedido de um tal pôr, que determine o processo em todas as suas fases[...]” (LUKÁCS, 1981b, p. 11).

No afã de negar o misticismo que impregnava a cotidianidade, na qual o homem estaria cumprindo um plano divino, os materialista² anteriores à Marx negaram por completo a existência de uma teleologia que pudesse realmente estar operando na realidade. Ao contrário, perceberam de maneira correta, mas unilateral, que na história apenas existiria conexões causais, necessárias, e que em seu movimento interno, possuiria

² Para uma leitura mais detalhada sobre os materialistas franceses do século XVIII Cf. o texto de Engels, F., *Ludwig Feuerbach e o fim da filosofia Clássica Alemã*, 1977b, p.81-117.

legalidades próprias, sendo assim, “objetivamente finalísticas” em razão de seus determinantes.

Somente Marx consegue perceber que no interior da práxis social, se articulam estas duas categorias aparentemente opostas – teleologia e as causalidades – de uma determinada forma que inclusive a causalidade, ou seja, a legalidade do ser-em-si das coisas, podem ser postas a serviço da vontade humana.(LUKÁCS, 1981b, p. 12).

Ao constatar que essas duas categorias se inter-relacionam no interior de um processo real, pode-se pensar em uma eventual predominância da teleologia sobre as causalidades, isto é, a posição do fim sendo muito mais importante que a busca pelos meios necessários à sua realização. Mas esta importância tende a se inverter à medida que se observa a totalidade do complexo das relações sociais no decorrer do desenvolvimento histórico. Para que se entenda melhor essa relação, partiremos do seguinte pressuposto: a relação ineliminável entre o homem e natureza.

Lukács aponta a existência de três formas de ser: o ser inorgânico, o ser orgânico e o ser social. Segundo o autor, o ser social, que é o grau mais alto do ser, só poderia atingir tal desenvolvimento sobre uma base orgânica. Por mais complexa que seja a sociedade, o homem não consegue se desvencilhar de suas necessidades biológicas, que se caracterizam pela reprodução da vida. Em contrapartida, o desenvolvimento deste ser orgânico também ocorre sobre uma base inorgânica, que são elementos cujas propriedades combinadas em uma determinada circunstância, possuem a possibilidade de se transformarem em outra coisa (LUKÁCS, 1978, p. 3).

Essas formas de desenvolvimento do ser não se caracterizam por derivações mecânicas imediatas da forma inferior para a forma superior, e sim, pela existência do que o autor chamou de “saltos ontológicos”. Afirma que “essa forma mais complexa é algo

qualitativamente novo, cuja gênese não pode jamais ser simplesmente “deduzida” da forma mais simples” (LUKÁCS, 1978, p. 3).

O ser social em sua forma mais primitiva, já continha propriedades que possuíam em si a possibilidade de um desenvolvimento, de uma complexificação. Para que este novo ser pudesse se desenvolver foi imperiosa a existência de condições favoráveis que puderam viabilizar tal feito. Mesmo assim, esse desenvolvimento não tem um caráter fatalista, pois podem ocorrer em determinados momentos ou não.

Logo, ao se complexificarem as forças produtivas, a divisão do trabalho, enfim, o processo de organização e reprodução da vida material – que puseram novas necessidades ao homem que não podem ser reduzidas à esfera do econômico – também se complexificaram o ser social e as individualidades, tendo a consciência um papel fundamental neste processo. Isto porque, anteriormente à existência concreta do resultado efetivo do trabalho, este já existia idealmente, na consciência do trabalhador.

Portanto, o homem (ser social), responde aos problemas dados pelo desenvolvimento social, decidindo entre alternativas postas por essa realidade, tendo em vista posições teleológicas futuras.

O trabalho, como atividade mediadora entre homem (sociedade) e natureza, impulsionou o salto qualitativo deste ser mais primitivo. Assim, tem-se o animal (ser orgânico), que se fez homem (ser social) por meio do trabalho. Lukács afirma que é inquestionável que a totalidade das atividades laborativas tenham surgido como respostas aos carecimentos que a totalidade das relações sociais provocam. Diz que

“[...] o homem torna-se um ser que dá respostas precisamente na medida em que – paralelamente ao desenvolvimento social e em proporção

crescente – ele generaliza transformando em perguntas seus próprios carecimentos e suas possibilidades de satisfazê-los; e quando, em sua resposta ao carecimento que a provoca, funda e enriquece a própria atividade com tais mediações, freqüentemente bastante articuladas[...]" (LUKÁCS, 1978, p. 5).

Na atividade do trabalho, são postas teleologias ou finalidades que a cada momento singular impulsionam séries causais, ou seja, põe em movimento os meios ou recursos necessários para se alcançar o fim posto, sendo a totalidade deste movimento causal regido por leis próprias. Na natureza, por exemplo, a causalidade existe, independentemente da teleologia. Isso quer dizer que a natureza, ou o ser-em-si das coisas e suas propriedades, jamais poderiam se transformar em algo completamente diferente daqueles determinantes imanentes às suas propriedades biológicas, físicas, químicas.

Somente o homem, através do seu pensamento seria capaz de organizar as propriedades de tais elementos e utilizá-las de acordo com sua vontade para a realização do fim posto. Existem aqui limites naturais que o homem não pode eliminar, mas poderá, com um reflexo correto ou parcial da realidade, articulá-las em novas circunstâncias, cujos limites ou barreiras naturais podem ser afastadas. Assim,

"[...] a única mudança das categorias naturais só pode consistir no fato de que estas – em sentido ontológico – tornam-se postas; o seu caráter de ser-posta é a mediação da sua subordinação à determinante posição teleológica, mediante a qual, ao mesmo tempo que se realiza um entrelaçamento, posto de causalidade e teleologia, se tem um objeto, um processo, unitariamente homogêneo[...]" (LUKÁCS, 1981b, p. 14).

A transformação da causalidade dada em causalidade posta significa que por meio das posições teleológicas, a propriedade natural de um elemento, é utilizada para outra finalidade que não àquela para a qual ele propriamente existe – o sol que gera energia para o consumo doméstico e industrial, por exemplo.

Mas não se deve esquecer que, segundo o conceito de Ato e Potência de Aristóteles³, frisado por Lukács, o fim posto pode ser efetivado ou não. Ou seja, a potencialidade traz em si a possibilidade de realização ou não das prévias ideações.

Tem-se assim, uma outra característica da realidade social que deve ser levada em consideração, o fato de que existe a necessidade de conhecer o objeto em-si para poder transformá-lo, isto é, transformá-lo em causalidade posta. Isto não significa que as conseqüências dos resultados da totalidade dessas ações possam ser conhecidas de maneira absoluta:

“[...]tem-se que o homem, que põe determinadas posições teleológicas, sempre o faz de modo, sem dúvida, consciente, mas nunca em condições de um conhecimento pleno de todos os aspectos e características envolvidas[...]o sujeito do trabalho conhece, mas não se encontra em condições de dominar todo o complexo de determinações e circunstância que marcam o campo em que atua, restando sempre um espaço desconhecido[...]” (VAISMAN, 1989, p. 412)

Ao se pensar nos primórdios das relações sociais e em seus desdobramentos, no tempo em que as forças produtivas eram pouco desenvolvidas e os pressupostos do trabalho

³ De acordo com Lukács (1981b, p.28), em seu capítulo sobre o Trabalho, Aristóteles declara que “Toda potência é ao mesmo tempo, potência de duas coisas contrárias, uma vez que, se de um lado aquilo que não tem a potência de existir não pode ser propriedade de coisa alguma, de outro lado, tudo aquilo que tem a potência de existir também pode não se transformar em ato. Conseqüentemente aquilo que tem a potência de ser pode ser e também não ser; daí que seja a mesma coisa a potência de ser e de não ser”.

eram encontrados prontos na natureza, o autor reconhece que o conhecimento correto do ser-em-si não foi imprescindível ao desenvolvimento da sociedade. Este trecho pode ser ilustrativo:

“[...] Se para trabalhar fosse necessário um conhecimento mesmo que somente aproximado desta infinidade intensiva em si, o trabalho jamais poderia ter surgido nas fases iniciais da observação da natureza (quando não havia um conhecimento no sentido consciente) [...] aí está presente a possibilidade ilimitada do trabalho[...] porque deriva com clareza [...] um pôr que apanhe com aquela adequação concretamente requerida pela finalidade concreta os momentos causais necessários para o fim em questão,[...] [e] tem a possibilidade de ser realizado com sucesso também nos casos em que as representações gerais acerca dos objetos, dos processos, das conexões, etc. da natureza ainda são inteiramente inadequados enquanto conhecimento da natureza em sua totalidade[...]” (LUKÁCS, 1981b, p. 15).

No decorrer do desenvolvimento das forças produtivas, da ciência e da tecnologia, “o animal que se fez homem” durante o aperfeiçoamento do processo e divisão do trabalho passou a compreender cada vez mais o ser-em-si das coisas e sua interconexão causal, sendo possível assim adequá-los aos objetivos e necessidades particulares.

Significa dizer que, para uma concreta transformação do real, foi preciso adquirir o conhecimento correto dos objetos-em-si, afastando as barreiras naturais que os impediam de concretizar suas prévias ideações, objetivando-as da forma mais adequada às suas necessidades.

Deste modo, pode-se pensar que a busca incessante dos meios, tendo como parâmetro a realização das necessidades, tem como consequência que “em cada processo singular de trabalho o fim regula e domina os meios” (LUKÁCS, 1981b, p. 16).

Ao pensar na continuidade e no desdobramento histórico do ser social, cada vez mais complexo e dinâmico, é possível perceber, como já afirmado anteriormente, quase que uma inversão desses valores, que pretende subsumir de forma rígida a causalidade à teleologia.

Os meios, os recursos, têm um papel fundamental para a realização do fim posto. É por isso que perdura o interesse em pesquisar a natureza – e a ciência é maior expressão desta preocupação – a fim de que se possa garantir que os processos de trabalho também continuem a se desenvolver. Sendo assim, “É por isso que o conhecimento mais adequado que fundamenta os meios (utensílios, etc.) é, muitas vezes, para o ser social, mais importante do que a satisfação daquela necessidade” (LUKÁCS, 1981b, p. 16).

Sem dúvida, a busca pelo conhecimento dos meios e suas conexões causais é o momento predominante dessa interação, já que segundo Lukács, o conhecimento correto destes meios realça o domínio do homem sobre a natureza, ao mesmo tempo em que, na busca pela realização dos fins postos, o homem dependa dos recursos obtidos na natureza (LUKÁCS, 1981b, p. 21).

Pode-se notar aqui uma relação dialética entre dominação e dependência, entre o homem que age transformando, pondo teleologias, mas que também é transformado, que precisa conhecer a natureza e sua dinâmica de funcionamento, para também pôr causalidades, isto é, para adequar as interconexões e legalidades puramente naturais segundo suas vontades, suas intenções. Este movimento é uma relação ineliminável entre o homem (sociedade) e a natureza, sendo o momento predominante neste caso, o contínuo processo de sociabilização.

Verifica-se assim que o conteúdo central da história em Marx, segundo Lukács, seria o desenvolvimento das mediações sociais e o conseqüente afastamento das barreiras

naturais, que viabilizou o surgimento da primeira formação puramente social, o capitalismo moderno, no qual o próprio trabalho já consegue criar os seus próprios pressupostos (LESSA, 1995, p. 89-90).

Até o momento a análise se deu no campo da esfera do trabalho, das necessidades. Sabe-se que o complexo do ser social não pode ser reduzido ao trabalho, já que com o desenvolvimento da sociedade, outras necessidades foram surgindo, assim como outros tipos de posições teleológicas, estas, indispensável à própria reprodução deste ser social. Essas novas posições teleológicas – ditas secundárias – são a necessidade de desenvolvimento de novas características psicológicas “requeridas pelo próprio processo laborativo” (VAISMAN, 1989, p. 413).

Essa teleologia secundária difere daquela encontrada na esfera do trabalho, porque esta tem a intenção de modificar não a natureza, “mas a consciência de um grupo humano” (LUKÁCS, 1981b, p. 42), para que as atividades exercidas de forma cada vez mais social, ou seja, de forma cada vez mais complexa e mediada, seja efetivada em toda sua plenitude. Assim, a “posição teleológica secundária é tanto mais fundamental quanto mais complexa for a divisão do trabalho” (VAISMAN, 1989, p. 413).

É o caso das atividades, consideradas superestruturais como a política e o direito, “cujo conteúdo pode estar voltado tanto para a manutenção, quanto para o desenvolvimento ou destruição do *status quo*” (VAISMAN, 1989, p. 414).

Precisamente aqui, se faz presente a problemática das ideologias, que enquanto função social, deve promover a reprodução desta forma de sociabilidade com o mínimo conflito possível. Estas considerações serão feitas adiante, quando será demonstrado de forma sumaríssima, a importância das ideologias para a interpretação do mundo, portanto da realidade social.

2.2 Decisões entre alternativas: o reino da liberdade *versus* o reino da necessidade?

As teleologias, primária, que possui a finalidade de modificar a realidade concreta e a secundária, com a finalidade de modificar a consciência de outros homens, são postas por um indivíduo ou grupos de indivíduos. Também, como mencionado anteriormente, o ato de pôr finalidades no trabalho, desencadeiam séries causais que interagem com outras causalidades geradas por atos de outros indivíduos.

Como na teleologia primária os meios utilizados para atingirem esse fim continuam tendo uma porção natural, estão sujeitos tanto a causalidades naturais, como também a causalidades postas (sociais), já explicadas anteriormente. Na teleologia secundária, a imprecisão quanto a concretização do fim é infinitamente maior porque depende da ação de outros homens para que o fim seja efetivamente realizado. Ou seja, o objeto de transformação deixa de ser um ente natural para ser a consciência humana.

As decisões individuais seriam influenciadas por todas essas causalidades que resultam da totalidade das relações sociais, e os efeitos finais desses atos singulares não poderiam ser previstos na sua totalidade pelo sujeito que decide.

“[...]as conseqüências materiais destas decisões, tanto nos casos singulares como nas sínteses globais, resultam ser completamente diversas daquelas que os indivíduos – ainda que se trate de muitos indivíduos – imaginaram, quiseram[...]” (LUKÁCS, 1981a, p. XXXIV).

Assim como acontece no complexo do trabalho, todo o processo no interior da práxis social, desencadeado pelas relações entre os homens, geram alternativas concretas, sobre as quais os indivíduos singulares devem tomar decisões.

Segundo Lukács, decidir entre alternativas é um ato de consciência e é a base para se estar aderindo a novas formas de adequação mais eficientes à realização do trabalho segundo o fim posto. No processo de trabalho – e em toda práxis – a alternativa não ocorre uma única vez, se repetindo em cada movimento singular sempre com o intuito de evitar que as causalidades daí derivadas incidam de forma não esperada sobre o resultado da ação (LUKÁCS, 1981b, p. 30).

Quando os homens decidem realizar determinadas ações, entra-se, de acordo com Lukács, em um período de conseqüências, nas quais se evidencia uma cadeia de alternativas sempre novas e, portanto a necessidade de novas decisões. Isso não significa que estas ações não podem se tornar reflexos condicionados, atos mecânicos ou repetitivos, pois mesmo aquelas atividades que parecem ser realizadas de maneira automática, foram antes objetos de uma decisão entre alternativas (LUKÁCS, 1981b, p. 30 - 31).

O importante a notar é que há um limite para a realização das finalidades, ou seja, da transformação do real e da previsão correta de suas conseqüências, em toda a sua extensão⁴. Este limite está ancorado nas conseqüências últimas das ações provindas da síntese de atos singulares, ou seja, de todo o complexo social, que não podem ser previstas

⁴ Sobre este fato, Engels afirmou “não nos deixemos dominar pelo entusiasmo em face de nossas vitórias sobre a natureza[...]É verdade que as primeiras conseqüências dessas vitórias são as previstas por nós, mas em segundo e em terceiro lugar aparecem conseqüências muito diversas, totalmente imprevistas e que, com frequência, anulam as primeiras. Os homens que na Mesopotâmia, na Grécia, na Ásia Menor e outras regiões devastavam os bosques para obter terra de cultivo nem sequer podiam imaginar que, eliminando com os bosques os centros de acumulação e reserva da umidade, estavam assentando as bases da atual aridez dessas terras[...]” Cf. Engels, *Sobre o papel do trabalho na transformação do macaco em homem*, 1977a, p.71.

com segurança e muitas vezes, são antinômicas ao resultado daquelas ações planejadas pelos indivíduos que decidem.

Portanto, toda decisão visa a realização de alternativas concretas, que se apóiam em estruturas concretas, historicamente dadas, e que visam a satisfação de necessidades concretas não criadas pelos indivíduos, mas pelo complexo do ser social no qual aqueles operam. Por isso

“[...]O sujeito só pode tomar como objeto de sua finalidade, de sua alternativa, as possibilidades determinadas sobre o terreno e por este complexo de ser que existe independentemente dele. E é do mesmo modo evidente que o campo das decisões é limitado por este complexo de ser[...]” (LUKÁCS, 1981b, p. 34).

Em suma, é a reprodução deste “unitário complexo ontológico” – o ser social – que irá determinar como ocorrerá a explicitação das potencialidades individuais que atuam no interior deste complexo. Fica assim evidente que para Lukács “não há qualquer traço de ruptura, ao nível do ser, entre a reprodução do indivíduo e a reprodução da sociedade como um todo”. Isso porque ambos possuem, como fundamento, as decisões alternativas dos indivíduos (LESSA, 1995, p. 87).

O caráter das alternativas, que pressupõe uma relativa “liberdade de decisão”, não significa que a efetivação do fim posto dependa única e exclusivamente do sujeito que decide, de sua racionalidade econômica, do seu grau de instrução, da exatidão do seu pensamento e originalidade existentes etc. Lukács afirma que a realização de finalidades depende da necessidade que esse produto da ação deve satisfazer. Em suma, é essa necessidade que determina o projeto do trabalho e de outras práxis, que determina também

a constante tentativa de reflexão correta da realidade em relação às conexões causais e os pontos de vistas, concepções de mundo, interpretações desenvolvidas para compreender os resultados dessas conexões (LUKÁCS, 1981b, p. 34).

“[...]A liberdade, enquanto característica do homem que vive na sociedade e age socialmente, jamais está isenta de todo determinismo. Basta lembrar o que já dissemos acerca do fato de que até no trabalho mais simples aparecem certos pontos de união das decisões nos quais o direcionamento para um lado ao invés de outro pode acarretar um ‘período de conseqüências’, no qual o espaço de decisão se torna extremamente exíguo e, em certas circunstâncias, pode reduzir-se a zero[...]” (LUKÁCS, 1981b, p. 92).

Vê-se que qualquer “escolha” ou decisão realizada pelos indivíduos, não deve ser observada e analisada como necessidade de realização de posições teleológicas singulares derivadas unicamente da pura subjetividade. Segundo Lukács, em uma sociedade, a interação da totalidade destes atos singulares sempre evidenciam a existência de tendências análogas no campo das ações, tipos, convergências, etc. É na análise da totalidade social, na categoria da realidade concreta, que se verifica esses componentes determinantes dos atos de indivíduos singulares (LUKÁCS, 1981b, p. 35).

Visto todas essas características, tanto as séries causais desencadeadas pelas decisões entre alternativas no interior da práxis social, com suas leis gerais resultantes das objetivações dos complexos sociais – crises econômicas e políticas – como as tendências análogas evidenciadas na síntese dos atos individuais – formas de interpretação da realidade, concepções de mundo – fazem com que as finalidades postas de maneira isolada por estes indivíduos singulares que decidem, não sejam capazes “de transformar a

universalidade da lei e seus efeitos universalmente causais” (LUKÁCS, 1981a, p. XXXVII). Porém, o indivíduo que está sujeito a essa lei, possui uma “margem de manobra” que pode minimizar ou potencializar esses efeitos.

Como nas posições teleológicas secundárias as alternativas estão direcionadas à induzir outros homens a “assumir posições requeridas pelo processo de auto-reprodução humana” (VAISMAN, 1989, p. 416), Lukács aponta que nas posições teleológicas primárias as alternativas estão orientadas efetivamente para o controle da natureza, isto é, o afastamento cada vez maior das barreiras naturais que impõem limites às ações humanas. Assim, embora as alternativas estejam voltadas para a transformação da natureza exterior e à consciência de outros homens, ambas têm a sua origem em necessidades sociais (LUKÁCS, 1981b, p. 35).

É importante notar que necessidade e liberdade não são contraditórias, muito pelo contrário. Estão em interação direta no processo da reprodução social, sendo claramente “um mito... as alternativas que se realizam na pura liberdade abstrata” (LUKÁCS, 1981, p. 35). São as necessidades criadas socialmente, e particularizadas de acordo com as condições materiais de existência dessas pessoas, que determinam as suas ações individuais, e não as vontades puramente subjetivas, autonomizadas das condições objetivas, que vão determinar essas decisões ou “escolhas”, até porque, estas não estão descoladas da práxis cotidiana, sempre estranhada, parcial e fenomênica.

Vê-se que é com o aparecimento das alternativas, no complexo do trabalho, que surge “pela primeira vez o fenômeno da liberdade” em sua gênese ontológica (LUKÁCS, 1981b, p. 91). Esta forma de liberdade se caracteriza pela decisão consciente – manipulação da natureza com conhecimento de causa – a respeito das alternativas com relação ao fim posto e a transformação das séries causais em causalidades postas.

Segundo Lukács, “a liberdade é aquele ato de consciência que dá origem a um novo ser posto por ele” (LUKÁCS, 1981b, p. 91).

Não podemos esquecer que os homens que respondem à questionamentos postos pelo conjunto social e decidem entre alternativas tendo em vista uma determinada teleologia, põem em movimento séries causais, que se inter-relacionam com outras causalidades, cujas conseqüências da totalidade dessas relações são diferentes dos fins postos inicialmente.

Segundo Lukács,

“[...] quanto maior for o conhecimento das cadeias causais que operam em cada caso, tanto mais facilmente podem ser transformadas em cadeias causais postas, tanto mais seguro é o domínio do sujeito sobre elas, ou seja, a liberdade que ele pode ter [...]” (LUKÁCS, 1981b, p. 94).

Esta forma de liberdade, originada do complexo do trabalho, se caracterizaria pelo ato de pôr teleologia, pela possibilidade existente de criação ou produção de um ser ontologicamente novo, que depende do conhecimento correto do ser-precisamente-assim-existente, transformados pelo ato consciente em causalidades (necessidades) postas. Salienta-se que na totalidade desse complexo de relações, coexistem forças sociais e forças naturais, gerando como conseqüência novas condições sociais ou novas alternativas que determinam as novas ações individuais.

Mas o ato de liberdade, o querer transformar a realidade, e com as devidas mediações, a consciência de outros homens, dão origem à séries causais e à complexos de relações que geram novas necessidades, e, portanto, novos campos de atuações distintos do trabalho.

Segunda Lessa, Lukács teria apontado a insuficiência do conceito de liberdade em Engels, por constatar que a única liberdade existente seria somente aquela ligada à esfera do trabalho. Além desta forma originária da liberdade, as outras esferas não econômicas que se desenvolvem com a conseqüente complexidade da relação e reprodução do ser social, esferas relativamente autônomas, que possuem legalidades próprias que acabam por determinar sua particularidade como a política, a religião, a linguagem etc., também possuem uma forma própria de liberdade. Sendo assim, “um ato em si unitário, a efetivação da liberdade no trabalho, dá origem a fenômenos que são concomitantemente, distintos e indissociáveis da processualidade originária” (LESSA, 1996, p. 124).

Entende-se então que há uma relação que é ineliminável entre liberdade, que tem como premissa as posições teleológicas, e a necessidade, causalidades, a fim de garantir a reprodução da sociabilidade instaurada, posta em marcha pela totalidade das relações sociais, síntese das ações individuais, e que determinam as novas formas de agir do indivíduo.

É inegável que o constante movimento, que visa a alocação de meios eficazes à realização de um fim posto, tem caráter social. Também ocorre que no decorrer do desenvolvimento histórico, os meios que parecem racionais à concretização de posições teleológicas de uma época, se tornam inadequados em outro momento. E é precisamente aqui, que Lukács revela a importância das “motivações morais, éticas, etc. dos homens (que) se apresentam como momentos reais do ser social”, e que auxiliam no estabelecimento do meio adequado ou inadequado à realização de um fim (LUKÁCS, 1981b, p. 107).

Assim, o autor argumenta que para não haver equívocos quanto às decisões entre alternativas, é preciso ter em mente qual “valor”, entre os resultantes do

desenvolvimento do complexo social, está diretamente ligado ao objeto da posição teleológica que se quer atingir, para que estes valores possam ser conservados, mantidos. Vemos que para Lukács, estas decisões subjetivas revelam-se ser um fenômeno social.

“[...]todas as valorações que aparecem nestas decisões subjetivas estão ancoradas na objetividade social dos valores, no significado destes para o desenvolvimento objetivo da espécie humana, e tanto a sua relação ou contraposição a valores, quanto a intensidade e duração de sua eficácia são, em última análise, resultados deste processo social objetivo[...]” (LUKÁCS, 1981b, p. 107).

Ou seja, a cultura, os valores, as motivações morais são expressões reais e objetivas de um determinado momento histórico, que podem estar em vigor em determinado momento e não estar em uma outra época. Em um determinado momento esses valores orientam as ações dos homens no conhecimento das séries causais, a fim de efetivar uma determinada teleologia posta por um complexo dinâmico e contraditório de relações.

Depois dessa breve exposição, espera-se ter contribuído minimamente para o esclarecimento da importância dos “abstratos construtos valorativos” na reprodução do complexo social. O intuito é demonstrar que não há submissão das subjetividades em favor da estrutura, e sim, uma relação que é dialeticamente construída entre indivíduo/sociedade.

2.3 Algumas considerações acerca da ideologia

A vida social está permeada por ideologias. Para Lukács, segundo Lessa (1996), ideologias não podem ser vistas pura e simplesmente como falsa consciência do mundo real e como algo negativo, mas, sobretudo, como uma função social. Resumindo, ideologias são um conjunto de,

“[...] idéias (que) compõem, sempre, uma visão de mundo, e auxiliam os homens na tomada de posição frente aos grandes problemas de cada época, bem como frente aos pequenos e passageiros dilemas da vida cotidiana[...].” (LESSA, 1996, p. 48)

O homem é um ser ideológico porque utiliza a consciência para dar respostas a carecimentos naturais ou sociais. Segundo o autor acima citado, seria por meio do trabalho que o indivíduo desenvolveria a sua sociabilidade e habilidade para além do trabalho em si. A complexificação da totalidade das relações sociais, que compreende o desenvolvimento das forças produtivas e da divisão do trabalho, faz com que surjam novas necessidades e novas finalidades nas ações das pessoas ou grupo de pessoas. Essas novas finalidades ou “novas posições teleológicas” que surgem em sociedade, devem ser generalizadas a fim de convencer outros indivíduos – posição teleológica secundária – a agirem visando o mesmo objetivo, para garantir a reprodução social (LESSA, 1996, p. 50).

Dessa forma, se não houvesse originalmente a transformação do real por meio do trabalho – atividade que por si só é teleológica – não seria preciso convencer os outros membros da sociedade que deveriam atuar sobre o existente de uma determinada forma e não de outra. A reprodução do sistema social total não seria possível se cada indivíduo

singular agisse como bem entendesse e de maneira isolada. Lê-se abaixo o argumento de

Lukács:

“[...] Sem a transformação do real por meio da objetivação de posições teleológicas, não teria qualquer sentido tentar convencer outros indivíduos para que exerçam uma dada ação sobre o existente. Apenas no contexto de uma vida social, genérica, pode ter importância para um indivíduo quais posições teleológicas, quais valores e alternativas, os outros indivíduos objetivam [...]” (LESSA, 1996, p. 51).

Mas não se quer afirmar com isso que todas as pessoas devem agir e pensar de forma homogênea, como se fossem uma massa manipulável. O que ocorre é que, durante o processo de desenvolvimento e complexificação da sociabilidade, surgem novas alternativas de ação, na qual os indivíduos tendem a decidir a forma de agir, como diria Heller (1972, p. 22) “no interior de possibilidades dadas”, resultantes da totalidade das relações sociais. Não se pode esquecer que essas ações, que podem ser positivas ou negativas para o sujeito, considerado enquanto membro de uma classe social⁵ é orientado pela visão de mundo ideal deste indivíduo, ou seja, pelas suas ideologias.

⁵ No sistema capitalista moderno, as três classes sociais classificadas por Marx em *O Capital*, na era do capitalismo clássico e da grande indústria – os proprietários de terra, os capitalistas e o proletariado – continuam valendo para análises recentes da sociedade mas deve-se observar, devido a maior complexidade social atingida atualmente, peculiaridades que devem ser cuidadosamente analisadas. Rui Fausto, faz a seguinte observação, “No que se refere às classes, além do aumento absoluto do proletariado, haveria um aumento absoluto e relativo dos improdutivos exteriores à produção, sobretudo os domésticos. Haveria por outro lado crescimento absoluto dos improdutivos da produção, cujo trabalho é progressivamente desvalorizado. Quanto à classe capitalista, o fenômeno mais importante seria a separação entre propriedade do capital e o seu funcionamento, no sentido em que cada um deles caberia a agentes diferentes”. Os improdutivos interiores à produção seriam as atividades de comércio e de serviços submetidos diretamente ao capital industrial, já os improdutivos exteriores à produção seriam o chamado exército de reserva, os precários como os que desenvolvem trabalhos domésticos, os camelôs etc., e o proletariado, a classe ligada diretamente à produção. Existe ainda a discussão dos improdutivos interior à produção, cuja valorização do valor se dá no tempo de não trabalho, mas que no momento não vem ao caso. O importante é notar que todos esses trabalhadores são afetados pela crise do desemprego estrutural e avanço tecnológico, mas de acordo com a posição que ocupam na estrutura social. Trecho citado da obra Fausto, R. *Lógica & Política*, 1987, p.275.

A complexidade das relações sociais determina o surgimento do que Lessa chamou de “complexos sociais específicos”, de caráter relativamente autônomo, que tem a função de regular a práxis social para que seja possível a reprodução da sociedade – como é o caso da política, do direito, da moral, da religião, da educação etc. – e também tem como consequência

“[...] a crescente necessidade de respostas genéricas que permitam ao indivíduo não apenas compreender o mundo em que vive, mas também justificar a sua práxis cotidiana, torná-la aceitável, natural, desejável. Essa função de fornecer tais respostas genéricas repetimos, cabe a ideologia[...]” (LESSA, 1996, p. 53).

Assim, estas atividades não econômicas, que constituiriam a chamada “superestrutura social”, podem estar voltadas “tanto para a manutenção quanto para o desenvolvimento ou destruição do *status quo*”, tendo sua existência determinada “pelas necessidades postas pelo desenvolvimento material da sociedade”. Não seria possível detalhar neste estudo, toda a problemática em torno da ideologia, mas é importante frisar que a “intencionalidade da ação é muito mais complexa” (VAISMAN, 1989, p. 414 - 416).

Constata-se que sem as posições teleológicas secundárias – aquelas voltadas ao convencimento de outros homens – seria impossível reproduzir as condições materiais da própria existência social. Desta forma, “qualquer resposta que os homens venham a formular, em relação aos problemas postos pelo seu ambiente econômico-social, pode, ao orientar a prática social, ao conscientizá-la e operacionalizá-la, tornar-se ideologia” (VAISMAN, 1989, p. 418).

Ao se constatar que a sociedade não se caracteriza pela soma dos interesses individuais, mas sim pela síntese das ações de indivíduos que compõem classes de interesses antagônicos, pode-se pensar que a luta entre as classes tem nas ideologias uma de suas armas fundamentais. É extremamente importante à reprodução social, da forma como ela se apresenta no sistema capitalista, que a maioria miserável e precarizada pense a sua condição como algo natural, imutável ou até mesmo desejável – haja visto vários argumentos acerca da riqueza, constatadas nas entrevistas, que esta não traria felicidade – para minimizar os conflitos sociais.

As relações humanas, mediadas pelo complexo do trabalho, ou seja, pela capacidade de dar respostas através de ações teleologicamente postas com o intuito de transformar o real, determinam o desenvolvimento do homem enquanto gênero e ao mesmo tempo enquanto indivíduo-particular. Neste movimento do ser, existe a ineliminável contradição entre gênero e indivíduo, originariamente desencadeado pelo caráter generalizador do trabalho e posteriormente estendido, com a complexificação da sociedade, a toda práxis social.

Para Lukács, é no cotidiano que o indivíduo é obrigado a decidir, tendo em vista alternativas dadas, entre satisfazer necessidades que expressem interesses e valores genéricos ou a satisfazer necessidades que expressem interesses e valores particulares. Na sociedade capitalista, cujos interesses de classes são antagônicos, estes conflitos aparecem privilegiando os interesses e valores de uma classe em particular, que é minoritária em relação a uma maioria desprovida de propriedade (LESSA, 1996, p. 95).

O indivíduo singular não escolhe porque o campo das suas escolhas já foi traçado.

A existência dos “complexos sociais específicos” mencionados acima deixa mais clara a tensão existente entre o gênero humano e o indivíduo. Haja visto a existência de complexos que têm como prioridade administrar e regular as relações sociais, e garantir direitos e deveres do cidadão (público) – liberdade, igualdade, justiça, segurança etc. e, ao mesmo tempo garantir o direito à propriedade individual e a acumulação de riqueza.

Por outro lado, é mediante esses complexos específicos, que no decorrer do desenvolvimento histórico humano-social são reconhecidas necessidades genéricas como as já acima citadas, e estas se elevam à consciência de todos, bem como a contraposição entre indivíduo/gênero característico do mundo dos homens, facilitando a identificação das necessidades do gênero historicamente surgidas (LESSA, 1996, p. 97).

Diferentemente da moral, do direito etc. à ética caberia a superação desse conflito existente entre gênero e indivíduo. Assim,

“[...]Segundo Lukács é função específica da ética conectar necessidades postas pela generalidade humana em desenvolvimento, com a superação do antagonismo gênero/particular. Ao direito, ao costume, à tradição e à moral, pelo contrário, caberia, *mutatis mutandis*, atuar no interior da contradição generalidade humana/particularidade de modo a possibilitar, no cotidiano, que o indivíduo refira a si próprio as necessidades genéricas postas pelo processo de socialização[...]” (LESSA, 1996, p. 99).

Ou seja, a possibilidade existente no capitalismo, de satisfação das necessidades sociais, postas pelo desenvolvimento da sociabilidade, até o momento (e não se sabe por quanto tempo) está a serviço das individualidades egoístas, de uma elite que se apropria privadamente desses meios e de seus benefícios.

Finalmente, verifica-se que categorias de análises como teleologia e causalidade, liberdade e necessidade, decisões entre alternativas, as ideologias ou concepções de mundo, generalidade e individuação, são categorias essenciais ao entendimento da totalidade das relações sociais, e extremamente importantes neste estudo, que propõe entender as decisões entre alternativas de trabalhadores altamente precarizados ocupados atualmente como os camelôs. Por isso, acredita-se na importância de se utilizar este pressuposto teórico como orientador da análise das entrevistas, que com toda certeza refletirão muitas das consequências das transformações do mercado de trabalho atual.

PARTES

1 DETERMINAÇÕES SUBJETIVAS E OBJETIVAS DAS TRAJETÓRIAS OCUPACIONAIS DE TRABALHADORES ATUALMENTE OCUPADOS COMO CAMELÔS NA CIDADE DE MARÍLIA - SP



CAPÍTULO 3: O CAMELO DA CIDADE DE MARÍLIA-SP: UMA ANÁLISE DAS PARTICULARIDADES DE SUAS TRAJETÓRIAS OCUPACIONAIS

3.1 Características gerais do objeto de estudo e os critérios para os procedimentos de pesquisa.

A cidade de Marília, localizada no interior do estado de São Paulo, com uma área territorial de 1.179 km², possui cerca de 300 mil habitantes e é considerada a maior indústria têxtil do Brasil.

PARTE 2

DETERMINAÇÕES SUBJETIVAS E OBJETIVAS DAS TRAJETÓRIAS OCUPACIONAIS DE TRABALHADORES ATUALMENTE OCUPADOS COMO CAMELÔS NA CIDADE DE MARÍLIA – SP

A exemplo de grandes centros, com economias mais estruturadas, Marília também possui um setor têxtil e têxtil "artesanal", formado por pequenos e médios produtores que trabalham com tecidos e roupas. A Prefeitura Municipal, por meio da Secretaria de Serviços Urbanos, tem a finalidade de solucionar os problemas causados pelo comércio de rua nos centros urbanos.

CAPÍTULO 3: O CAMELÔ DA CIDADE DE MARÍLIA-SP: UMA ANÁLISE DAS PARTICULARIDADES DE SUAS TRAJETÓRIAS OCUPACIONAIS

3.1 Características do objeto de estudo e os critérios adotados para os procedimentos da pesquisa.

A cidade de Marília, localizada no interior do estado, a oeste da cidade de São Paulo, com uma área territorial de 1170 km², possui cerca de 200 mil habitantes e obteve o maior índice de crescimento de todo o estado em 1999. É considerada pólo industrial da região, com mais de 400 indústrias instaladas. O ponto forte de sua economia é o ramo alimentício, motivo pelo qual detém o título de “Capital Nacional do Alimento”, que atrai uma intensa população flutuante de toda região. Além disso, o que torna ainda mais dinâmico o seu mercado de trabalho e a sua economia, é a existência de duas universidades – UNESP e UNIMAR –, uma Faculdade de Medicina de Marília – FAMEMA, e uma Fundação de Ensino¹.

A exemplo de grandes centros, com economias mais estruturadas, Marília também possui um visível e precário “setor informal”, formado por catadores de papelão, vendedores que perambulam pelas cidades vendendo desde redes a produtos de higiene e limpeza, e o mais clássico de todos, os camelôs, ou chamados “vendedores de ponto fixo”. A Prefeitura Municipal, por meio da Secretaria de Serviços Urbanos, com a finalidade de solucionar os problemas causados pelo comércio de rua dos camelôs, frente aos

¹ Informações retiradas do site: www.terra.com.br/cidades/mii/estat.htm em 15/11/2002.



comerciantes ditos “formais”², buscou cadastrar todos os trabalhadores que estivessem interessados em utilizar os boxes do que seria um *camelódromo*. Ou seja, um local destinado exclusivamente ao comércio informal, com um mínimo de estrutura para que os trabalhadores pudessem vender seus produtos, devidamente estipulados pela própria prefeitura, a fim de evitarem uma concorrência “desleal” com o comércio formal. Assim o *camelódromo* foi criado em 1992 e regulamentado em 18 de maio de 1994 pelo decreto municipal de número 6810. A intenção era agrupar todos os trabalhadores em um único lugar e, ao mesmo tempo, controlar a inserção das pessoas neste tipo de atividade, como também os tipos de produtos a serem vendidos.

Segundo este decreto, é permitida a comercialização de produtos como bijuterias, armarinhos e artesanatos, sendo proibida a venda de secos e molhados, hortifrutigranjeiros, pescados e mercadorias piratas, entre eles CDs de músicas. Também regula o horário de funcionamento: nos dias úteis, das 8:00 às 19:00 horas, aos domingos e feriados das 8:00 às 12:00 horas. Esse horário pode se estender até as 22:00 horas somente em períodos pré-determinados: em abril, na semana do município; em maio, na semana das mães; em junho, na semana dos namorados; em agosto, na semana dos pais; em setembro, na semana do consumidor; em outubro, na semana da criança e de 10 a 24 de dezembro, por conta do natal.

A concessão do espaço para trabalhar, também é previsto pelo decreto que estabelece alguns critérios: condições econômicas, condições físicas, estado civil, sendo reservado 10% das vagas para deficientes físicos.

² Segundo o camelô J. C., os comerciantes se incomodavam com a presença dos camelôs que se instalavam com suas bancas nas calçadas de uma das principais vias comerciais da cidade, a rua Nove de Julho, e atrapalhavam as suas vendas obstruindo a passagem dos clientes.

O primeiro contato com o universo da pesquisa, se deu por meio da Secretaria de Serviços Urbanos de Marília, órgão responsável pela fiscalização dos camelôs na cidade. É neste órgão que se fazem os cadastros de trabalhadores interessados em adquirir uma banca no camelódromo, tão disputada ultimamente.

Ao desistir de exercer a atividade como camelô, o trabalhador deve entrar em contato com a Secretaria de Serviços Urbanos para que estes possam realizar a transferência da banca para o próximo da fila de espera. Teoricamente é assim que deveria acontecer.

A pesquisa realizada junto aos cadastros, em uma sala cedida pela própria secretaria, durante o mês de agosto de 2001, tinha como finalidade fazer uma cópia dos dados ali existentes e traçar um perfil destes trabalhadores que procuram exercer este tipo de atividade no mercado de trabalho. O intuito era investigar seus locais de origem, a média de idade, o sexo preponderante, último trabalho realizado, o perfil profissional e o grau de instrução. Todas essas questões estavam presentes no formulário, mas a forma como estavam sendo preenchidos pelos funcionários (alguns a mão, outros à máquina de escrever), deixaram sérias lacunas, pois muitas das respostas à essas questões (se é que foram feitas) não foram anotadas na maioria dos cadastros.

Apesar de o *camelódromo* estar funcionando oficialmente desde 1994³, os cadastros só começaram a ser feitos pela secretaria em 1997. Mesmo assim, vê-se a precariedade da conservação dos mesmos, que na maioria das vezes, não possuem os dados completos sobre o trabalhador, faltando até, em alguns casos, a data em que o trabalhador foi cadastrado.

³ Os funcionários da secretaria relataram que, anteriormente, esses trabalhadores permaneciam nas calçadas das ruas dos principais centros comerciais da cidade, causando grandes problemas aos outros comerciantes. (Funcionários da Secretaria de Serviços Urbanos de Marília) em pesquisa preliminar – Comunicação pessoal, 2001.

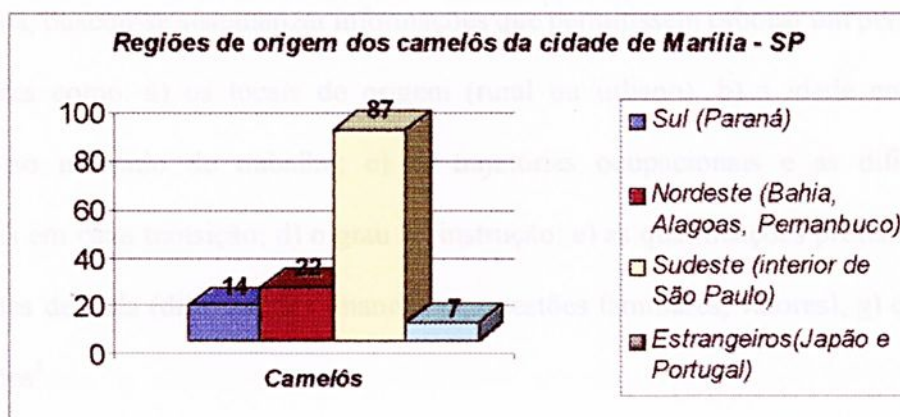
Aparentemente esse descompromisso com a qualidade dos arquivos se dá pelo fato de ser quase impossível controlar a inserção de trabalhadores neste tipo de atividade, visto que, se não puderem se instalar no *camelódromo*, com certeza irão para outro local, como pode ser percebido ainda em algumas calçadas do centro da cidade. A impossibilidade concreta em reprimir o crescimento dessa atividade, visto a grave crise econômica pela qual o país está passando com o desemprego em níveis alarmantes, leva a prefeitura, na pessoa dos fiscais, a fazer “vista grossa” à presença destes trabalhadores em locais não permitidos, salvo quando comercializam alimentos.

Inicialmente o *camelódromo* continha 50 boxes construídos em anexo ao Terminal Rodoviário Urbano, espaço que foi reformado e aumentado pela prefeitura, mas que visivelmente, ainda é insuficiente à demanda⁴.

De acordo com os resultados obtidos na pesquisa prévia realizada na Secretaria de Serviços Urbanos, pode-se evidenciar que estão cadastrados 130 camelôs, dos quais quatorze são do sul do país, principalmente do Paraná, vinte e dois são nordestinos (vindos prioritariamente da Bahia, Alagoas e Pernambuco), oitenta e sete trabalhadores oriundos de cidades do interior do estado de São Paulo, sendo vinte e sete marilienses, e sessenta vindos da região (Pompéia, Tupã, Garça etc.), e sete estrangeiros, prioritariamente do Japão e Portugal.

⁴ Segundo o funcionário da secretaria de serviços urbanos, não foi possível atender toda a demanda, pois para ocuparem os 32 boxes oferecidos na segunda reforma mais de 120 pessoas se cadastraram – Comunicação pessoal, 2001.

Gráfico 1



Para o propósito desta pesquisa, isto é, para a obtenção de uma compreensão mais aprofundada sobre as determinações das trajetórias ocupacionais destes trabalhadores tão heterogêneos, de experiências múltiplas, e em sua maioria advindos de diversas partes do país, foram entrevistados treze camelôs, ou seja, 10% do total existente no *camelódromo*. Levando em consideração que esta pesquisa não visa a uma amostragem de caráter estatístico e sim uma análise qualitativa do tema; que cada entrevista poderia levar de 60 a 90 minutos; que o tempo disponível para a conclusão do trabalho de campo era restrito e que os recursos disponíveis para tal eram baixos, optou-se por um número de trabalhadores que proporcionassem as informações necessárias à análise do assunto proposto.

Assim, durante o segundo semestre de 2002, em horário comercial no próprio *camelódromo*, basicamente entre 14:00 e 17:00 horas, esses trabalhadores relataram deliberadamente o percurso das ocupações que fizeram durante toda a sua vida, desde que entraram no mercado de trabalho até o momento da entrevista.

O fio condutor da entrevista foi a história da trajetória ocupacional do trabalhador. Existia um roteiro que orientava as intervenções durante o relato do

entrevistado para que este não se desviasse em demasiado da proposta da pesquisa. A partir destes dados, buscou-se sistematizar informações que permitissem esboçar um perfil desses trabalhadores como: a) os locais de origem (rural ou urbano); b) a idade em que se inseriram no mercado de trabalho; c) as trajetórias ocupacionais e as dificuldades encontradas em cada transição; d) o grau de instrução; e) as qualificações profissionais; f) as condições de vida (dificuldades financeiras, questões familiares, valores); g) o número de migrações⁵.

Os critérios para a seleção dos entrevistados foram uma das maiores dificuldades encontradas. Percebeu-se em campo, que o relacionamento entre Prefeitura e camelôs não é tão cordial como parece⁶. É uma relação repleta de desconfiança, de um certo medo e em alguns casos visivelmente clientelista, como relatou a camelô IR.:

“[...] meu filho[...]acabou de ganhar um aparelho novo da prefeitura,[...] custa R\$ 3.000,00[...]Quando eu preciso de alguma coisa eu peço mesmo[...]”

Alguns camelôs se negaram veementemente a dar qualquer informação, com receio de serem prejudicados por uma eventual fiscalização ou por motivos de cunho político, mesmo depois da apresentação do cartão da universidade e do compromisso de utilizar as informações apenas no meio acadêmico.

Constatou-se, por exemplo, em várias passagens das entrevistas, que alguns destes trabalhadores estavam ocupando determinado espaço, não porque haviam sido aprovados segundo os requisitos estabelecidos pela prefeitura, mas porque compraram ou

⁵ Entrevistas em Anexo.

⁶ Segundo comentário de um dos funcionários da Secretaria de Serviços Urbanos, ao saber que o objeto desta pesquisa seria os camelôs: “o camelô é pior raça pra lidar”.

alugaram de um camelô que já havia sido aprovado. Em última instância, os boxes estão sendo utilizados como “moedas de trocas”, fonte de renda para aquele que detém a posse, pois a propriedade é da prefeitura municipal. O fiscal, que todos os dias está no *camelódromo* a partir das nove horas da manhã, também desconfia dessas transações, já que advertiu no momento das pesquisas prévias, que os dados dos cadastros podiam não corresponder fielmente à realidade.

Assim, os camelôs sabem que podem ser prejudicados, pois estão atuando irregularmente, ou seja, contra o estabelecido formalmente. Deste modo, alguns preferem ficar quietos por medo de perderem a única possibilidade de trabalho em um espaço público. As relações entre os representantes da lei e os camelôs aparentam cordialidade, camuflando uma tensão que muitos evitam comentar. Mas existem aqueles que falam abertamente sobre o assunto porque têm consciência de que não podem sofrer represálias. Sabem que retirá-los dali seria muito ruim para as relações da Prefeitura com o comércio formal. Isso se evidenciou no relato do camelô J. C. ao descrever as antigas tensões que existiam no comércio de rua,

“[...]Se o fiscal vem, a gente discuti, se ele quiser levar a mercadoria, leva, se a gente tiver que pagar uma ‘taxa’ a gente paga, se ele aceitar bem, se não, a gente retira a barraca e monta em outro lugar[...].”

Contudo, aos poucos foi possível conquistar a confiança dos trabalhadores mais antigos, que foram a porta de entrada para que outros pudessem também confiar informações relevantes à pesquisa no momento da entrevista. Assim, de maneira aleatória, aquele trabalhador que menos ofereceu resistência foi entrevistado.

3.2 Entrevistas: características gerais e particularidades dos trabalhadores

ocupados como camelôs em Marília.

Como já afirmado anteriormente, os camelôs entrevistados possuem experiências de vida diversas, mas as origens de suas condições sócio-econômicas são essencialmente as mesmas. Percebe-se assim, em todos os relatos, algumas variáveis comuns que podem ser apontadas, neste caso, como determinantes à atual ocupação como camelôs. Estas variáveis estão relacionadas às transformações do mercado de trabalho que se intensificaram em meados da década de 1990, se estendem até este início do século XXI, e geraram novas exigências na formação do trabalhador, impostas pela nova dinâmica do sistema capitalista. Analisando-se os dados da pesquisa, é possível observar que essas variáveis tornam-se ainda mais nítidas quanto à sua influência preponderante na vida desses trabalhadores.

3.2.1 Origem da classe social e a inserção precoce no mercado de trabalho

Constatou-se que a maioria dos camelôs entrevistados vieram do campo, mais precisamente 54%, sendo 46% oriundos da cidade. A média de idade dos entrevistados é de quarenta e oito anos, contando o mais novo com trinta anos e o mais velho, setenta anos. Por meio desses dados, pôde-se inferir que entre as décadas de 1960 e 1970 muitos já estavam inseridos ativamente no mercado de trabalho, no campo ou na cidade, em ocupações braçais, das mais diversas. Nesta pesquisa, as atividades mais constantes por eles exercidas no início de suas trajetórias são o trabalho na roça, no comércio, essencialmente como vendedores e o trabalho doméstico.

Embora a vida no campo nesta época fosse muito difícil pela falta de estrutura socioeconômica, somados à falta de investimento e aos escassos recursos na lavoura, percebeu-se segundo relatos que, para a população de origem pobre, a vida na cidade também se caracterizava pela restrição dos recursos básicos necessários à reprodução da vida em família. A falta de uma qualificação profissional, o baixo nível de instrução, limitavam ainda mais as alternativas geradas pela totalidade social, destinadas aos indivíduos que são herdeiros de um processo histórico de exclusão ou marginalização social. As entrevistas revelam que ao mesmo tempo em que esses trabalhadores não conseguem esquecer as dificuldades do passado, seja na juventude ou infância, guardam uma certa nostalgia em relação a lugares, amizades, convivências etc.

“[...]Eu morei em Pompéia. É uma cidadezinha boa pra morar, tranqüila. Eu tenho muitos amigos lá, adoro Pompéia, de vez em quando eu vou lá. Mas em Pompéia a única coisa que tem pra fazer é trabalhar na roça ou na Jacto, só. Eu trabalhei muito tempo na lavoura de café, em plantação de melancia[...]sempre quando tinha trabalho eu ia pra lá, depois voltei pra Marília[...] comecei a trabalhar como camelô já faz uns dez anos, eu sou da antiga[...]” (P., 36 anos)

“Eu nasci e me criei em Alagoas, lá em União dos Palmares, se um dia você for pro nordeste vá lá, é lindo, e você pode conhecer o índios da Serra da barriga[...]meu primeiro trabalho não foi um trabalho, eu ia pra estação, e ficava carregando as malas das fidalgas que vinham de trem de Pernambuco. Era assim que eu ganhava o meu dinheirinho, e elas me perguntavam “e você agüenta meu filho?” E eu dizia, “claro!” Eu ganhava das madames três tostões, eram moedas de ouro, lindas, com a figura da Rainha Elizabeth estampada. Também ajudava meu pai na lavoura[...]” (M., 70 anos)

“[...]Desde cedo sempre tive meu próprio negócio, trabalhava com verduras, frutas e legumes em uma banca em São Paulo, Itaquera, fica na zona leste. Na verdade eu comecei como marreteiro. Eu comprava as coisas dos outros e vendia ali mesmo, numa banca que eu mesmo montei. Demorou até eu conseguir a minha banca autorizada[...]”(F., 30 anos)

Algumas das determinantes essenciais que incidiram nas trajetórias desses trabalhadores foram as sérias restrições econômicas pelas quais passaram na infância, visto que a inserção de grande parte dos camelôs no mercado de trabalho, se deu ainda enquanto crianças⁷. Isso significa que dos treze⁸ entrevistados, oito camelôs iniciaram suas atividades remuneradas com 10 ou menos anos de idade. Apenas três camelôs começaram a trabalhar com mais de 10 anos.

O Senhor P., por exemplo, começou como catador de papel:

“[...] comecei como catador de papel, tinha uns dez anos, aqui mesmo em Marília, mas não fiquei muito tempo nisso não, foi só alguns meses só, só para ajudar em casa. Logo depois já fui pra roça[...]”(36 anos)

A senhora I., também começou muito cedo, trabalhando numa fábrica de doces:

“[...] Meu primeiro emprego foi numa fábrica de doces, eu embrulhava doce com sete anos, foi em 1952. Logo que eu entrei na escola eu comecei a trabalhar. A fábrica era em frente de casa, e eu saía da escola e ia trabalhar. Era aqui mesmo em Marília. Eu trabalhei lá até treze anos, aí

⁷ Segundo dados recentes, observa-se que embora as novas leis que protegem a criança e o adolescente inibam a prática da exploração no trabalho, ainda “[...]no Brasil, de 3 a 4 milhões de crianças, algumas vezes antes dos cinco anos de idade, e jovens e adolescentes passam uma boa parte de sua infância e os primeiros anos da adolescência presos a atividades que, mesmo quando não tem caráter penoso, perigoso ou insalubre, deixam seqüelas para o resto da vida[...]” e afirmam que segundo a PNAD/99, “[...]8,7% das crianças e jovens adolescentes brasileiros entre 5 e 14 anos trabalham[...]” cf. DIEESE, p. 169 e 175.

⁸ Os camelôs M. e A.C. não souberam dizer exatamente a idade em que começaram a trabalhar, mas com toda certeza, segundo seus relatos, isso se deu com o senhor M. antes dos 13 anos de idade e com o senhor A.C. antes dos 14 anos de idade.

de lá eu entrei na AILIRAM, fábrica de biscoito, eu entrava às 6:00hs da manhã e saía às 10:00hs da noite[...]” (57 anos)

A senhora CL. também relata:

“[...] Eu comecei a trabalhar na roça com oito anos de idade, lá em Pompéia para ajudar os meus pais. Nós trabalhava na plantação de milho. Meu pai tinha um sítio na Vila Audênia. Quando nós viemos pra Marília, eu tinha quatorze pra quinze anos e já queria arrumar um emprego[...]”(46 anos)

Tendo em vista esta condição, percebe-se que o auxílio da criança para aumentar a renda familiar era visto como essencial, como ainda ocorre atualmente nas famílias de baixa renda. Sem dúvida nenhuma, existe por parte dessas pessoas a valorização do trabalho, independentemente do tipo de atividade exercida. Trabalhar cedo é uma questão de sobrevivência, que na maioria das vezes vem revestida de uma forte ideologia ligada ao fator responsabilidade “desde cedo”, formação do bom caráter, dignidade, enfim, a algo positivo que jamais poderia atrapalhar. Com toda certeza, essa postura diante das dificuldades postas pela forma de organização da produção da vida em sociedade, faz o trabalhador encarar as dificuldades de forma muito mais suportável.

3.2.2 A educação: nível de instrução e cursos profissionalizantes

Paralelamente ao trabalho, a escola era levada até o momento em que fosse possível pelas crianças. Leia-se, até o momento em que estas, altamente desmotivadas pela fadiga do trabalho essencialmente braçal e, conseqüentemente, pelos poucos avanços que conseguiam obter na escola, decidissem optar pelo “mais importante”.

Segundo dados apurados, dez dos camelôs entrevistados não concluíram o ensino fundamental, dois camelôs possuem o ensino fundamental completo e um possui ensino superior completo⁹.

“[...] é muito difícil trabalhar e estudar. Até hoje admiro muito quem trabalha e estuda. No meu tempo saía cedo de casa pro trabalho, no fim da tarde voltava pra casa, morava na Catanduba e subia toda àquela rua até o Baltazar, eu estudava lá. Chegava em casa quase 11 horas da noite, ia dormir meia noite, meia noite e meia e no outro dia às 6 da manhã estava em pé, muito cansada. Ai a pessoa desisti mesmo. Pra estudar tem que gostar, e eu já não gostava de estudar, então resolvi só trabalhar, precisava de dinheiro[...]” (V., 46 anos)

No relato do senhor M., natural de União dos Palmares, uma cidadezinha do interior de Alagoas, ficou muito clara a dificuldade que encontrou pra estudar em sua infância. Compara aquela condição com a atual e percebe que muito embora a qualidade do ensino tenha caído, o acesso à escola, atualmente, é muito mais fácil.

“[...]Eu estudei até a quinta série e depois tinha que fazer admissão ao Ginásio então parei por aqui. Mas o estudo daquela época valia muito mais do que o de hoje. Eu vejo meu neto de 11 anos na quarta-série, meu Deus, não sabe diferenciar o b do p, do d. Tem que ficar falando: ‘o b tem duas barriguinhas’, você já pensou uma coisa dessas? Na minha época a gente estudava 5 horas direto, só tinha um intervalinho. Não tinha essa de ir pra escola pra comer não. A gente ficava lá a manhã toda, doido pra chegar em casa e comer um prato de farinha com sururu - (risos)[...]” (70 anos)

⁹ No que diz respeito ao desemprego por nível de instrução, dados referentes às principais regiões metropolitanas do país de 1989 à 1999, revelam que “aumenta o desemprego [...] entre os trabalhadores com níveis de instrução mais elevados (ensino médio completo ou ensino superior). Essa tendência relativiza o argumento de que o investimento social e pessoal em educação é o principal meio de superação do desemprego[...].” Cf. DIEESE, 2001, p.57-58.

Na fase adulta, alguns tiveram condições de ter uma educação direcionada à formação técnica, semi-qualificada. Com este tipo de educação esses trabalhadores esperavam obter mais rapidamente as melhores possibilidades de emprego, seja na indústria ou no setor de prestação de serviços.

“[...]meu sonho sempre foi ser enfermeira, eu estudei só até a quarta série mas era muito inteligente. Fiz muitos cursos, de manicure, eu sei fazer uma boa unha, curso de enfermagem, mas quando eu trabalhei como enfermeira, eu vi que não era como eu pensava, não. Era um trabalho duro, sofrido, eu sei bem como é[...]” (IR., 59 anos)

“[...]Na AILIRAM, isso foi em 1973[...]trabalhei lá quatro anos[...]meu trabalho era encaixotar os pirulitos que se chamavam “campeão”, mas depois disso tive que sair por causa da escola, trabalhava e estudava e não estava conseguindo, era muito cansativo, com dezoito anos saí. Fiquei parada um tempo e enquanto isso, fiz cursos no SENAC para trabalhar no comércio. Daí em 1976, mais ou menos com dezoito para dezenove anos entrei como vendedora das lojas BURI, mas só fiquei lá dois meses porque tinha mandado um currículo para a DUCAL, que era uma loja de departamento que tinha de tudo[...]Também fiquei pouco tempo lá, porque depois de três meses a loja abriu falência[...]” (CL., 46 anos)

Portanto, continuar a freqüentar a escola e chegar a uma faculdade, não estava entre as prioridades da maioria destes trabalhadores, até porque, na época em que já estavam no mercado de trabalho, predominantemente na década de 1970 até meados de 1980, o curso superior não era determinante para uma colocação ou recolocação no mercado de trabalho. Sem dúvida, eram outros tempos, numa sociedade com características sócio-econômicas que exigia um contingente maior de trabalhadores com certas

especializações e qualificações muito bem demarcadas no interior do processo produtivo industrial. Na maior parte das vezes, os treinamentos ou cursos eram promovidos pelas próprias empresas, e estes vinham ao encontro das tecnologias utilizadas na época e com a forma de organização do processo de produção e de trabalho, que simplesmente desapareceu com a nova composição técnica do capital¹⁰. No caso da inserção em atividades de prestações de serviços e comércio, o ideal seria que o trabalhador tivesse cursos técnicos ou experiências adquiridas ao longo da trajetória ocupacional.

“[...]Na época em que eu trabalhava, eu tinha que trabalhar, sabe, tinha mesmo que trabalhar, as pessoas deixavam de estudar e iam trabalhar, não tinha essa de fazer faculdade. É muito difícil trabalhar e estudar. No BCN, mesmo, quando eu saí de São Paulo e voltei pra Rio Preto, não tinha agência ainda, eles iam inaugurar, haviam quinze meninas concorrendo, fizeram todos os testes e só passaram duas, mesmo sem estudo eu passei, pela minha experiência, né! [...](V., 46 anos)

“[...]fui morar em Osasco, e no primeiro ano, em 1975, comecei trabalhando como servente de pedreiro, era menor de idade, e não conseguia arrumar serviço. Depois, de 1976 a 1990 eu trabalhei em fábrica, só que eu fiquei em Osasco até 1982 e depois eu fui pra Campinas. Eu comecei em 1976 na metalúrgica, trabalhei cinco anos ali, era montagem pesada. Não fiz cursos nenhum nessa época, a própria fábrica dava todo tipo de curso de montagem para os funcionários, naquela época era diferente, as fábricas davam os cursos, hoje cada um tem que se virar[...]” (AD., 45 anos)

¹⁰ Segundo Aued, “Na atualidade, as mudanças profissionais são abundantes e elas espelham metamorfoses sociais. Tais metamorfoses repercutem sobremaneira na atividade profissional, que imprime um processo de extinção de postos de trabalho e de profissões[...] Esta é uma vertente interessante para entender o movimento que torna o trabalho obsoleto. Ao contrário do que propõe a teoria econômica, não há trabalho para todos. A “revolução” do trabalho sugere uma correlação com o tema do desemprego”. AUED, B.W. *Sobre a extinção das profissões: implicações teóricas*, p.63.

Contudo, em 1990, com a maior abertura da economia brasileira, parte dessa estrutura industrial começava a dar os primeiros passos em direção a uma transformação, que articula modos de produção arcaicos de cariz taylorista/fordista, ao mesmo tempo que introduz novas tecnologias microeletrônicas nos processos de trabalho e na produção trazidas por empresas multinacionais, transnacionais, vinculadas “à lógica do toyotismo”¹¹, “momento predominante” do modo de produção e acumulação capitalista.

Assim, conclui-se que no início de suas trajetórias, as dificuldades impostas pelas condições sócio-econômicas destes camelôs, a fadiga causada pelo fato de terem se inserido muito cedo no mercado de trabalho em funções braçais, com longas jornadas de trabalho, incluindo a distância entre a escola e a residência e a dificuldade em acompanhar o conteúdo em sala de aula, inviabilizavam qualquer estímulo ao possível prolongamento nos estudos. Em certos casos, este era visto como privilégio somente de alguns, daqueles que “gostam” de estudar, isto é, daqueles que têm condições para tal. O importante mesmo era trabalhar para melhorar imediatamente a situação da vida familiar e individual, ou seja, para consumir os insumos básicos à sobrevivência e também adquirir outros bens materiais, cuja fonte dos desejos eram (e ainda são) os vários e persuasivos meios de comunicação e propaganda presentes cotidianamente nas cidades, influenciando e manipulando “seus sonhos”.

“[...]Quando nós viemos pra Marília, eu tinha quatorze para quinze anos e já queria arrumar um emprego. Meu pai comprou um bar e dizia ‘pra que você quer trabalhar, dinheiro pro arroz e feijão tem pra todo mundo, não vai faltar. Ah! Mas é tão bom ter o dinheirinho da gente né, eu queria comprar as coisas que eu via, ainda mais morando na cidade, eu via

¹¹ Cf. ALVES, G. *O novo (e precário) mundo do trabalho: reestruturação produtiva e crise do sindicalismo*. São Paulo: Boitempo, 2000.

aquelas roupas nas lojas e queria ter né, meu pai não podia comprar[...]”
(CL., 46 anos)

Atualmente, as exigências impostas pelo mercado de trabalho à qualificação profissional e a pressão exercida socialmente sobre os indivíduos, para que aumentem incessantemente seu grau de instrução, fez com que esses trabalhadores passassem a atribuir importância ao diploma de nível superior. Assim, passaram a considerá-lo como ferramenta essencial a um bom emprego ou ocupação.

Mas esta consciência foi se construindo lentamente, com o passar do tempo, de acordo com as experiências e habilidades que foram adquirindo e por conta das dificuldades objetivas encontradas no cotidiano, que limitaram ainda mais as suas margens de atuação no mercado de trabalho em transformação.

Constatou-se que, dos camelôs entrevistados, seis possuem algum tipo de curso profissionalizante. Destes, três planejaram anteriormente o curso que queriam fazer, porque tinham em mente o tipo de trabalho que gostariam de executar. V., por exemplo, para iniciar sua trajetória ocupacional, fez datilografia e ali mesmo começou a dar aulas; IR. sempre desejou ser enfermeira e fez o curso técnico em enfermagem; CL. fez cursos no SENAC direcionados ao trabalho no comércio. Em contrapartida, sete camelôs entrevistados não possuem nenhum curso, e demonstram certo orgulho atualmente, ao afirmarem que tudo que aprenderam foi na prática. Inclusive D., o único que tem curso superior, pois é formado em Administração de Empresas, faz questão de dizer:

“[...]tudo o que aprendi foi por puro interesse mesmo, eu gosto disso, mas detesto estudar[...] fiz um curso de técnico em eletrônica, na verdade, foi só pra ter o diploma porque eu já mexia e já conhecia tudo sobre eletrônica[...]”

O fato de, durante toda a trajetória ocupacional, terem deixado o estudo em segundo plano, fez com que atualmente, esses trabalhadores vissem na educação a fonte para a obtenção de um emprego ou uma ocupação que lhes possam assegurar melhores condições de vida, se não para si, para seus filhos.

“[...] eu fiz até a oitava série e trabalhei no banco, em um monte de lugar, mas naquela época não exigiam o 3º grau (ensino superior), só até a oitava série. A minha filha mais velha tem o 3º colegial e só não fez faculdade porque não quis. Mas hoje ela já quer fazer cursos, já sente a necessidade. Agora minha menor...essa vai estudar, acho que vai fazer faculdade[...] eu incentivo[...]eu falo pra ela que hoje em dia a gente tem que ter pelo menos uma faculdade[...]”(V., 46 anos)

“[...]meu filho estuda, precisa estudar. Hoje sem estudo não se consegue nada[...]”(J.C., não revelou idade)

A.C., descrevendo a situação de sua filha que também trabalha como camelô, desabafa:

“[...] essa menina já fez uma porção de curso, não tem faculdade porque nós não temos condições[...] o governo deveria ser obrigado a dar faculdade de graça pra quem não pode pagar. Eu já vi muita gente com curso superior que não consegue serviço[...] imagine só pra quem não tem[...]” (A.C., 56 anos)

“[...]Nós temos três filhos, uma de 30 anos e essa é casada e os dois que estão comigo tem 27 anos e 22 anos. Eles não estudam porque a gente não tem dinheiro pra isso. Tudo está muito caro e está muito difícil arrumar emprego hoje em dia sem um diploma. Assim a gente tem que trabalhar aqui e levar a vida né! [...]” (IC., 51 anos)

Aparentemente, a maioria dos camelôs não se preocupam com os cursos em si que gostariam que seus filhos fizessem, ou seja, se estes devem escolher entre aqueles que estão em alta no mercado como os da área da microinformática, ou até mesmo ingressar em faculdades que formem profissionais liberais: médicos, advogados, psicólogos, etc.

Pode-se inferir, que isto se deve ao fato de as faculdades ligadas ao ramo de informática serem muito caras, portanto extremamente distante da realidade desses indivíduos. Além disso, os cursos que formam profissionais liberais, são altamente elitizadas, sendo muitas vezes o estudo em período integral, inviabilizando que o estudante de origem pobre simultaneamente possa trabalhar, quando não, possuem exigências de estágios extra-classe, que igualmente estão fora do alcance da maioria que precisa cumprir uma jornada rígida de trabalho.

Neste caso, o mais importante é ter um diploma de nível superior, aquele possível, não importa qual seja. Sendo assim, o único “sentido” detectado para as “escolhas” desses indivíduos no âmbito da cotidianidade, foi a necessidade de sobreviver em determinadas condições da melhor maneira.

As alternativas existentes nestas determinadas condições, impostas à esta classe de trabalhadores, extremamente marginalizados, já estavam postas, independentemente das suas “vontades” ou “preferências individuais”. As suas escolhas já estavam previstas. Marx (1977, p. 83) ao analisar a estrutura de classes da sociedade capitalista, afirmou que a classe se torna uma força autônoma em relação aos indivíduos singulares, e que estes, por isso mesmo, “encontram já predestinadas as suas condições de vida, é-lhes indicada pela classe e sua posição na vida – e com esta o seu desenvolvimento pessoal -, estão subsumidos na classe”.

Assim sendo, o único camelô que demonstrou alguma preocupação com o tipo de faculdade ideal, ou seja, com aquela que responderia à altura às exigências do mercado de trabalho e não às vontades ou desejos individuais de seus filhos foi C., o português:

“[...] Acho que ramo bom pra estudar hoje é na área de computação. A faculdade é cara mais o retorno deve compensar, né? O que adianta fazer alguma coisa, que depois dá pouco dinheiro, não adianta nada[...].”

3.2.3 Heterogeneidade de ocupações e as Migrações

O empenho pela conquista de melhores condições de vida foi e continua sendo o que impulsiona esses trabalhadores a mudarem constantemente suas atividades, objetivo que nem sempre acabou sendo alcançado. Normalmente as ocupações exercidas são braçais, com jornadas de trabalho muito intensas e de pouco retorno financeiro. Quando encontram ocupações com melhores possibilidades de ganhos, estas pessoas acabam por se tornarem as primeiras vítimas dos efeitos de eventuais crises de acumulação e reprodução do capital, justamente por estarem na “borda” do sistema, de serem irrelevantes para a valorização do capital. Por isso, são os que mais rapidamente perdem em casos de redução do quadro de funcionários, demissões voluntárias, ou até mesmo em casos de falências.

Esta classe de trabalhadores, muito mais sensíveis às adversidades, por não ter em quem se apoiar, sobretudo financeiramente, não pode planejar uma carreira profissional que lhes desse condições de pelo menos concorrer aos empregos ou ocupações disponíveis atualmente.

Sendo assim, estes indivíduos incitados a dar respostas rápidas às demandas geradas pelo “complexo social”, não conseguem planejar as trajetórias ocupacionais e

procuram se ocupar em atividades que acreditam ser lucrativas, mesmo que não tenham nenhuma experiência no ramo. Em épocas de desemprego em massa, não lhes resta outra alternativa a não ser se auto-empregarem em ramos como revendedores de fabricantes de bens piratas importados, nacionais ou caseiros, alimentação (lanchonetes, restaurantes, carrinhos de lanche, venda de pão caseiro, etc) ou artesanato. São as ocupações mais comuns entre os camelôs, mesmo porque exigem pouco capital e as barreiras para as entradas nestes negócios são quase nulas, o que não quer dizer que o sucesso financeiro seja consequência lógica.

Poderia concluir como Vasconcellos (1994, p. 99), amplamente citada no primeiro capítulo, que o fato desses trabalhadores terem exercido ocupações desse tipo, demonstra como “perseguem” no mercado de trabalho ocupações que são muito semelhantes umas as outras, como se houvesse um “seguimento, de uma coisa que leva a outra” resultante do “aprendizado constante da profissão que exercem hoje”. Ficaria constatado, que o que de fato desejam é serem autônomos.

Mas o que ficou evidente nos relatos, é que com as crises econômicas e políticas do sistema de reprodução social, que atingem à todas as classes, mas de maneira especialmente degradante àquela que já se encontrava na borda do sistema, muito mais sensíveis à essas crises, ficam ainda mais limitadas as alternativas postas pela totalidade social. Ou seja, as escolhas ficam ainda mais reduzidas e apresentam muitas similaridades, principalmente no que diz respeito ao retorno financeiro.

Neste exemplo, quando questionada sobre as diversidade das ocupações que desempenhou no mercado de trabalho, esta camelô relatou



"[...] Ah! A gente tentava né, ia tentando até que achasse uma coisa que desse certo. Por exemplo, a sorveteria deu. Eu fiquei quatro anos em Rio Preto e mais doze anos em Assis com uma sorveteria. E agora eu to aqui (risos). É, em Assis aconteceram umas coisas na minha vida, meu marido me trocou por outra, eu separei tudo e hoje estou aqui [...] Não dá pra ficar pensando nisso, não[...]" (V., 46 anos)

"[...]na construção civil, mesmo, comecei como auxiliar, depois servente de pedreiro até ser mestre de obra[...]Também trabalhei como carregador de sacaria, é um serviço braçal, pesado, muito duro[...]depois trabalhei na fábrica Zilo, que era uma fábrica de beneficiamento de algodão, na parte de recuperação de plástico, também trabalhei como frentista de máquina, era registrado tudo certinho, mas como o algodão é por safra, a gente só trabalhava quando tinha o algodão[...]quando terminava o serviço eles mandavam a gente embora e depois contratava outra vez[...]Nesses intervalos em que a fábrica ficava fechada, eu tinha que fazer uns bicos, viajava pra comprar mercadorias, rodei o país inteiro[...]"(J. C., não revelou idade)

"[...]meu primeiro emprego foi como lavrador em uma fazenda de café em Adamantina, a fazenda Meneghete[...].Depois trabalhei na Casa Moreira em Adamantina, era um grande armazém atacadista, eu trabalhava como saqueiro, carregava e descarregava[...] me mudei pra Santo André em 1956 e fui trabalhar com a Prefeitura de lá como ajudante de caminhão (lixeiro) e me casei com 26 anos de idade. Me mudei pra São Martinho do Oeste[...] e fui trabalhar em Alto Alegre, na fazenda do senhor José Sole Torres, na lavoura de algodão e amendoim. Fiquei lá uns dois anos, novamente me mudei pra Tupã e em 1959 comecei a trabalhar como viajante da Singer, vendia máquinas de costuras e todo tipo de eletrodoméstico[...]" (M., 70 anos)

Constatou-se que os trabalhadores mudaram seus locais de trabalho em média oito vezes. Dos camelôs entrevistados, onze exerceram no mínimo 6 ocupações diferentes,

sendo que destes quatro ocuparam de 9 a 14 atividades diferentes. Somente dois trabalhadores ocuparam até 5 funções diferentes.

Em nenhuma das entrevistas se verificou outra coisa, a não ser o interesse imediato dos camelôs em se ocuparem da melhor maneira, com o melhor rendimento possível. Depois de algumas experiências, os trabalhadores fizeram algumas avaliações sobre as dificuldades de se trabalhar com segurança em cidades mais desenvolvidas economicamente, mas também reconhecem que a possibilidade de insucesso em suas atividades econômicas é muito maior em cidades pequenas.

“[...] Pra São Paulo não volto mais, quero criar meu filho aqui, mas se aqui começar a dar muito pouco, vendo tudo e vou embora pra outro lugar, menos pra São Paulo. Lá é muito duro[...]” (F., 30 anos)

“[...]Lá em Campinas eu comecei como camelô, lá é melhor que aqui porque não fica todo mundo junto no mesmo lugar, lá o pessoal fica mais espalhado. Lá tem 1500 camelôs, acho que depois de São Paulo, Campinas é o segundo lugar que mais tem camelô. Em São Paulo, nossa senhora, a gente perde de vista a quantidade. Lá também é melhor pra trabalhar porque corre mais dinheiro, tem mais indústrias, o comércio é maior, mais a violência também é pior. Aqui a cidade tem pouca indústria e eu tenho certeza que deve ser muito ruim arrumar emprego aqui[...]” (AD., 45 anos)

Assim, outro aspecto da dificuldade em se “ganhar dinheiro” em uma cidade do tamanho de Marília¹², é a concentração de 130 camelôs cadastrados para ocupar um único espaço de trabalho, o *camelódromo*. Isto intensifica a concorrência entre os mesmos, que

¹² Embora a cidade de Marília esteja entre as 100 melhores cidades para se fazer negócios no Brasil, desde pequenos “empreendimentos”, como vender cachorro quente, até grandes negócios como o ramo de hotelaria, turismo, etc. Confira reportagem de capa 100 Melhores Cidades para fazer negócio, Campinas está em 8º lugar e Marília está em 56º lugar. Revista Exame, ano 36, nº 25, 11 de dezembro de 2002, p.36-58.

não possuem as mesmas vantagens de camelôs que trabalham em cidades economicamente mais dinâmicas e desenvolvidas, como São Paulo, Campinas, etc. Além disso, existem vários pontos de atração econômica, com intensos fluxos populacionais que viabilizam a descentralização de suas atividades.

“[...]quando tinha poucos camelôs a concorrência era menor e os lucros mais altos. Depois o pessoal viu que como camelô podia dar algum dinheiro, principalmente se fosse para o Paraguai, a coisa foi crescendo, crescendo, hoje aqui não cabe mais ninguém. Aí as coisas ficam mais difíceis na hora de vender, porque tem muita gente[...]” (C. português, 44 anos)

Em outro trecho faz algumas considerações, e deixa claro que esta situação independe das vontades individuais.

“[...]quanto mais camelô tiver aqui, pior pra vender. Não é que eu não quero que eles não trabalhe, todo mundo precisa né, mas essa é a realidade[...]” (C. português, 44 anos)

Aqui constata-se uma lei clara da reprodução do sistema capitalista, na qual a concorrência determina o preço das mercadorias a serem vendidas e em última instância, a lucratividade do vendedor¹³. Observa-se assim as claras contradições vividas por esses trabalhadores, ao constatarem que precisam vender; o melhor seria que apenas uma minoria estivesse trabalhando com os mesmos produtos, mas ao mesmo tempo conhecem as

¹³ Neste trecho, ao tratar das leis do comércio no sistema capitalista, Marx descreve [...]A mesma mercadoria é oferecida por diversos vendedores. Quem vende mais barato mercadorias da mesma qualidade está certo de expulsar os outros vendedores e assegurar-se a maior venda. Os vendedores lutam, portanto, entre si, pelo escoamento das mercadorias, pelo mercado. Cada um quer vender, vender o mais possível, vender, se possível, só, com exclusão dos demais vendedores. Eis porque uns vendem mais barato que outros. Estabelece-se conseqüentemente uma concorrência entre os vendedores que baixa o preço das mercadorias oferecidas por eles.” Cf. MARX, K. *Trabalho assalariado e capital*, p. 64.

necessidades dos seus colegas e sabem que no momento esta é a única ocupação possível para assegurar a sobrevivência de cada um deles. Assim, vê-se que mesmo neste âmbito da “informalidade”, as leis gerais da reprodução do capital se fazem presentes, determinando a vida desses trabalhadores, subjugando-os.

Neste outro depoimento esse fato fica muito claro:

“[...]agora mesmo, com essa alta do dólar eu to levando prejuízo. Esses relógios que você está vendo, eu estava vendendo a R\$ 10,00, esse preço é de dezembro do ano passado. O preço real mesmo já dobrou, mas eu não posso repassar o preço por causa da concorrência aqui, os outros não sobem o preço, então eu também não posso subir senão eu não vendo. Tá difícil, viu.[...]” (AD., 45 anos)

Verifica-se que esses indivíduos tomam decisões a todo momento em suas vidas, são relativamente livres para tal pois possuem alternativas, mas estas claramente limitadas às suas condições de classe, ao lugar que ocupam no interior da estrutura social. Marx (1977, p.25) na Ideologia Alemã, já apontava que nenhum homem pode ser verdadeiramente livre “enquanto estes não estiverem em condições de adquirir comida e bebida, habitação e vestuário na qualidade e quantidade perfeita”. Mas a liberdade não seria uma condição do indivíduo enquanto mônada, mas sim uma conquista que só existe em sociedade. “A libertação é um ato histórico, não um ato de pensamento e é efetuada por relações históricas”.

Ao decidirem entre as alternativas postas pela totalidade das relações sociais, colocam em prática as suas intenções, as suas idéias, tornando-as concretas, levando em consideração que neste momento, as ações individuais são sempre no sentido de resolver questões particulares. Mas logo que exteriorizadas, o conjunto dessas ações individuais se

sintetizam e se generalizam por todo complexo social. Estas tomam formas, que de tão exteriores parecem uma “segunda natureza”, têm origem nas ações individuais, mas não podem ser reduzidas a estas. Estas formas (séries causais), que possuem legalidades próprias como a política, a economia, o direito, fazem com que as ações individuais isoladas nada possam fazer quanto aos efeitos oriundos dessas leis. Deste modo, o resultado último, pode não ser aquele esperado pelos indivíduos singulares, agentes das ações¹⁴.

A migração é uma das características mais marcantes nos camelôs. Dos entrevistados, quatro trabalhadores migraram no mínimo 6 vezes, outros quatro dos entrevistados migraram no mínimo 3 vezes. Isto ocorreu por conta da oportunidade de negócio que vislumbraram em outras cidades, não visando apenas a tranquilidade econômica, mas também a segurança social, esta, muito mais presente em cidades pequenas, preponderantemente no interior. Informações sobre atividades potencialmente lucrativas ou de novos espaços de trabalho surgem através de amigos, ou nas próprias viagens que os camelôs são obrigados a fazer para comprarem mercadorias.

“[...]Estou em Marília desde dezembro do ano passado. Já tinha conhecidos aqui no camelódromo e consegui fácil a banca, ela é minha mesmo[...]Eu faço minhas compras mais no Paraguai, só de vez em quando eu vou em São Paulo. Deus me livre, lá já às 6 horas da manhã, na 25 de Março, você não consegue mais andar de tão cheio de gente. Sabe, pra quem é aposentado, ou não depende de serviço pra viver, o interior é bom, cansei de ver tragédia em São Paulo, coisas horríveis morte e tudo[...]” (AD., 45 anos)

Esses trabalhadores entendem que podem melhorar a condição da reprodução e manutenção de sua própria vida e de sua família com a mudança para um novo lugar, que

¹⁴ Cf. LESSA, S. *A Reprodução do Indivíduo*, p.71-107.

abra novas possibilidades e ofereça uma maior segurança e uma certa estabilidade econômica e social. Como na maioria dos casos, não foi possível construir uma rede de relacionamentos que pudesse facilitar a inserção no mercado de trabalho local e a sua permanência, principalmente em casos de dificuldades; só poderiam contar com a esposa e os filhos, que na maioria das vezes também são camelôs ou no caso da esposa, uma dona de casa altamente dependente do marido.

A condição de fragilidade socioeconômica destes trabalhadores, na qual a sobrevivência minimamente suportável só é possível quando há certa cumplicidade entre o casal, pois a soma das rendas individuais melhoram o nível de vida familiar, faz com que qualquer adversidade os desestruturem completamente. Sendo assim, novamente precisam abandonar tudo para se mudarem, sozinhos, fugindo à responsabilidade de manter aqueles dependentes, ou tentando uma nova vida em outro lugar com suas mulheres e filhos.

Tem-se como exemplo o que aconteceu com a senhora V. quando se separou do marido, à senhora I. quando o marido adoeceu, à senhora IR. que teve um filho deficiente e foi abandonada por toda a família.

“[...]é claro que às vezes eu fico triste, estou passando por uma separação, não é fácil. Pra você vê, justamente no momento em que tava tudo bem, a gente estava em boas condições financeiras, ele me troca por outra. Não é fácil. Hoje eu não estaria aqui talvez se isso não tivesse acontecido, mas a vida é assim. Tem que lutar, erguer a cabeça e ir em frente[...]” (V., 46 anos)

“[...]Agora fica eu e meu filho trabalhando aqui[...]meu filho Márcio teve meningite aos vinte dias de vida[...]meu filho fez 32 operações, a minha vida toda foi muito sofrida, eu lutei, lutei muito[...]meu marido quando viu a dificuldade e o filho naquele estado, me largou, não quis saber nem do filhos dele. Você pensa que a minha família me ajudou, não ninguém

me ajudou. Meus outros filhos também me abandonaram, ninguém quis saber de me ajudar a cuidar de um deficiente[...]”(IR., 59 anos)

“[...]Ele começo a viajar em 1973 e viajava o nordeste todo, até o Ceará. Ele parou faz quatro anos, em 1998, bem até aí ele não deixava eu trabalhar, né, mas aí essa firma em que ele trabalhava faliu, e ele começou a ficar doente de nervoso e não trabalhou, e eu precisei vender as coisas que eu tinha, né, pra cuidar dele. Aí eu comecei a fazer pão e comida em casa pra vender. Então eu fazia e ele vendia aqui no terminal[...]”(I., 57 anos)

Outro fato motivador das migrações, diz respeito ao nível de desemprego local, em consequência da não criação de novos empregos que atendam ao número de trabalhadores que todo ano entram na PEA (População Economicamente Ativa). Isto somado aos números de postos de trabalho eliminados com a falta de investimento na produção, falências, política de gestão tipo “downsizing” (diminuição da estrutura organizacional), articulado com o baixo nível de instrução e qualificação desses trabalhadores que não respondem às exigências requeridas pelo mercado, podem dar a medida da situação atual de desemprego. Por isso, a maioria dos camelôs já desistiram de procurar emprego, não vislumbram mais essa possibilidade. Além disso, sabem que com mais de trinta e cinco anos de idade, voltar ao mercado de trabalho dito “formal” é uma tarefa extremamente difícil¹⁵.

“[...]Olha, eu não dependo mais de emprego, não procuro mais serviço, mas eu vou te falar a verdade, pra quem precisa de emprego aqui em Marília é péssimo, muito ruim mesmo. Pelos meus conhecimentos, já vi

¹⁵ No Estado de São Paulo, por exemplo, durante a década de 1990, houve um aumento do “desemprego entre a força de trabalho na idade mais produtiva (25 a 39 anos)” de 6,2% em 1989 para 15,4% em 1999. Ao mesmo tempo, esse mesmo aumento foi constatado entre “a parcela mais experiente (40 anos e mais)” 3,5% em 1989 para 12,2% em 1999. Cf. DIEESE, *A situação do trabalho no Brasil*, p.56-57.

muita empresa fechada, falindo aqui. Assim é muito ruim, se não tem empresas as pessoas não tem como trabalhar, falta empresas aqui[...]”(AD., 45 anos)

“[...]Faz um ano e sete meses que eu estou aqui com a minha banca, e estou aqui em Marília vai fazer três anos já. Olha vai chegando a idade, a gente não consegue mais arrumar nada viu, pode por isso no seu estudo (risos)[...]como a gente não consegue mais arrumar nada, é obrigado a fazer qualquer coisa, minha filha, contanto que dê alguma coisa pra sobreviver[...]”(V., 46 anos)

“[...]Outra coisa que acho errado, você passou dos quarenta anos não acha mais um lugar pra trabalhar. Você tem prática em muita coisa mas passou daquela idade você não arranja mais serviço, isso também não tá certo, é preconceito, isso tem que mudar[...]”(I., 57 anos)

3.2.4 Estrutura familiar

Também constatou-se que, no passado, estes trabalhadores ocupados atualmente como camelôs, não tiveram nenhum apoio do núcleo familiar à constituição de uma nova vida fora deste núcleo. A própria condição de classe que se caracteriza pela venda da força de trabalho como única forma viável de sobrevivência, e pelos mínimos recursos a ela disponíveis, impulsiona de forma precoce as iniciativas individuais e isoladas na tentativa de melhorar a própria condição e quando possível, as dos outros membros da família. Muito mais cedo do que os filhos das classes privilegiadas, as crianças, descendentes dos trabalhadores altamente precarizados, entram em contato com uma realidade que restringem a “liberdade”, os “sonhos”, os “desejos”, as “vontades”, aquilo que é possível viver, comprar ou receber.

“[...] também ajudava meu pai na lavoura. Minha mãe faleceu em 1945 e meu pai também logo depois, e eu fiquei sozinho. Eu tinha mais ou menos uns treze anos. Ai eu fazia a minha própria comida, as vizinhas ficavam com dó e lavavam a minha roupa. Em troca, eu pegava madeira pra elas, carpia o mato alto, ajudava no que podia. O meu irmão morava em Maceió na época”[...]” (M., 70 anos)

“[...] Eu não pude contar com ninguém pra nada, nem com meus filhos, nem com meu marido, nem com minhas irmãs. Meus pais morreram muito cedo, no meu tempo os pais não conversavam com a gente, não falavam nada. A gente era muito inocente, meu pai morreu cedo, minha mãe quando eu tinha 13 anos. Minhas irmãs mais velhas não me ajudaram muito, aprendi tudo na vida sozinha[...]” (L., 59 anos)

“[...] Meu primeiro trabalho foi na roça com 7 anos de idade. Eu comecei muito novo, aprendi a ter responsabilidade muito cedo. Meus pais eram muito pobres e eu sempre fui uma pessoa que sempre me virei sozinho[...]” (D., 39 anos)

Assim, o início das trajetórias ocupacionais dos camelôs foi muito marcado por trabalhos essencialmente de auxílio doméstico, no qual não recebiam salários, pois este era para ajudar a família. Logo depois partiam para aventuras isoladas, sempre em busca de atividades que dessem melhores rendimentos. Mas, quando estes trabalhadores também constituem uma família, as coisas ficam mais difíceis, pois os lugares são incertos, os riscos de que a nova atividade fracasse são altos e pode-se passar por muita privação.

“[...]às vezes você olha pras pessoas e nem imagina o que ela já fez[...]quando eu falo que até no garimpo já fui, que os homens entravam naquele rio, eles iam na frente e eu atrás, e eu morro de medo de água (risos). Meu marido, meu ex-marido, ficava bravo comigo e eu dizia, eu não vim pra cá pra isso, então eu vou trabalhar! Minha mãe não queria que eu tivesse ido, ela ficava pra morrer comigo lá, com uma filha

pequena. Mas meu marido foi, eu tinha que ir também, tinha que acompanhar o marido, né![...]" (V., 46 anos)

"[...]Antes de ser camelô mesmo, comecei viajando, Brasília, São Paulo, Goiânia, Mato Grosso, tudo, tudo. Ficava uma semana num lugar, depois ia pra outro, a vida era assim [...]Eu não tinha filhos nem era casado na época em que eu viajava. Depois que eu parei, aí casei tudo certinho e tive o meu filho[...]" (J. C., não revelou sua idade)

Olhando para a nova geração, ou seja, para os filhos dos ocupados atualmente como camelôs, observa-se que a maioria acaba trabalhando com os pais, visto as limitadas alternativas que encontram para a sua inserção no mercado de trabalho, agravada pelo momento de crise recessiva da economia nacional¹⁶ que, tem como consequência, o desemprego em massa a níveis crescentes.

Além disso, sabe-se que as exigências de qualificação requeridas pelo mercado de trabalho, têm alto custo, ficando ainda mais difícil para os filhos dos camelôs lutarem por uma melhor colocação no mercado. Portanto, também terão dificuldades em iniciar suas vidas fora do núcleo familiar por conta das restrições financeiras. Por isso, em muitos casos, acabam por reproduzir o mesmo estilo de vida de seus pais.

Excepcionalmente, ocorre que o trabalhador inserido em ocupações precárias, por meio de conhecidos, amigos, ou de seus próprios patrões, conseguem viabilizar a inserção de seus filhos em escolas particulares, ou cursos normalmente feitos pelas elites mediante bolsas de estudos, descontos, etc. O mesmo pode acontecer em relação aos empregos. O fato é que essas oportunidades de trabalho ou de estudo, consonantes com as

¹⁶ No Brasil, em 1999, "mais de 60% dos jovens na faixa etária entre 16 e 24 anos participam do mercado de trabalho na condição de ocupados e, principalmente na de desempregados[...]. O patamar de desemprego para este segmento ultrapassou a 30% em todas as regiões metropolitanas (em que a pesquisa da PED – Emprego e Desemprego é realizada)" DIEESE, *Situação do Trabalho no Brasil*, p.145 e 149.

demandas do mercado, oportunidades estas muito freqüentes para uma minoria rica, não aparecem constantemente para a maioria desses trabalhadores de origem social precária, nem aguardam pela correta reflexão que estes deveriam fazer da sua condição enquanto classe desprivilegiada. Sem ainda entender a causa de toda essa dificuldade, este trabalhador relata:

“[...]o menino fazia uma escola técnica em São Paulo, era pra ser um engenheiro[...] um belo dia, eu recebo uma carta da escola dizendo: ‘infelizmente seu filho foi expulso por não comparecer às aulas’. Meu deus do céu foi a minha primeira decepção. Ele deixava os livros atrás do vaso da mãe e ia pra uma discoteca chamada dance in days[...] Eu sempre conversei tanto com meus filhos, eles conhecem a minha vida toda, sabem das dificuldades que eu passei, mas não aprenderam. Será que foi o que deus preparou pra eles? Deve ser né![...]” (M., 70 anos)

E continua,

“[...]nós já estávamos aqui em Marília, quando minha filha, que hoje tem 46 anos, trabalhava no Bradesco aqui e decidiu que ia transferir para o Bradesco de Santana, em São Paulo. Eu disse, mas você tá bem aqui, o que você quer fazer lá tão longe? Mas não adiantou, foi. [...]um dia foi passear em casa, com um namorado[...] depois que ela foi embora minha atual esposa veio me contar[...] ‘sua filha está grávida de três meses’[...] Liguei pra São Paulo e falei com aquele bandido[...]disse que ela engravidou porque quis, e que ele não tinha condições nem pra casar e nem pra assumir o filho[...] A minha filha voltou e eu assumi a criação do meu neto, que tem 11 anos.[...]hoje estão aí, a minha filha desempregada e o meu filho trabalha como vendedor de móveis na loja Columbos, depende até do salário da mulher pra viver. Meu neto é a única coisa que restou[...] ele vai estudar[...]” (M., 70 anos)

Vê-se que, por maiores que tivessem sido as “experiências” teóricas dos filhos do senhor M., essas não foram suficientes, como ele mesmo disse, para que eles

“aprendessem” a viver evitando fazer a mesma escolha feita pelo pai no passado, como não estudar, por exemplo.

Toda a trajetória do Senhor M. se caracterizou por longas jornadas de trabalho, principalmente em Santo André, cidade maior, com uma economia mais desenvolvida, que o distanciou de seus filhos no contato cotidiano, mas possibilitou a eles melhores condições materiais na infância que aquelas vividas pelo pai. Com certeza, atualmente seus filhos “sentem na pele”, os efeitos inesperados das decisões que tomaram no passado, decisões tomadas entre as alternativas postas, sempre limitadas pela posição que ocupam no interior da estrutura de classes sociais. Assim, suas decisões individuais não poderiam mudar os efeitos gerados por uma situação de crise econômica, política e social, mas minimizar ou, o que de fato ocorreu, potencializar ainda mais, os efeitos negativos gerados por tais crises a pessoas com as condições materiais muito baixas, como as que possuem.

“[...]meu filho de 19 anos trabalha comigo. Ele fica de manhã aqui enquanto eu faço o serviço de casa e depois eu fico aqui à tarde[...]”

E continua,

“[...]hoje o meu filho anda angustiado, triste, nervoso, ele não quer ficar aqui pra sempre. Aqui não é futuro pra ninguém, né? Ele também está fazendo faculdade mas pegou DP (dependência) em três matérias e por isso este ano só está fazendo as três matérias. É tudo muito caro. Anda desanimado porque está procurando emprego e não consegue nada, é duro né? Pra gente que paga a faculdade deles é pior, as vendas também não andam boas, o dólar está subindo e daqui as pouco as mercadorias vão sumir das prateleiras[...]” (CL., 46 anos)

[...]Eu tenho uma filha que trabalha comigo e a outra que é casada, é dona da banca ao lado. Essa que trabalha comigo anda meio triste, ela não quer mais ficar aqui e tá certa[...]ela tem experiência porque a loja aqui está no nome dela. Ela administra aqui muito bem. Já mandou um

monte de currículo pra todo lugar, mas não consegue nada[...] (A.C., 56 anos)

3.2.5 Desemprego e estratégia de sobrevivência

De fato, a instabilidade da economia e das políticas nacionais de base neoliberal, desde que foi implantado o plano real em 1994, relegou ao segundo plano às questões sociais e tornam ainda mais injustas a distância entre ricos e pobres. A adoção dessa política econômica fez com que no final desta década apresentasse o pífio crescimento da economia. O desemprego crescente somado à baixa qualificação e instrução desses trabalhadores que sequer podem concorrer a uma vaga no mercado de trabalho, limita ainda mais as alternativas destes filhos e netos de camelôs, aumentando ainda mais suas preocupações quanto ao futuro. Gostariam de evitar que os filhos reproduzissem a mesma condição de vida que a deles, tarefa difícil visto que a “margem de manobra” desses indivíduos estão altamente restringidas pela posição que ocupam no interior dessa forma de sociabilidade.

Os camelôs sentem na pele os efeitos do desemprego desde quando o *camelódromo* foi aberto em 1994 até o momento. A demanda por espaços de trabalho neste local excede em muito os que eventualmente são oferecidos, como já constatado na fala do camelô J. C., e repetida por outra entrevistada:

“[...]Hoje as coisas estão muito difíceis. Eu acho que eles não estão dando oportunidade pra gente. Quem já está ganhando muito, arranja outro serviço para ganhar mais, e quem tá desempregado continua, sabe. Eu acho assim, tem muito aposentado registrado de novo, ganhando mais outro salário, e quem não tem nenhum, tá sem nenhum, eu acho que isso é errado[...] Quanta gente que tá sem emprego na área em que se formou

e tem gente aposentada que tá ocupando esse lugar, eu acho errado isso. Outra coisa que eu acho errado, você passou dos 40 anos, não acha mais um lugar pra trabalhar. Você tem prática em muita coisa, mas passou daquela idade, você não arranja mais serviço. Isso também não tá certo, é preconceito, isso tem que mudar[...]" (I., 57 anos)

Durante a pesquisa constatou-se que, para todos os trabalhadores entrevistados, ser camelô é claramente uma estratégia de sobrevivência. Mesmo o senhor C., o português, que depois de anos trabalhando como empregado, tenha se sentido altamente explorado decidindo exercer atividades, a partir daí, como autônomo, sabe que sua situação atual se deve ao que ele mesmo chama de "sorte". Isso porque a experiência anterior que obteve como autônomo – foi proprietário de um bar – não saiu conforme o esperado por ele e, além disso, conhece a situação da maioria dos camelôs.

Relata:

"[...]eu queria alguma coisa que desse dinheiro, mas que eu não precisava ficar trabalhando tanto, que eu pudesse me divertir um pouco também. Resolvi abrir um bar, mas foi tudo ilusão viu! Pra você ganhar dinheiro com bar tem que trabalhar muito, sábado, domingo, e os clientes comprem muito fiado[...] Só dava mesmo pro arroz e feijão, nada mais[...]"

E continua

"[...]vendi e comecei a trabalhar como camelô na rua, lá na Nove de Julho, isso em 1989. Eu fui um dos primeiros camelôs que viajou pro Paraguai e trazia mercadorias de lá. Vou te falar uma coisa, fiquei rico como camelô. Rachei de vender e hoje tenho D20, moto zero, uma casa minha, bem montada, dinheiro guardado, estou realmente sossegado. Tudo que eu consegui foi como camelô. Mas eu tive muita sorte, desde quando eu comecei a ir pro Paraguai, os outros marcaram touca[...]" (C., português, 44 anos)

Está claro que trabalhar como camelô não estava nos seus planos. Foi mais uma tentativa que felizmente para ele deu certo por conta do momento em que decidiu viajar para o Paraguai – foi um dos primeiros – e trabalhar com mercadorias importadas. Como acabara de vender o bar, possuía um bom capital, que aplicado na poupança, em épocas de inflação galopante, lhe rendiam um bom dinheiro. Assim, era bem mais fácil comprar dólar e se aventurar em outro país como o Paraguai, para efetuar compras de produtos pelos quais pagava bem mais baratos, do que se comprasse no Brasil, naquela época. Ganhou muito dinheiro, mas a “farra” durou muito pouco.

Para J. C., ser camelô não foi uma opção desejada, muito pelo contrário. Era a única atividade possível de ser exercida no momento e por isso uma necessidade que teve que ser conquistada a duras penas. É fato que existe o preconceito vivido por estes trabalhadores que em muitos casos os absorvem e reproduzem em seus discursos, como o fez J. C.,

“[...]Meu último emprego foi no Zilo, depois disso, eu virei vagabundo[...]

Contudo, em outro trecho adverte:

“[...]às vezes, chega alguém aqui na barraca e fala que moleza de trabalho, heim, você fica aí o dia inteiro sentadinho, batendo papo, numa boa, mas essa pessoa não vê o que gente fez no passado, como foi a nossa vida. Ser camelô hoje é fácil. Tá tudo cobertinho aqui, o pessoal mais novo vem, faz reformas nas barracas, põe forro, decoração. Queria ver no tempo em que a gente tava na rua, com chuva, com aquela ventania que virava a banca com todas as mercadorias, aí eu queria ver. Nós, os mais antigos é que vivemos a dureza, hoje é fácil. Só como camelô eu trabalho há dezesseis anos, a minha banca era ao lado da banco América do Sul, mas a gente ficava nas calçadas, tudo aqui na Nove de Julho. Eles construíram isso aqui pra nós porque os comerciantes começaram a

reclamar da gente. O fiscal ia lá, tirava a mercadoria no dia seguinte tava todo mundo lá de novo. Ai resolveram dar isso pra gente[...]"

Este relato do J. C. deixa claro que o *camelódromo*, particularmente em Marília, antes de ser uma "dádiva", foi uma conquista, pois a intenção da Prefeitura, em todas as suas ações junto aos camelôs que se estabeleciam na rua Nove de Julho, não era ceder nenhum espaço de trabalho a eles, muito pelo contrário. Tentaram reprimir o quanto foi possível a permanência destes trabalhadores nas calçadas de uma das vias comerciais mais movimentadas do centro de Marília. Os comerciantes reclamavam da concorrência "desleal" em frente às suas portas.

A pressão da crescente demanda por este tipo de atividade e principalmente a recusa dos trabalhadores, que ali se organizavam, em deixar o local, obrigaram a Prefeitura a ceder de fato um espaço aos camelôs. E eles não estão em qualquer lugar, visto que, suas instalações ficam em uma via de acesso junto ao Terminal Rodoviário Municipal próximo à rua Nove de Julho.

"[...]Aqui é bom, tem muito movimento as pessoas precisam pegar ônibus para se locomoverem na cidade. Assim, não tem como não passar por aqui. Mesmo com a nova rodoviária nada vai mudar porque, as pessoas que vão freqüentar a nova rodoviária são pessoas que vem de outras cidades, mesmo assim, as pessoas vão precisar continuar a pegar a circular pra andar pela cidade[...]"(J. C., não revelou a idade)

Contudo, as condições de vida dos camelôs entrevistados, são precárias, desmotivadoras na maioria dos casos e, isto pode ser constatado no próprio local de trabalho em observações mais atentas, nos comentários e brincadeiras cotidianas, nas histórias de suas trajetórias ocupacionais, nas histórias de suas vidas. Uma das brincadeiras dos adolescentes, filhos dos camelôs que normalmente ficam nos boxes na parte da tarde, é

de vez em quando soltar alto e em bom tom: “olha os home!!”. Isso basta para todos ficarem em alerta, com olhares assustados, principalmente entre àqueles que vedem CDs piratas. Depois de se certificarem que o alerta era falso, voltam a respirar e a sorrir.

A Senhora I., depois de tantas perdas apresentadas durante a sua trajetória, ainda consegue ser forte, positiva, sonhadora e extremamente sensível, lutando para contagiar a companheira de trabalho que não possui a mesma perseverança diante da vida dura. Sua receita é a resignação¹⁷

“[...]Mas eu sou feliz, graças a Deus, o que eu quero é ter saúde, é isso que eu peço para Deus, o resto a gente trabalha, trabalha e trabalha[...] eu ainda tenho muitos sonhos[...]eu quero comprar um carro, uma chacinha, eu adoro a terra, plantar[...]A gente tem que saber viver, tem que saber ser pobre. Quanta gente não mora debaixo das ponte e é feliz, é feliz[...] então não basta ter dinheiro, porque sem saúde, minha filha, a gente não faz nada”[...].

Também o senhor M., encontra conforto na religião para continuar a sua luta e evitar que seu neto, a exemplo de seus filhos, tenha que viver nesta mesma condição,

“[...]Agora estou aqui, com a minha barraca e vou vivendo com saúde, graças a Deus, a vida da gente não pode parar , não é mesmo. Sabendo viver, minha filha, a vida é boa”.

“Saber viver”, significa aceitar a vida como ela está, sem maiores questionamentos. É como se a organização do mundo já estivesse posta, com todas as

¹⁷ Na Introdução à Crítica da Filosofia do Direito de Hegel, Marx escreve a seguinte passagem “[...]A religião é a teoria geral deste mundo, seu compêndio enciclopédico, sua lógica popular, sua dignidade espiritualista, seu entusiasmo, sua sanção moral, seu complemento solene, sua razão geral de consolo e de justificação[...]” Cf. MARX, K. *A questão Judaica*, 1991, p.105.



desigualdades e contradições materiais existentes, e que sobre isto, ninguém pode fazer nada, a não ser se adequar e tentar ser feliz. Como já constatado no capítulo 1, Jon Elster (1989) parte dessa esfera da cotidianidade, para realizar as suas análises sobre o caráter das escolhas individuais, sem questionar essa forma de organização social, pelo contrário ele a naturaliza. Seus argumentos lógicos, do tipo, nenhum ser humano pode voar como pássaro, nem gastar mais do que ganha, é expressão da fenomenologia da sua teoria.

Para os camelôs, a saúde é a única coisa verdadeiramente importante, e esta aparece como sendo algo que independe de dinheiro, das condições materiais de sobrevivência, pois, um ente superior seria responsável por isso. Este discurso, em busca da resignação, da conformação é muito forte entre esses trabalhadores. Embora sofram muito com as condições precárias de trabalho e com a inexistência de proteção social, se esforçam para crer que existem pessoas com muito dinheiro que não são felizes, e outras miseráveis, que são felizes, mesmo sem ter o que comer.

Vê-se que a força das ideologias disseminadas por todos os meios possíveis: escolas, igrejas, templos, fábricas etc, é *conditio sine qua non* para que não haja uma comoção contra o *status quo*. Teorias como a da Escolha Racional, completamente individualista, entendem que cada um é responsável por tudo que é – leia-se por tudo que tem – independente da sua condição material originária, pois os indivíduos são livres para escolherem os seus caminhos, e agem de acordo com seus desejos, valores etc, tendo autonomia e garantia legal, para serem o que quiserem. Essas teorias contribuem imensamente para essa postura conformista, portanto são extremamente funcionais à reprodução de uma sociedade injusta. Entendem que, a miséria, assim como a riqueza se justificariam pelas escolhas desses indivíduos. Todos são iguais perante a lei, é garantido a todos saúde, educação, trabalho e moradia. Alguns quiseram estudar, outros não, porque

não gostavam ou não a valorizavam. Mas por que não o valorizavam? A explicação se volta a questões ideais e não materiais, do tipo, concepções de mundo que não priorizavam a educação, não conseguiriam entender a importância da escola. Como o que é cultural não se discute, apenas se entende e se respeita, são feitas no máximo algumas adaptações, para que essas pessoas possam se “enriquecer” um pouco mais intelectualmente sem que sejam feridos os seus valores básicos.

Todas as discussões que pairam sobre o âmbito do cultural, dos valores, da moral, não podem propor nenhuma transformação, não podem ser alvo de nenhuma crítica, sob pena de estar elegendo culturas superiores em detrimento de outras inferiores. Não se pode afirmar que a “profissão” de “lixeiro” não seja digna. O mesmo pode ser dito em relação a de “catadores de papelão”, ou a de “ambulantes” ou “mascates” e “camelôs”, pois todas estas são resultantes de escolhas. A dignidade e a importância destas ocupações, em última instância, dependeriam dos desejos de realização pessoais e profissionais, que são construídos de maneira subjetiva. Assim, estas ocupações continuariam a existir mesmo quando se observa que em pleno século XXI, as capacidades de desenvolvimento das potencialidades do gênero humano demonstram não ter limites, principalmente frente às novas tecnologias, que poderiam, em uma organização social orientada para o crescimento e desenvolvimento do ser humano, proporcionar concretamente um bem estar a toda sociedade jamais existente historicamente, e que com certeza, poderiam facilmente eliminar esses tipos de ocupações altamente precárias.

É altamente lucrativo para a elite, e cômodo para as esferas que a representam disseminar as ideologias que fazem crer que essas “escolhas” individuais obedecem a estes

critérios prioritariamente subjetivos, e que portanto devem ser entendidas e respeitadas, para não se ferirem o direito previsto em lei da igualdade e as liberdades individuais¹⁸.

Buscou-se aqui, entender um pouco mais a relação existente entre os desejos e vontades vivenciadas por estes trabalhadores, ao mesmo tempo que se tentou descrever a condição de classe desses trabalhadores e suas particularidades – grau de instrução, trajetória profissional e ocupacional, habilidades e experiências adquiridas etc – que limitaram as suas margens de manobra para a obtenção de uma ocupação ou emprego, que efetivamente lhes dessem condições de desenvolver suas potencialidades.

Constatou-se que além de terem suas vidas determinadas por estas condições, seus descendentes acabam por reproduzir o que parece ser o “destino” de todos eles: uma vida difícil, de muito sofrimento, desalento e poucas aspirações, já que concretamente fica muito difícil desejar algo que esteja muito além do que aquela condição pode oferecer.

O próximo capítulo analisa mais de perto as determinações desencadeadas em nível mundial pela necessidade de reprodução e acumulação do capital na década de 1990, e os seus efeitos em países ditos em desenvolvimento, como o Brasil. Também serão analisadas as metamorfoses ocorridas no mercado de trabalho no Brasil e seus efeitos na vida dos trabalhadores em geral, principalmente àqueles relegados às atividades mais precárias do setor dito “informal”.

¹⁸ No trecho que será aqui descrito, Marx argumenta uma das armas mais cruéis que fundamentam as desigualdades no sistema capitalista: a igualdade formal prevista no direito. Mesmo se referindo a condição do trabalhador assalariado do século XIX, pode se traçar um paralelo tendo em vista a situação daqueles que nem conseguem viver da venda de sua força de trabalho no século XXI e são obrigados a exercerem qualquer atividade que lhes dê o mínimo para a sobrevivência. Estes ainda são tratados perante a lei como estando em iguais condições aos demais trabalhadores. “Este direito igual é um direito desigual para trabalho desigual. Não reconhece nenhuma distinção de classe, porque aqui cada indivíduo não é mais do que um operário como os demais; mas reconhece, tacitamente, como outros tantos privilégios naturais, as desigualdades aptidões dos indivíduos, e, por conseguinte, a desigual capacidade de rendimento. No fundo é, portanto, como todo direito, o direito da desigualdade. Cf. MARX, K. *Crítica ao Programa de Gotha*, p. 232.

CAPÍTULO 4: INVESTIGAÇÃO SOBRE AS TRANSFORMAÇÕES DO MERCADO DE TRABALHO NO BRASIL DOS ANOS 1990 E A INTENSIFICAÇÃO DO PROCESSO DE INFORMALIDADE

4.1 Introdução

No capítulo anterior, nas análises das entrevistas, buscou-se demonstrar de que maneira se articulam a subjetividade (vontades e desejos individuais, concepções de mundo) e a objetividade posta pela totalidade das relações sociais (economia, política, direito, etc). Isso implica em compreender como se articulam as relações entre autonomia e heteronomia, liberdade e necessidade no interior do complexo social, tendo em vista as trajetórias ocupacionais dos camelôs e a condição histórico-social de sua classe.

Constatou-se que durante toda a trajetória ocupacional, as decisões entre as alternativas que se apresentavam à esses trabalhadores foram, e continuam sendo determinadas, em última instância, pela posição que ocupavam e ainda ocupam no interior dessa estrutura social, cujo sistema se orienta pela lógica de expansão e acumulação do capital¹.

No interior do proletariado, existem várias gradações de classe, e vários níveis de precarização². Nesta, incluem-se os “subproletários” que são os “trabalhadores

¹ Mészáros (2001, p. 97-98), ao caracterizar o “sistema do capital” como a forma mais dinâmica e eficiente de controle social, que renova constantemente a sua estrutura sem a eliminação de suas bases, altamente totalizador, que nesta fase de completa internacionalização das relações entre países, atingiu o seu ápice, reconhece ser “a perda de controle sobre os processos de tomada de decisão” sua maior contradição. Além desse “controle sóciometabólico”, também “se articula e consolida como estrutura de comando singular”. Ou seja, “As oportunidades de vida dos indivíduos sob tal sistema são determinadas segundo o lugar em que os grupos sociais a que pertencem estejam realmente situados na estrutura hierárquica de comando do capital”.

² Este fenômeno foi constatado por Marx, quando identificou as várias formas de apresentação da “superpopulação relativa” constituída por todo trabalhador “desempregado ou parcialmente empregado”. À

assalariados em tempo parcial, temporários ou subcontratados” (ALVES, 2000), presentes na indústria e fora dela ou na prestação de serviços, que concorrem direta ou indiretamente para a produção. Pôde-se identificar como membros dessa classe, os desempregados estruturais – o saldo negativo do complexo de reestruturação produtiva, intensificada nos anos de 1990 no Brasil conjuntamente com a política econômica de cunho neoliberal. Também pertencem a esta classe, aqueles que estão desempregados por questões “contingentes”³, que fundamentalmente desistiram de procurar emprego porque não se enquadram nos requisitos mínimos exigidos pelo mercado para concorrer a uma vaga de trabalho. Estes trabalhadores têm como única forma de sobrevivência – pois o trabalho assalariado seria a única forma mais segura de obterem renda, tendo em vista a condição histórica de desproteção sócio-econômica – as ocupações precárias e insignificantes à produção e reprodução do lucro, normalmente consideradas, entre outras já descritas no capítulo II, atividades “informais”.

É exatamente esta última fração de classe, especificamente os trabalhadores que se ocupam como camelôs, que estão na borda do sistema de reprodução, expansão e acumulação de capital, que será aqui considerada.

Sendo assim, é importante demonstrar quais foram as principais transformações ocorridas no mercado de trabalho no Brasil, desde o início da década de 1990, com a chamada “globalização”, a exemplo do que ocorreu em países capitalistas mais desenvolvidos, assim como apontar os caminhos percorridos pela economia e política, cada vez mais imbricados.

essas formas denominou *superpopulação flutuante, latente, estagnada e aquela que “vegeta no inferno da indigência, do pauperismo”* (1968, p. 743-747).

³ Por não serem necessários nem essenciais a valorização do valor, pela condição de reprodução e manutenção de vida altamente precária, pelo baixo nível de instrução e qualificação profissional.

Mas antes de iniciar essa exposição, seria importante colocar como pano de fundo, algumas das principais preocupações vividas pelos camelôs entrevistados, no tocante ao futuro de seus filhos, principalmente em relação às suas formações profissionais, às angústias daqueles que “ainda” não desistiram de procurar emprego por desejarem uma vida melhor, às dificuldades crescentes daqueles que precisam sustentar a família, e ao crescente aumento da demanda para a atividade de camelô, fazendo crescer a concorrência, diminuindo ainda mais seus rendimentos.

Claramente, todas essas dificuldades ficam ainda maiores, tendo em vista o aumento dos “desempregados estruturais”, que mesmo sendo qualificados ou semiquualificados, tendem a pressionar a concorrência, principalmente em espaços econômicos que não exigem alto índice de especialização, e que não oferece nenhuma barreira aos futuros necessitados. Enquanto esses trabalhadores procuram emprego, ou decidem sobre pequenos investimentos, transitam por atividades estratégicas para a manutenção da própria sobrevivência.⁴

Este fenômeno, o desemprego estrutural, que exclui milhões de trabalhadores em todo o mundo, dos seus meios de vida, coloca em questão a viabilidade do sistema orientado pelo capital, como o mais eficiente “sistema reprodutivo social” (MÉSZÁROS, 2002, p.100), cujo “livre mercado” é a garantia saudável do seu controle, equilíbrio e manutenção, e as liberdades (econômicas e políticas) individuais, pressuposto indispensável.

⁴ Segundo a PED – Pesquisa de Emprego e Desemprego, realizado pelo DIEESE/SEADE no ano de 1989 à 1990, houve um aumento simultâneo entre o desemprego e o a duração média de procura de trabalho. Nas regiões pesquisadas como Porto Alegre e Belo Horizonte a duração média de procura em 1999 ficou em torno de onze meses. Já na grande São Paulo “passou de quatro meses no anos de 1989, para oito em 1998 e atingiu dez meses em 1999”. DIEESE, *A Situação do trabalho no Brasil*, p.55.

Não são apenas os países pobres ou ditos “em desenvolvimento”, que são atingidos pela crise econômica, política e social do sistema, pelo desemprego massivo, mas também as economias capitalistas historicamente estáveis e desenvolvidas.

De acordo com Mészáros

[...]“As implicações dessa mesma força da incontrollabilidade, que em dado momento assegurou a vitória do sistema do capital, estão longe de ser tranquilizadoras hoje, quando a necessidade de restrições já é aceita – pelo menos na forma do ilusório desiderato da “auto-regulação” – até pelos defensores mais acrílicos do sistema” [...](2002, p. 101).

Sendo assim, apresentar-se-á em linhas gerais, algumas das características essenciais desta fase do capitalismo em tempos de globalização, para que, posteriormente, seja possível delinear algumas das determinações estruturais que intensificam e agravam as condições de vida de trabalhadores que já se encontravam inseridos em atividades “marginais”, com chances no máximo de se sub-empregarem ou se auto-ocuparem no setor de serviços, ditas “informais”, como os camelôs, catadores de papel, de papelão e feirantes.

4.2 Heterogeneidade do mercado de trabalho brasileiro: o moderno e o precário

Com a crise do padrão de acumulação capitalista do final dos anos 1960, derivada do modelo de gestão da produção taylorista/fordista, associados a uma forte presença do Estado na economia, além de um conjunto de políticas de bem-estar social fundamentadas em medidas compensatórias para o trabalhador, iniciou-se uma ofensiva do

capital contra esse estado de coisas. Assim, “assiste-se a partir de então, a uma erosão crescente do compromisso entre capital e trabalho, da chamada *relação salarial fordista*” (TEIXEIRA, 1998, p. 214).

Os países capitalistas mais desenvolvidos, desde então, se apoiaram em um novo modelo de gestão da produção, muito mais flexível, iniciado no Japão dos anos de 1950, o toyotismo. Esta nova estratégia de acumulação, também, obteve como apoio a ideologia neoliberal que desautoriza o Estado de intervir na economia e propõe o livre mercado como regulador absoluto da estrutura política e social.

[...]É nesse sentido que os neoliberais vão retomar a tese clássica de que o mercado é a única instituição capaz de coordenar racionalmente quaisquer problemas sociais, sejam eles de natureza puramente econômica ou política[...]” (TEIXEIRA, 1998, p. 195)

No Brasil, preponderantemente na década de 1990, com a abertura de mercado, presenciou-se o que já havia ocorrido uma década antes nos países capitalistas desenvolvidos. Iniciou-se a instauração de um “complexo de reestruturação produtiva” que se caracterizou pela mesma estratégia de acumulação flexível do capital nos países centrais. É claro que todo esse processo se deu, tendo em vista as particularidades do mercado de trabalho brasileiro, profundamente marcado pelo alto índice de concentração de renda, que na origem de sua industrialização e urbanização tardia, promovida essencialmente pelo Estado, tem como herança uma força de trabalho predominantemente constituída a partir da crise da economia agrária-exportadora em 1930⁵.

⁵ Cf. OLIVEIRA, F. de. *A economia brasileira: crítica a razão dualista*, 1987.

O toyotismo se caracteriza por ser o modelo justo à constituição de novas bases de valorização, que proporciona a expansão do capital sem limites ou fronteiras e a obtenção da lucratividade em escala mundial. A estrutura organizacional passa a ser mais enxuta, menos burocrática, com alta capacidade de adaptação às transformações e demandas de mercado.

As novas tecnologias, precisamente as microeletrônicas, que tornaram possível aumentar a produtividade da força de trabalho, sem maiores investimentos em contratação, também “deram novos níveis de flexibilidade para o capital”. A partir daí as inovações ocorridas na gestão da produção e do trabalho (CCQ, Just in time, Kanban, Benchmarking, Empowerment, terceirizações, fusões, Joint ventures, etc) e também as questões políticas como a ascensão do neoliberalismo⁶, o incentivo ao livre mercado, as políticas anti-sindicais e a flexibilização dos direitos trabalhistas, foram medidas essenciais à nova estratégia de acumulação e expansão do capital (ALVES, 2000, p. 16-17-18).

Ao mesmo tempo, essa estrutura exige novas formas de se relacionar com a força de trabalho. Modelos mais flexíveis e menos onerosos de contratação e rescisão do trabalho são ferramentas essenciais ao novo padrão de acumulação. Também é necessário um novo perfil de trabalhador que atenda às exigências impostas pelas novas tecnologias de gestão do trabalho e da produção nas empresas.

Assim, presencia-se a existência de estruturas modernas, derivadas das mais recentes estratégias empresariais, econômicas e políticas, que também exercem forte pressão sobre a qualificação dos recursos humanos, grau de instrução e formação técnica,

⁶ O neoliberalismo é a política econômica que proporciona ao capital as condições necessárias ao aumento da lucratividade. Assim, “sem reestruturar o perfil do capital total em seu processo de valorização e sem remover o poder dos sindicatos, que travam a intensificação do trabalho, não teria sido possível recuperar a lucratividade das empresas. A forma utilizada pelo capital para superar tais obstáculos é bastante conhecida: desregulamentar o quanto possível a economia[...] NETO, 1998, p. 79.

mas também se evidencia a completa exclusão, nessa nova fase, de milhares de trabalhadores, principalmente aqueles que não conseguem responder minimamente às exigências desse mercado. Observa-se a existência de uma pressão econômica e política, de orientação ideológica neoliberal, que impõe a precarização das relações de trabalho (subcontratando, terceirizando, contratando por tempo determinado, etc.), por meio da flexibilização dos direitos históricos conquistados com muita luta, a eliminação de postos de trabalhos essencialmente nas indústrias e o não investimento na produção privilegiando o mercado financeiro e especulativo.

“[...]Pode-se dizer, de maneira sintética, que há uma processualidade contraditória que, de um lado, reduz o operariado industrial e fabril; de outro, aumenta o subproletariado, o trabalho precário e o assalariamento no setor de serviços. Incorpora o trabalho feminino e exclui os mais jovens e os mais velhos. Há, portanto, um processo de maior heterogeneização, fragmentação, e complexificação da classe trabalhadora[...]” (ANTUNES, 1999, p.41-42)

Visto isto, percebe-se concretamente as metamorfoses ocorridas no mercado de trabalho, que resultam na eliminação de muitos postos ditos “formais”, sem a devida reposição que vise abarcar pelo menos grande parte do contingente da PEA (População Economicamente Ativa), sendo este fenômeno claramente evidenciado nas indústrias, na qual as tecnologias são mais desenvolvidas, estando o processo produtivo (quase) completamente independente do “trabalho vivo”. Isso porque o processo industrial tende a incorporar o que há de mais moderno em termos de inovações realizadas pelas produções científicas, gerando um excedente de mão de obra qualificada ou não.



É neste contexto anteriormente apresentado que será discutido os problemas recorrentes em torno do surgimento e crescimento do “setor informal”, em países capitalistas ditos em desenvolvimento, como o Brasil, discutindo posteriormente alguns sintomas disso no mercado de trabalho do estado de São Paulo.

4.2.1 Algumas discussões acerca da origem do “setor informal”: heterogeneidade das atividades e as possíveis determinações de seu crescimento no Brasil.

A OIT – Organização Internacional do Trabalho – iniciou nos anos de 1970 com a fundação do PREALC – Programa Regional de Emprego para a América Latina e Caribe – vários estudos acerca do precário desenvolvimento econômico dos países latinos americanos, de industrialização tardia, apoiados em endividamentos externos. Estes países teriam se utilizado do modelo de substituição das importações, investindo na industrialização nacional, ainda incipiente, visando desenvolver mecanismos que impulsionassem a geração de empregos e a estabilidade econômica. Mesmo assim, não teria sido possível atender a demanda por empregos nas cidades, gerando assim grandes excedentes de força de trabalho (TOMAZINI, 1995, p. 1).

Foram vários os relatórios do PREALC, devidamente orientados pelos estudos da OIT e também por trabalhos realizados pelos técnicos da CEPAL – Comissão Econômica para América Latina – que já ao final da década de 1960, se preocupavam com o modelo de desenvolvimento econômico dos países latinos, no período do pós segunda guerra mundial (1939-1945).



De modo geral, constatou-se a falência da cultura agrária, o conseqüente êxodo rural e a não absorção do contingente migrante de força de trabalho que se acumulavam nas cidades em busca dos empregos insuficientes oferecidos pelas indústrias nascentes. Este excedente de mão de obra, preponderantemente desqualificada, teria viabilizado o surgimento de atividades de baixa qualidade, principalmente nas áreas de prestações de serviços e comércio, impulsionados unicamente pela necessidade de sobrevivência. O Estudo sobre a economia do Quênia e Gana, feito pelo PREALC em 1972, foi o pioneiro em circunscrever essas atividades de pequena escala em um setor dito “informal”⁷ ou em “mercado de trabalho informal”, conceitos estes, que se generalizaram e atualmente são amplamente utilizados. O intuito era compreender a função destas pequenas atividades urbanas no total da economia (JAKOBSEN, 2000c, p. 13-14).

O setor informal urbano foi caracterizado pelo PREALC, como sendo atrasado, tradicional, não organizado, atuando como amortecedor do desemprego, especialmente em relação aos migrantes de baixa instrução e qualificação profissional, sendo claramente, para estes, uma porta de entrada para a economia urbana dos grandes centros. Além disso, os rendimentos auferidos seriam baixos e as ocupações não possuiriam nenhuma barreira de entrada, sendo de fácil acesso a qualquer pessoa. Estariam em relação mútua, o ato de expulsão rural e a atração exercida pelas cidades, que não estariam preparadas para receber o contingente de trabalhadores rurais e acabariam produzindo um excedente de mão de

⁷ Embora este estudo tenha adotado “setor informal” como forma de operacionalizar um primeiro contato com a problemática, não é o objetivo da pesquisa discutir o conceito “setor informal” embora, reconheça que este não oferece o esclarecimento necessário sobre todas as atividades ou relações ditas informais. Segundo Malaguti, “[...]O setor informal expressa apenas um aspecto da informalidade, mas sem esgotá-lo[...]” Numerosos casos de informalidade podem ser observados nos setores chamados, impropriamente, de formais: o funcionário público que durante o expediente vende peças de roupas, perfumes e sabonetes; o assalariado de uma empresa multinacional que faz horas extras sem recebê-las; o mestre de obras de uma grande empreiteira da construção civil que trabalha sem utensílios de proteção etc.[...] estes trabalhadores não estariam vivenciando uma situação de informalidade?[...]” MALAGUTI, 2000, p. 99.

obra, que se subempregaria em atividades no terceiro setor, disfarçando o desemprego (TOMAZINI, 1995, p. 6-8).

Este primeiro paradigma oferece a hipótese de que com o desenvolvimento da industrialização e da economia, o setor informal poderia diminuir, podendo algumas atividades ser completamente eliminadas. Essa análise dual da economia, na qual, em um primeiro momento o “setor informal” está em oposição ao “setor formal” ou organizado da economia, e que em um segundo momento é visto como um setor de “complementaridade” ou de ajuste de uma força de trabalho excedente e desqualificada, vista unicamente como estratégia de sobrevivência, faz com que a solução vislumbrada para a sua redução seja adoção de políticas econômicas que priorizem o desenvolvimento auto-sustentado, com geração de empregos formais que suprimam as ocupações informais.

Sônia Tomazini, afirma que Souza se utilizou dos conceitos formulados pelo PREALC, conservando algumas características e avançando no pensamento em relação a interação entre setor formal e informal. Assim, definiria setor informal como um conjunto de unidades produtivas, não capitalistas, subjugadas à dinâmica de acumulação das empresas tipicamente capitalistas, que incessantemente cedem espaços econômicos para que tais atividades informais possam ser exercidas. Isto significa que o desenvolvimento econômico e tecnológico não necessariamente elimina as atividades ditas “tradicionais” no sistema capitalista. Elas se reproduzem de acordo com a dinâmica ditada pelo grande capital ou “núcleo hegemônico verdadeiramente capitalista” (TOMAZINI, 1995, p. 20-21).

“[...]Deste modo, a nova definição de setor informal não destaca, como na versão original, sua relação com o problema da pobreza provocada pela existência de um excedente de mão de obra[...]o setor informal, embora expressando as possibilidades de estratégias de sobrevivência

que evitam o trabalho assalariado para o capital, não necessariamente se restringe às situações de baixa renda[...]" (TOMAZINI, 1995, p.21).

Portanto, surge uma definição na qual o núcleo hegemônico do capital estaria criando, destruindo e recriando "interstícios econômicos", nos quais as atividades informais estariam sendo exercidas de forma a escamotear o aumento do desemprego. Assim, estas ocupações, que não possuem dinâmica própria e nem geram seu próprio espaço econômico na concorrência intercapitalista, estariam completamente subordinadas à este núcleo hegemônico, com possibilidades de terem seus limites de atuação eliminados ou não.

Outra característica é a de que existem diferentes formas de se inserir na economia informal, e que esta nem sempre é de fácil acesso.

Para Tomazini, isto se dá porque em algumas ocupações podem existir barreiras aos novos entrantes como equipamentos, conhecimentos profissionais, habilidades e experiências adquiridas, que dificultam a reprodução massiva e bem sucedida de tais atividades. Também não existiria uma associação direta entre setor informal e pobreza. Souza, segundo a autora, teria compreendido que a renda média destes trabalhadores está ajustada de acordo com o tipo de espaço econômico existente e o número de pessoas que estivessem disputando estes espaços⁸, sendo possível em algumas atividades, auferir rendas tão boas, quanto às oferecidas pelos bons empregos formais (1995, p. 23 –24).

Assim, percebe-se a heterogeneidade de ocupações que podem ser exercidas no "setor informal", que abarcam desde pequenas empresas familiares a vendedores ambulantes, ocupações domésticas, pequenos negócios que empregam trabalho assalariado

⁸ No terceiro capítulo, isto se evidencia nos relatos de alguns dos camelôs sobre o aumento da demanda pela atividade. Quando as pessoas começaram a perceber que ser camelô podia dar "algum dinheiro", segundo o camelô C. (o português), a concorrência aumentou muito e conseqüentemente as dificuldades nas vendas. Cf. trecho do relato no capítulo III, p. 88.

com alguma qualificação etc. Conseqüentemente, a renda também é heterogênea, podendo variar com altos e baixos rendimentos.

Mesmo existindo algumas ocupações informais das quais seja possível auferir bons rendimentos, estes viabilizados pelo uso da informática em serviços de suporte técnico produtivo ou administrativo nas pequenas e médias empresas, não se pode menosprezar o fato de que na maioria dos casos, as atividades abarcam um contingente de trabalhadores completamente excluídos dos empregos ditos “formais”, em condições precárias, claramente mecanismos de sobrevivência diante do desemprego estrutural que vitimam os países capitalista.

Cacciamali, revela que

“[...]parcela expressiva dos trabalhadores mais pobres, em praticamente todos os países do globo, inserem-se numa plêiade de situações que podem ser representadas por meio de diferentes inserções no setor informal[...]” (2000, p. 154)

Sendo assim, no caso dos trabalhadores ocupados como camelôs, que estão inseridos na categoria dos trabalhadores por conta própria, são caracterizados pela autora como sendo criadores de ocupações no “mercado de bens” com o intuito de se auto-empregarem, principalmente em áreas de prestações de serviços. Caracterizariam-se pela baixa produtividade em que operam, pela baixa qualificação e instrução, sendo concomitantemente, empregados e empregadores de si mesmos (CACCIAMALI, 2000, p. 167).

Além disso, trabalham com o auxílio de familiares ou ajudantes assalariados, tendo como principal preocupação sua sobrevivência e a de sua família, sem se preocupar explicitamente em acumular:

“[...]É uma forma de trabalho que se estende através de indivíduos motivados por dificuldades de reemprego, ou de ingresso no mercado de trabalho, ou que se encontram inativos em famílias com renda familiar baixa; podem ser aposentados que auferem pensões insuficientes, ou até podem ser indivíduos que optaram por esta forma de inserção diante das dificuldades de se adaptarem em trabalhos assalariados[...]” (CACCIAMALI, 2000, p. 167).

É neste ponto que esta pesquisa se separa da autora acima citada. Ela entende ser possível resolver o problema da “escassez de empregos” não somente promovendo a “expansão da ocupação através do setor informal”, mas através de uma “expansão capitalista de qualidade”.

Afirma que isto só pode ser feito com

“[...]a presença do poder público desempenhando pelo menos dois papéis: (i) promotor do crescimento econômico [...]; e (ii) regulador dos mercados e de outras funções sociais, com os objetivos de impor padrões que impeçam a espoliação dos bens comuns e privados e de prover a distribuição da riqueza e da renda geradas[...]” (CACCIAMALI, 2000, p.170).

Ao contrário, neste estudo, acredita-se que uma intervenção do Estado Nacional na economia pode no máximo minimizar os efeitos negativos de uma política econômica e social imposta internacionalmente, principalmente se tratando dos países em

desenvolvimento, inteiramente dependentes de capital externo para estimular o crescimento econômico. Os limites de ação impostos e altamente controlados pelas agências de fomento internacional aos Estados capitalistas não permitem que mudem ou eliminem as leis que regem o processo de acumulação do capital e suas contradições em nível mundial.

Tendo em vista todas estas informações, constata-se que as transformações no mercado de trabalho, neste caso o brasileiro, são efeitos de determinações mais amplas, mundialmente estabelecidas, com conseqüências objetivas e subjetivas extremamente negativas ao desenvolvimento do ser social. Considera-se aqui o crescimento do setor informal uma dessas conseqüências.

4.3 As transformações do mercado de trabalho no Brasil na década de 1990 e suas determinações.

Posteriormente a chamada “década perdida” – anos de 1980 – o Brasil, em tempos de globalização, se deparou com o desafio de controlar e retomar o crescimento econômico do país em uma fase na qual se acirrava (e ainda se acirra), a competitividade no mundo capitalista. Com a crise do Estado do bem-estar social e a retomada do pensamento dito neoliberal⁹ que se fundamentam pelo Estado mínimo, por quase todos os países do globo, fez com que o governo brasileiro – que desde a década de 1930 até a década de 1980 impulsionava e administrava os destinos da economia de forma austera – se rendesse à retórica imperialista norte americana de um Estado não interventor, somente com fortes

⁹ Segundo Kari Polanyi Levitt, o receituário político neoliberal, traz em seu bojo a necessidade de se combater a inflação e a redução do déficit público com “medidas monetárias”, o posterior sucateamento do “Estado de bem-estar social” e a flexibilização do mercado de trabalho. Os países pobres estariam acatando as exigências das agências de fomento internacional, realizando “desvalorizações” do câmbio, no intuito de aumentar as exportações e seqüentes “privatizações do capital público”, a exemplo das transformações iniciadas na “Grã Bretanha por Thatcher”, no final da década de 1980. Cf. artigo de LEVITT, 1999, p.21-22.

atuações em áreas que viabilizassem o desenvolvimento social e econômico auto-sustentável. Uma economia livre, balizada pelas leis do mercado.

O Brasil, assim como outros países da América Latina, altamente dependentes de investimento externos e com suas economias fragilizadas, não teriam outra alternativa a não ser se prepararem para se inserir em,

“[...]um mundo de acirrada competição, que exige a subordinação de todos os aspectos da vida social e cultural ao sucesso econômico, por parte dos indivíduos e das nações. O poder da mídia criou a impressão de que essa é uma tendência motivada pela tecnologia, estando além do controle da intervenção dos governos nacionais e internacionais. Para sobreviver neste mundo ‘globalizado’, os países devem submeter as suas questões domésticas à competição nos mercados externos[...]” (LEVITT, 1999, p.21).

Sendo assim, seria necessário tomar algumas medidas essenciais, antecedentes à abertura total comercial, para que o Brasil pudesse “arrumar a casa”, isto é, fazer a reforma tributária, fiscal e previdenciária, desenvolver incentivos à modernização do parque industrial conforme padrões internacionais, buscar a estabilidade da moeda e da economia e o controle da inflação. Acreditava-se que com o mercado interno forte e uma moeda forte, o país poderia adquirir credibilidade frente aos agentes econômicos estrangeiros, viabilizando seus investimentos no país, possibilitando o desenvolvimento econômico com geração de postos de trabalho (BRUM, 1999, p.464-465).

Em 1990, no governo Collor, o país inicia de forma agressiva a sua inserção no mercado internacional, abrindo as portas para concorrentes estrangeiros de forma unilateral e sem salvaguardas às práticas comerciais desleais. Sem dúvida, era preciso garantir que o

estreitamento das relações comerciais com outros países não dilacerassem o mercado interno, sucateando ainda mais as indústrias e empresas nacionais, até então altamente protegidas pelo Estado, que ficaram frágeis e fortemente expostas às grandes potenciais mundiais.

A eliminação de obstáculos às importações e a redução acelerada das tarifas alfandegárias em um momento de forte recessão, geraram como consequência a queda na demanda por produtos nacionais – estes produzidos com altos custos e com baixa qualidade – falências, demissões, obrigando as empresas melhores estruturadas a mudarem suas formas de gestão e a modernizarem o mais rápido possível seus processos de produção enfim, a se reestruturarem a fim de otimizarem seus resultados (BRUM, 1999, p.175 – 476).

Em 1994, com o Plano Real, algumas reformas já citadas anteriormente proporcionaram a intensificação dos processos de privatizações, para que a estrutura Estatal ficasse mais leve com a diminuição contínua dos mecanismos de intervenção na economia. Desta forma, esta nova estrutura estaria voltada basicamente às funções sociais, fundamentais ao desenvolvimento do país, tais como: educação, saúde, desenvolvimento científico e tecnológico, transportes etc.

Assim,

[...] a abertura econômica e um Estado mais leve são faces de uma mesma moeda: O Real. As características do Plano Real implicam a existência de um Estado mais ágil, livre de inúmeras funções sociais que passariam a ser exercidas pela sociedade civil: o Estado do Plano Real deve poder ser maleável[...] (MALAGUTI, 2000, p. 29).

Ser maleável também significava obter flexibilidade no mercado de trabalho, facilidades em contratações e demissões, desburocratização para iniciar novos empreendimentos, incentivos às pequenas, médias e microempresas, incentivos às exportações, facilidades para subcontratar, terceirizar, enfim, criar novos mecanismos mais dinâmicos, ágeis, que não retardem às constantes adequações que as empresas devem estar preparadas para fazer, a fim de reduzirem os seus custos e aumentarem a lucratividade.

Assim, diversas medidas foram tomadas por serem imprescindíveis à transformação do mercado de trabalho. Diante da necessidade de acumulação e expansão do capital em nível mundial, alterar e eliminar direitos conquistados pelos trabalhadores, assim como enfraquecer os sindicatos, sua forma de organização, é essencial para a sua vitória sobre o trabalho. Os empregados, ditos como principais responsáveis pelo alto custo da produção industrial e entraves aos objetivos do novo padrão de acumulação, devem ser reduzidos ao máximo:

“[...]o]desemprego estrutural[...]em] uma processualidade contraditória [...] de um lado, reduz o operariado industrial e fabril; de outro, aumenta o subproletariado, o trabalho precário, e o assalariamento no setor de serviços. Incorpora o trabalho feminino e exclui os mais jovens e os mais velhos[...]” (ANTUNES, 1999, p.41-42).

Assim, evidenciam-se profundas transformações, marcadas pela crescente heterogeneização do mercado de trabalho, com um aumento bastante significativo dos postos de trabalhos assalariados e autônomos no setor de serviços, uma tendência identificada em todo o mundo. Nesse momento, os perfis das economias nos países capitalistas tendem a se caracterizarem pelo aumento das contratações por tempo de

trabalho determinado, “parcial, temporário, subcontratado, ‘terceirizado’, vinculados à ‘economia informal’, entre tantas modalidades existentes” (ANTUNES, 1999, p.44).

O quadro abaixo, com dados referentes ao ano de 1997, fornece uma pequena amostra dos perfis de postos de trabalhos que estão sendo criados em países como Brasil, Argentina, Chile, México, Uruguai e Venezuela.

TABELA 1 – POPULAÇÃO URBANA OCUPADA EM SETORES DE BAIXA PRODUTIVIDADE ECONÔMICA – DADOS 1997.

(em %)

Países	Total	Micro Empresa (1)		Emprego doméstico	Trabalhadores Independentes não qualificados (2)
		Empregadores	Ocupados	Assalariados	
Argentina	46,2	3,7	15,9	5,1	21,5
Brasil (4)	46,6	2,0	10,5	8,4	25,7
Chile (4)	34,4	2,0	10,2	6,1	16,1
México (4)	43,6	3,8	15,8	3,6	20,4
Uruguai	42,5	2,8	11,6	7,1	21,0
Venezuela (3)	49,4	3,6	11,3	4,3	30,2

Fonte: DIEESE, 2001, p. 307.

Notas: (1) Estabelecimentos que ocupam até 5 pessoas. Na Venezuela até 4 pessoas

(2) Trabalhadores por conta própria e familiares não remunerados sem qualificação profissional ou técnica inclui pessoas ocupadas na agricultura, silvicultura, caça e pesca. Na Argentina não houve distinção entre qualificados e não qualificados

(3) Corresponde ao total nacional

(4) Os dados referentes a Brasil, Chile e México são de 1996.

Verifica-se que, principalmente no Brasil, na Venezuela e na Argentina, quase metade do total dos postos de trabalhos criados, são de baixa produtividade, portanto de baixa remuneração. Conforme os dados do DIEESE, são em sua maioria trabalhadores autônomos, ou ditos por conta própria sem qualificação, seguidos pelos ocupados em pequenas empresas como empregados ou empregadores, cujas condições contratuais sabe-se que em sua maioria são altamente precarizadas, especificamente no Brasil. Também

existem àqueles ocupados em serviços domésticos que historicamente são considerados precários.

Sobre a capacidade destes países em criar postos de trabalho que possam suprir a demanda por empregos, apresenta-se o quadro abaixo.

TABELA 2 – TAXAS MÉDIAS ANUAIS DO CRESCIMENTO DO PIB – 1991 – 1994 e 1991-1999. TAXA DE CRESCIMENTO MÉDIO ANUAL DA PEA 1980 – 1990 e 1990-2000. TAXA DE DESEMPREGO 1990 e 1999

Países	PEA*		PIB**		(em %) Desemprego***	
	1980-1990	1990 -2000	1991-1994	1991-1999	1990	1999
Argentina	2,4	1,9	8,0	4,7	7,3	14,5
Brasil	2,6	2,3	2,8	2,5	3,7	9,0
Canadá	1,8	1,1	1,5	2,5	8,1	7,6
Chile	2,7	2,5	7,5	6,0	5,7	7,2
Colômbia	3,2	2,9	4,3	2,5	10,2	20,1
EUA	1,8	1,1	2,3	3,1	5,6	4,2
México	3,2	3,0	3,5	3,1	2,2	1,7
Uruguai	1,5	1,2	4,7	3,2	8,5	11,3
Venezuela	3,7	3,3	3,2	1,9	10,4	14,9

Fonte: DIEESE, 2001, p. 297, 302, 308.

* A PEA foi estimada pela Cepal em parceria com a Bureau of Labor Statistics

** (a) Ano de 1999: estimativas preliminares. (b) Os dados da Colômbia para os anos de 1997-1999 foram estimados pela Cepal

*** Os dados da Argentina, Brasil e Chile são de 1998. Foram estimados pela OIT

Os números evidenciam que, em média, países como Canadá e Estados Unidos tiveram suas Populações Economicamente Ativas reduzidas no período de 1990 a 2000 em 0,7 pontos percentuais, enquanto que suas economias no período de 1994 à 1999, de acordo com o Produto Interno Bruto – PIB, cresciam em torno de 1% no Canadá e 0,8% nos Estados Unidos. Visto isto, o desemprego “arrefeceu” de 8,1% para 7,6%, no Canadá, e de

5,6% para 4,2% nos Estados Unidos. Ao contrário do que ocorreu nos países desenvolvidos, especialmente no Brasil, verifica-se uma diminuição ínfima da PEA, de apenas 0,3 pontos percentuais de 1990 a 2000, combinada a redução do PIB no âmbito de uma economia recessiva de 2,8% em 1994 para 2,5% em 1999. O resultado, um desemprego que de 3,7% em 1990 foi para 9% em 1999.

Atendo-se apenas à condição brasileira, podem ser identificados no quadro abaixo os números correspondentes à evolução negativa do desemprego em grandes regiões metropolitanas do Brasil, na qual a PED (Pesquisa de Emprego e Desemprego) se realizou entre os períodos de 1989 à 1999, sendo que no ano de 2000 o índice apresenta uma pequena melhora, denotando um aumento na demanda por força de trabalho, visto a reordenação de alguns setores produtivos da economia frente à diminuição das crises em nível mundial, a algumas medidas tomadas pelo Estado brasileiro como a desvalorização do real frente ao dólar, viabilizando o aumento das exportações e a redução da taxa de juros, possibilitando maiores investimentos no parque produtivo (DIEESE, 2001, p.313).

TABELA 3 – EVOLUÇÃO DAS TAXAS DE DESEMPREGO TOTAL – 1989 À 2000

(em %)												
Regiões	1989	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000
B. Horizonte								12,7	13,4	15,9	17,9	17,8
D. Federal				15,5	15,1	14,5	15,7	16,8	18,1	19,4	21,6	19,6
Porto Alegre					12,2	11,3	10,7	13,1	13,4	15,9	19,0	16,6
Recife										21,6	22,1	20,7
Salvador									21,6	24,9	27,7	26,6
São Paulo	8,7	10,3	11,7	15,2	14,6	14,2	13,2	15,1	16,0	18,2	19,3	17,6

Fonte: DIEESE, 2001, p.53 e 317

Percebe-se que o percentual de desemprego se manteve elevado em todas as regiões. No caso da região metropolitana de São Paulo, por exemplo, sem dúvida ainda o grande pólo econômico brasileiro, a taxa de desemprego do ano de 2000 recuou 1,7 pontos percentuais em relação a 1999 e 0,6 pontos percentuais em relação a 1998, mas continua acima em relação a 1997 em 1,6 pontos percentuais.

Pode-se verificar também que o desemprego se intensificou em 1998 e 1999 pelo ínfimo crescimento econômico nessas regiões, percebendo-se claramente o reflexo desse fenômeno na taxa insignificante do PIB, já constatada anteriormente neste mesmo período.

Segundo Malaguti (2000, p.32), a flexibilização dos direitos trabalhistas, somados aos avanços tecnológicos, tem aumentado a produtividade dos setores industriais, a exemplo do que vêm acontecendo nos grandes centros mundiais, viabilizando o crescimento do terceiro setor, entendido como prestações de serviços em geral e o comércio. Essas transformações no mercado de trabalho viabilizam o aumento de setores de suporte como assistências técnicas, transportes, cursos para qualificação profissional, financeiras, seguradoras etc., transferindo a maior parte das ocupações industriais para estes.

O que também não se pode deixar de frisar é que a qualidade dos postos de trabalhos criados no Brasil, no chamado setor de serviços, em sua maioria, ainda não são aqueles que exigem maior grau de qualificação profissional e escolaridade, muito pelo contrário. São ocupações precarizadas, ditas tradicionais, com alta concentração de força de trabalho qualificada ou semi-qualificada, ficando completamente marginalizada aquela sem nenhuma qualificação.

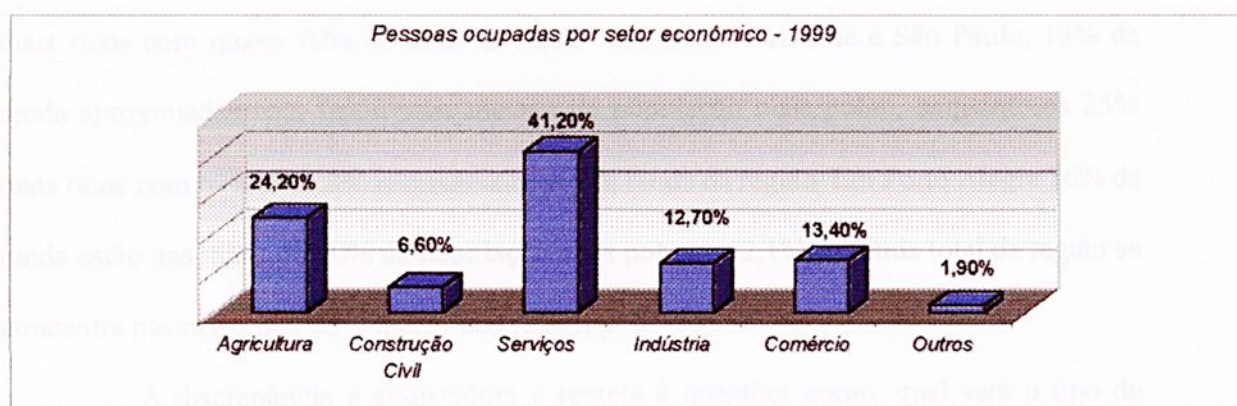


Segundo Pochmann, isto se dá porque o Brasil ainda não possui um expressivo setor de manufatura, vinculado ao que há de mais moderno em termos de alta tecnologia, fragilizando assim os tipos de serviços que dão suporte a industrialização (2001, p.53-54).

De acordo com os dados apresentados pelo DIEESE, o perfil das ocupações no mercado de trabalho brasileiro é bastante heterogêneo. Embora já em 1999, 58,7% dos ocupados fossem assalariados – o que não significam boas condições de emprego – 23,7% dos ocupados eram trabalhadores por conta própria, sem falar é claro daqueles que trabalham para família e não possuem remuneração (2001, p.48).

O gráfico abaixo expressa como se encontravam distribuídas as pessoas ocupadas por setor econômico no ano de 1999.

GRÁFICO 1



Fonte: DIEESE, 2001, p.49

OBS: Serviços: engloba prestação de serviços, serviços auxiliares de atividade econômica, transporte e comunicação, social e administração pública. Indústria: engloba indústria de transformação e outras atividades industriais. *Exclusiva a população rural de Rondônia, Acre, Amazonas, Roraima, Pará e Amapá.

A flexibilização dos direitos trabalhistas, o desemprego, a precarização de ocupações, principalmente aquelas oferecidas pelos negócios de pequena escala no setor de

serviços e comércio, agrava ainda mais as condições de manutenção e reprodução da vida do trabalhador, ficando ainda mais evidente o fosso econômico que separa aqueles que vivem da venda da força de trabalho e os que são proprietários dos meios de produção.

Malaguti afirma a existência de um Brasil da opulência versus um Brasil da precariedade, que expressa as desigualdades sociais e acabam por denunciar as condições em que grande parte dos trabalhadores são obrigados a viver (2000, p. 38).

É enorme a distância que separa os mais pobres dos mais ricos. Segundo o DIEESE, nas regiões metropolitanas em que a Pesquisa de Emprego e Desemprego (PED) foram realizadas, constatou-se que no ano de 1999, no Distrito Federal, 10,1% do total da renda da região estão nas mãos de 50% das famílias mais pobres e 70,6% da renda, nas mãos dos 25% mais ricos. Em Salvador e Recife, os 50% mais pobres ficam com aproximadamente 11,3% e 11,8% respectivamente da renda da região enquanto os 25% mais ricos com quase 70% do total da renda. Em Belo Horizonte e São Paulo, 13% da renda aproximadamente ficam com metade da população mais pobre, enquanto os 25% mais ricos com 67% e 66,3% respectivamente da renda da região. Em Porto Alegre 16% da renda estão nas mãos de 50% da população mais pobre e 62,1% da renda total da região se concentra nas mãos dos 25% mais ricos (2001, p. 27-28).

A discrepância é assustadora e remete à questões como, qual será o tipo de ocupação exercida por esta população mais pobre, totalmente marginalizada e que mesmo hipoteticamente empregada é carente de serviços assistenciais de qualidade e quase completamente destituída de proteção social?

Verifica-se também que aos poucos, a concentração de renda, salários baixos e o desemprego em massa, deixa de ser um problema somente dos trabalhadores desqualificados e passa a atingir a “classe média”, que também está perdendo seus

empregos e engrossando as fileiras dos desempregados. Quando não abre o próprio negócio, tem que se sujeitar a salários muito mais baixos (MALAGUTTI, 2000, p.42).

Apenas para exemplificar como o problema do desemprego entre os trabalhadores qualificados revela-se ser uma tendência mundial, descreve-se abaixo o discurso de um tradicional admirador do capitalismo, sobre a economia norte americana, que expressa preocupação ao constatar o descontrole econômico do que denominou “Turbocapitalismo”:

“[...]Em cidades norte-americanas, até mesmo o visitante casual pode observar o fenômeno a olho nu: garçons e garçonetes, faxineiros, etc. costumavam ser negros, com pouca educação formal, mas agora são, em sua maioria, brancos com formação de ensino médio ou até mesmo superior. Conforme os “menos altamente qualificados” são empurrados para baixo pela transformação da economia, tiram os empregos dos não qualificados que são, então, totalmente excluídos do mercado de trabalho[...]” (LUTTWAK, 2001, p. 128).

Em outro trecho o autor constata que

“[...]muitos ainda acreditam nos falsos remédios de reabilitação, valores morais, policiamento etc. Até mesmo nos Estados Unidos, afinal, ainda há muita conversa a respeito de tirar a classe inferior de sua condição por meio da educação, fornecendo a ela as “qualificações básicas necessárias à economia”. Mas economias avançadas e turbocapitalistas não precisam de qualificações básicas, ou mais precisamente cada vez menos delas; assim, a ilusão de ótica persiste de forma inevitável, se continuarmos a nos concentrar na classe inferior em vez de na queda de todos[...]” (Ibid., 2001, p.130).



Está claro, que o autor não deseja a igualdade de oportunidade para todos, pois está realmente preocupado com a “classe média” que a cada momento decresce na estrutura social. Para tanto, oferece algumas sugestões tal como a volta do Estado protecionista que pelo menos garanta a manutenção do “status quo”. Com isso, a economia provavelmente não se desenvolveria, mas os ricos continuariam ricos e os pobres não seriam tão marginalizados.

Já no Brasil, em regiões como o Estado de São Paulo, que historicamente manteve um pólo industrial dinâmico, embora esteja perdendo a guerra fiscal e, portanto, sofrendo um forte êxodo de empresas que estão migrando para o interior ou outros estados menos desenvolvidos, constatou-se que a educação de qualidade, fundamental a um consistente desenvolvimento social e econômico, não é o fator principal para a superação do desemprego, pois este tem crescido mesmo entre àqueles que possuem o nível superior.

O quadro abaixo que oferece como exemplo as cidades de São Paulo, Brasília e Salvador e demonstra a situação do desemprego segundo o grau de escolaridade, confirmando, assim, a limitada “margem de manobra” dos indivíduos singulares frente às fortes pressões existentes no mercado de trabalho.

TABELA 4 – TAXA DE DESEMPREGO SEGUNDO O GRAU DE ESCOLARIDADE – 1989 – 1999

(em %)

Nível de instrução ↓	São Paulo			Distrito Federal			Salvador		
Ano →	89	98	99	92	98	99	97	98	99
Analfabeto	7,0	18,1	20,4	15,3	21,5	24,4	18,1	21,0	24,1
Fundamental Incompl.	10,4	21,0	21,9	19,9	25,3	28,1	25,5	29,5	32,6
Fundamental Compl.	10,4	21,1	22,9	17,3	23,4	25,8	26,0	28,8	32,3
Médio Incompleto	9,9	28,1	29,3	21,6	27,9	33,3	28,8	34,5	39,6
Médio Completo	5,0	15,0	16,7	12,0	16,2	18,8	17,7	20,2	22,6
Superior	3,8	8,0	8,3	5,4	6,2	7,1	10,3	11,0	12,0

Fonte: DIEESE, 2001, p. 58

É visível que o maior índice de desempregados com alto nível de instrução está em Salvador, mas em São Paulo, de 1989 a 1999 o índice de desemprego entre aqueles que possuem nível superior mais que dobrou. Está claro, portanto, que não basta o investimento em educação ou qualificação profissional, quando o problema central não é o indivíduo e a falta de competência, industriiosidade ou espírito empreendedor deste. Observa-se que as questões objetivas expostas até agora, com determinações mundiais, limitam cruelmente a atuação de todos os trabalhadores, principalmente daqueles que pertencem à classe menos privilegiada.

Tendo por base estes dados, infere-se que por mais “boa vontade” que se tenha de mudar ou melhorar as condições imediatas e particulares de vida por meio de um esforço individual, os trabalhadores que possuem como única fonte de renda a venda de sua força de trabalho, encontram uma barreira clara: a eliminação e precarização de postos de

trabalho. Os empregos insuficientes que são criados, não conseguem absorver principalmente aqueles que todo ano são lançados na PEA. Somado a isto, tem-se o desalento e a desmotivação em se continuar a procurar empregos, devido ao alto custo da reprodução da vida de trabalhadores qualificados, a precarização dos direitos trabalhistas, que em países como o Brasil, demasiadamente injusto na distribuição de renda, com índices de alta ineficiência e em alguns casos ausência de proteção social, agravam ainda mais a miserabilidade desse contingente. Segundo pesquisas, no Brasil,

TABELA 3 – INDICADORES SOBRE A DISTRIBUIÇÃO DAS OCUPAÇÕES EM

REGIÕES METROPOLITANAS

“[...]Em janeiro de 2000, 77% dos beneficiários da previdência recebiam menos do que dois salários mínimos, sendo que cerca de 97% dos benefícios pagos não alcançavam sete salários mínimos, ou seja, um valor abaixo do salário mínimo necessário, calculado pelo DIEESE, para um trabalhador manter uma família que quatro pessoas, o equivalente, à época, a R\$ 942,76[...]” (DIEESE, 2001, p.241-242).

A heterogeneidade das ocupações existentes no mercado de trabalho brasileiro, em última instância, evidencia a perda de postos de trabalhos oferecidos pelas indústrias em razão daqueles oferecidos pelo setor de serviços em grandes centros. Os indicadores abaixo, contidos nos estudos do DIEESE, são esclarecedores.

Os dados revelam os índices de flexibilização dos contratos de trabalho, que só em São Paulo girou em torno de 33,1% do total de contratos em 1999, demonstrando quanto auxiliam na precarização das condições de vida destes trabalhadores, cuja proteção social oferecida pelo Estado é quase inexistente. Também fornecem os índices sobre o número de assalariados sem carteira assinada, que em São Paulo se aproxima dos 24%. Somam-se a isso a porcentagem de ocupados que se auto-empregam e que trabalham para o público – entre eles, camelôs ou vendedores de ponto fixos, vendedores ambulantes,

perueiros, catadores de papéis etc conforme classificação adotada pelos organizadores do Mapa do Trabalho Informal em 1999 – e em serviços domésticos, denotando quão fragilizadas estão as condições de vida de um pouco mais de 21% da população nas grandes regiões metropolitanas. Em relação a este último dado, segundo o DIEESE, um em cada quatro postos de trabalho em 1999, nas regiões em que a PED é realizada, eram de auto-emprego ou serviços domésticos (DIEESE, 2001, p. 64 -77).

TABELA 5 – INDICADORES SOBRE A DISTRIBUIÇÃO DAS OCUPAÇÕES EM REGIÕES METROPOLITANAS – 1999.

Indicadores	Regiões Metropolitanas (em%)					
	Belo Horizonte	Distr. Federal	Porto Alegre	Recife	Salvador	São Paulo
% de ocupados nos serviços	52,6	55,9	53,4	51,5	58,5	52,7
% de ocupados na indústria	14,4	3,8	19,0	9,3	8,1	19,6
% de assalariados sem carteira assinada contratados pela empresa privada	19,9	22,4	17,2	26,6	26,3	23,7
% de assalariados que trabalha 44 horas ou mais na semana	41,2	27,1	39,0	47,7	38,1	42,4
% de postos de trabalho nas empresas e setor público com contratações flexibilizadas	27,2	26,4	24,8	35,8	35,4	33,1
% de ocupados autônomos que trabalham para o público	16,1	10,3	13,6	18,3	19,0	12,9
% de empregados domésticos	10,2	11,8	7,6	9,6	10,4	8,9

Fonte: DIEESE, 2001, p.76

No ano de 1999, as atividades com alto índice de precarização, como os autônomos que trabalham para o público, os empregados domésticos mais o assalariados sem carteira assinada somavam, só na metrópole paulista, uma das mais desenvolvidas

economicamente, 45,5% das ocupações, enquanto que em Salvador já eram 55,7% das ocupações, segundo demonstra o quadro acima. Tudo isso sem contar o índice de informalidade que é de difícil mensuração.

Como se pode notar, todos estes indicadores reforçam a tese deste estudo que entende a atuação dos trabalhadores urbanos informais que trabalham para o público, como os camelôs ou vendedores de ponto fixo, sendo determinadas por estas questões objetivas. As oportunidades ou alternativas proporcionadas pela condição de classe desses trabalhadores, altamente desprotegidos pelos Estado nacional, a saúde e a educação de péssima qualidade, restringem ainda mais o que Lukács conceituou “margem de manobra” dos indivíduos singulares. Ou seja, a “escolha” de trabalhar como camelô, por exemplo, ou de ocupar qualquer atividade precarizada no mercado de trabalho, não pode ser compreendida verdadeiramente, em todas as suas dimensões, subjetivas e objetivas, tendo como fonte de análise os valores ou preferências desses indivíduos.

Entende-se que as determinações das trajetórias ocupacionais desses indivíduos não estão pautadas unicamente em decisões orientadas a valores, sejam eles racionais, morais, religiosos ou em termos de preferências ou do desejo de realização pessoal ou profissional, como se estas ações fossem expressões da pura subjetividade, sem que estas estivessem fundamentadas e diretamente ligadas a uma forma de sociabilidade que impõe sérias restrições às alternativas e liberdades individuais.

Isso não significa que o homem não possua vontades, e que esteja vivendo apenas para realizar o que a sociedade ou a sua condição de classe lhe permitiu fazer. É preciso compreender que este indivíduo singular se constrói no interior de uma comunidade da qual ele herda certas características subjetivas (valores, crenças, concepções de mundo) e objetivas (condições econômicas) essenciais à construção de sua particularidade, mas, em

última instância, mantém o seu caráter universal, como homem que se faz homem em sociedade. Assim, podem ser ou não explicitadas por meio do trabalho e das outras atividades que compõem a práxis – a cultura, a política, o direito etc. – as potencialidades humanas, e o grau de desenvolvimento objetivo e subjetivo do ser social em um determinado momento histórico, dependendo da forma de organização social construída por todo o complexo social. O indivíduo toma decisões entre as alternativas postas por este complexo, mas não pode prever, em última instância, os efeitos destas ações sobre si mesmo, pois estarão combinadas as decisões de outros membros da sociedade. A curto prazo, estas decisões visam a satisfação de necessidades postas pela forma de sociabilidade em nível mundial.

Não é possível negar a atuação do indivíduo, que age teleologicamente no interior de uma determinada organização social, tomando decisões cotidianas fundamentais à manutenção da sua reprodução biológica e espiritual. Mas estas “escolhas” ou decisões são realizadas entre alternativas dadas, que não foram criadas por estes indivíduos singulares, mas pela síntese da totalidade dessas ações no interior do complexo dinâmico social – cuja síntese desses atos individuais, apresentam tendências análogas, convergências, tipos etc. Por isso, acredita-se que o homem faz história, mas não em condições postas por ele enquanto indivíduo, único e isolado, mas enquanto indivíduo que opera ineliminavelmente no ser social (LUKÁCS, 1981b, p.33-34).

Assim, acredita-se que o camelô, objeto deste estudo, não “escolheu” ou decidiu por esta atividade, porque agia racionalmente, com vistas a satisfação de desejos de realização profissional, pessoal, ou financeiro. Percebeu-se, especificamente nas entrevistas aqui realizadas, que toda a trajetória destes trabalhadores foram determinadas unicamente pela necessidade de sobrevivência, sem nenhum planejamento estratégico prévio, um plano

de carreira, etc. O trabalho realizado poderia ser qualquer um, desde que conseguissem por meio dele pagar as contas, morar e alimentar a si e a sua família.

Esses atos de escolhas, de tomada de decisão se fundamentam na liberdade, mas não em uma liberdade pura e abstrata. Há limites concretos para a realização de certas possibilidades reais ou potências que independem das aptidões dessas pessoas ou demais subjetividades. Em última instância, é a melhor maneira de satisfação das necessidades, sempre socialmente construídas, que irá determinar o modo de vida das mesmas (LUKÁCS, 1981b, p. 34-35).

Assim, referindo-se aos índices econômicos do Brasil na década de 90, tido como o país mais injusto nos campos social e econômico, visto seu alto nível de concentração de renda, percebe-se que a grande luta da maioria destes trabalhadores precarizados e desamparados pelo Estado, pois não possuem uma rede de benefícios sociais compatíveis com as necessidades, é a luta pela sobrevivência.



CONSIDERAÇÕES FINAIS

Já é amplamente reconhecido, em diversos estudos sociais e econômicos, a heterogeneidade do mercado de trabalho brasileiro, que articula atividades derivadas da absorção pela economia de novas tecnologias inteligentes, que acabam por exigir profissionais ainda mais qualificados, e os trabalhos precários, inclusive o trabalho escravo, ainda existente em muitos estados brasileiros.

Acredita-se que esta pesquisa contribuiu, de forma muito particular, para uma discussão que busca compreender até que ponto os indivíduos singulares são verdadeiramente “livres”, como garante a Constituição, e possuem as mesmas condições de igualdade para poderem escolher e agir no interior de uma sociedade de classes, buscando o sucesso pessoal e econômico, a satisfação e realização profissional, enfim a felicidade.

Identificou-se no terceiro capítulo, algumas das principais determinações que impulsionaram as trajetórias ocupacionais dos trabalhadores entrevistados, hoje ocupados como camelôs.

Pelo fato de todos terem nascido em condições sociais e econômicas altamente precárias, pôde-se delinear algumas características comuns, que circunscreveram os limites de ações destes indivíduos.

Em primeiro lugar está a própria condição de classe, extremamente precária seja no campo ou na cidade, cujo único meio de sobrevivência é a venda da força de trabalho. Em segundo lugar, sendo os rendimentos individuais muito abaixo do necessário à sobrevivência, os pais sempre consideraram essencial o trabalho das crianças para a manutenção da família. Por isso, a inserção precoce no mercado de trabalho.



Outra consequência dessa condição é que na juventude ou fase adulta, esses trabalhadores saíam de casa sem contar com nenhum apoio financeiro, ou qualquer outra orientação para a vida cotidiana, cada vez mais complexa e mediada. Aventuravam-se sozinhos em busca de novas oportunidades de trabalho e se inseriam em empregos precários que dispensam mão de obra qualificada, normalmente no setor de prestação de serviços. A maioria aprendeu tudo que sabe na prática, sem fazer qualquer curso técnico ou de especialização.

Identificou-se também em quarto lugar, que todos os entrevistados, com exceção de um camelô, tiveram passagem pelo mercado formal de trabalho, exercendo atividades igualmente precárias. A grande maioria possuiu carteira assinada, mesmo que trabalhando em regime de contratação temporária.

Em quinto lugar, percebeu-se o baixo nível de instrução e qualificação profissional, derivado da não possibilidade concreta de continuar com os estudos. Além da fadiga causada pelas intensas e extensas jornadas de trabalho característica dos serviços precários, a distância entre a escola e o trabalho, a desmotivação e a dificuldade em acompanhar o ritmo das aulas, proporcionaram a evasão das escolas. Já os camelôs que fizeram cursos profissionalizantes em determinado momento da trajetória (a minoria deles como constatado no capítulo 3), ficaram completamente restringidos pela especificidade dos cursos. Assim, limitou-se ainda mais o exercício de qualquer outra ocupação no mercado formal, principalmente àquelas derivadas das novas tecnologias.

Em sexto lugar, não puderam traçar previamente uma carreira profissional, pois em nenhum momento na trajetória tiveram tranquilidade ou tempo hábil para pesquisa do mercado de trabalho, tudo que só pode ser obtido por meio de garantias objetivas

(equilíbrio da estrutura financeira e familiar), para planejar cursos e próximas ocupações. Aceitavam realizar qualquer atividade, pensando na própria sobrevivência e da família, atividades essas que normalmente se caracterizavam por baixíssimos salários, por conta da dificuldade em encontrar emprego e da enorme concorrência que sempre sofreram em relação às vagas que podiam disputar no mercado de trabalho. Conclui-se assim, que as decisões sobre quais atividades desempenhar no mercado de trabalho, não são nenhum pouco “racionais”, muito pelo contrário. Obedecem a lógica da necessidade. Eles podem atuar em qualquer atividade, mesmo sem conhecimento prévio. Vão tentar até que alguma coisa dê certo.

Em sétimo lugar, identificou-se que as constantes migrações marcaram a vida da maioria destes trabalhadores, sempre em busca de melhores condições de trabalho e maiores rendimentos. O instinto de sobrevivência parece ser maior do que qualquer temor sobre fracassos que possam vir a ocorrer em outras localidades ou em atividades completamente novas para eles. Não há nada que possam perder e por isso continuam tentando, “até dar certo”.

As concepções de mundo, orientadas por valores religiosos, derivadas dessa forma de reprodução material da vida conhecida desde a infância, e as ideologias disseminadas pela classe que luta para manter o “status quo”, proporcionam a estes trabalhadores a conformação com essa situação “eterna” de luta árdua pela sobrevivência.

A resignação religiosa é um dos mais fortes sentimentos encontrados nos argumentos dos camelôs, principalmente entre aqueles que não viveram a condição de serem camelôs nas ruas da cidade. Percebeu-se que nos relatos de camelôs como J.C., P., F., C., IC., D., A.C. e AD, isso não se verificou. Estes trabalharam nas ruas sem autorização

da prefeitura e sem nenhum respaldo legal, e principalmente, tiveram que enfrentar a fúria dos comerciantes legalizados, dos agentes de fiscalização da prefeitura que os ameaçavam com o confisco de mercadorias. Esses trabalhadores são os “donos da própria vida” e não esperam que ninguém, nem mesmo um ser superior faça alguma coisa por eles no dia-a-dia.

Ao contrário, a Dona I., a V., o M. e a IR. entregaram os “destinos” de sua vida nas mãos de Deus e agradecem o fato da prefeitura ter cedido o espaço de trabalho para eles. De fato estes e outros camelôs que ali se encontram, utilizam um espaço econômico, sem ter a exata consciência de que o *camelódromo* é consequência de uma luta entre aqueles que precisam trabalhar e não encontram outra forma imediata de sustento que venha de encontro às suas condições materiais e cognoscitivas, e aqueles que representam e defendem a classe proprietária de negócios no comércio formal, os representantes da lei e defensores da propriedade privada.

Ser camelô foi resultado de uma decisão, mas quais eram as outras alternativas? Não é tão difícil adivinhar, basta analisar com cuidado as entrevistas e observar as trajetórias desses trabalhadores, para constatar que se não fossem camelôs estariam exercendo qualquer outra atividade de caráter autônomo como: vendedores ambulantes de pães ou doces (como há aos montes no terminal rodoviário de Marília), vendendo marmitas, realizando pequenos concertos de relógios, vendendo artesanato, lavando roupa, etc. Ou seja, prestariam serviços de alguma forma em atividades que consumam o mínimo possível de matéria-prima e tecnologia.

Como constatou Vasconcellos (1994), parece mesmo haver uma continuidade no caráter das ocupações, mas seria reduzir demais o problema atribuir este fenômeno à “preferências” individuais.



Isso não significa que a classe proprietária, os profissionais liberais tenham mais liberdade que a classe que vive da venda da força de trabalho. É importante lembrar que todos fazem parte de um mesmo sistema e estão subordinados individualmente às suas leis. Todos tomam suas decisões, tendo em vista alternativas que são geradas e postas pela síntese das ações individuais, mediadas pela posição que cada um ocupa na estrutura de classe. Todos são influenciados pelas legalidades geradas em sociedade, pelas casualidades que podem impulsionar estratégias individuais ou coletivas, criativas ou negativas.

O diferencial está no fato de que os indivíduos, membros da classe desprivilegiada, não podem optar por muitas das alternativas postas por esse complexo social. Na maioria das vezes, à medida que vão tomando decisões, no interior das alternativas dadas, vão restringindo ainda mais o seu campo de ação, a ponto de não terem opção. O mesmo ocorre com a burguesia, principalmente quando ela se vê decrescendo na estrutura de classes, perdendo poder econômico e político.

No quarto capítulo, identificou-se as determinações que impulsionaram as transformações do mercado de trabalho, e como estes acontecimentos intensificaram o crescimento das atividades “informais” no Brasil na última década do século XX.

Todas estas questões: a aposta no desenvolvimento econômico por meio do endividamento nacional junto às agências de fomento internacionais; as crises econômicas; a abertura do mercado nacional, intensificando a concorrência entre empresas locais, multinacionais e transnacionais; as novas estratégias de gestão das empresas com fins a diminuição de custos e maiores lucros; o desenvolvimento tecnológico de ponta com a disseminação de Sistemas de Informações, que viabilizam a eliminação de postos de trabalhos e de profissões; as fusões, aquisições e terceirizações principalmente na área de

suporte técnico, que estimulam o aumento do setor de serviços e comércio; todas elas estão articuladas com aquelas questões oriundas do modo de organização de vida dos camelôs e de suas decisões.

Todos os indivíduos em todos os momentos da vida fazem “escolhas”, tomam decisões em determinadas circunstâncias. A história é constituída pelas decisões destes indivíduos em sociedade, estejam eles conscientes ou não das regras que ditam as “formas de ser da organização social”. Os camelôs, que se apresentam como uma das formas assumidas pela classe dos trabalhadores, sendo uma das formas mais fragilizadas e precarizadas, aquela que está na borda do sistema, fazem suas escolhas visando atender à questões particulares. Isoladamente, as decisões de indivíduos singulares não influenciam as “circunstâncias” encontradas, os “complexos sociais” (o direito, a política, a economia, etc) e suas regras, suas leis de funcionamento, que são estabelecidas em sociedade resultantes da síntese dessas ações individuais.

Também percebeu-se que em nenhum momento, durante as entrevistas, os trabalhadores se quer mencionaram ter desejado, ou planejado se ocuparem de uma atividade autônoma, principalmente como camelôs. Com exceção do F. que sempre trabalhou em atividades “informais”, todos os outros, em algum momento na trajetória ocupacional, estiveram empregados, seja por períodos de tempo determinado, como por exemplo J.C., que trabalhava no Zilo apenas quando estava na época da safra do algodão ou, por prazo indeterminado como o senhor M., que conseguiu se aposentar, ou como C. (o português) que trabalhou 8 anos em um grande atacado, em Marília, até que resolveu pedir demissão.

A verdade é que em todos os casos, o fato de estarem desempregados deveu-se ou à estratégias de ajuste de pessoal nas empresas por conta de queda crônica nas vendas, ou absorção de novas tecnologias nos serviços ou na produção, com o propósito de reverter o quadro de baixa lucratividade nos vários momentos da crise de acumulação e reprodução do capital nesta última década do século XX. Um outro ponto igualmente importante, diz respeito as demissões voluntárias, que surgem por causa das inserções desses trabalhadores em ocupações altamente precarizadas, o que, no caso do camelô chamado de Português, impulsionou o seu pedido de demissão para poder trabalhar como autônomo. Também existe uma lei tácita social, praticada no mercado de trabalho no Brasil, que restringe a inserção de indivíduos de mais de 40 anos de idade em ocupações que ofereçam pelo menos os benefícios sociais conquistados.

Essas são as principais causas do desemprego “crônico” enfrentadas por estas pessoas e verificadas nas entrevistas. A consequência desses fatos é a inserção em ocupações autônomas, como alternativa possível, com piores condições de trabalho e que geralmente eram pra ser temporárias.

Ser camelô, por exemplo, não tem nada a ver com motivações oriundas da “pura subjetividade”, “sonhos”, “desejos de realização” pessoal ou profissional, etc. Em todos os casos, esta atividade foi e continua sendo uma estratégia de sobrevivência, no qual alguns, em determinadas circunstâncias, puderam usufruir bons rendimentos.

Essa atividade é um meio de vida, que não oferece nenhum desafio ou possibilidades concretas de desenvolvimento do potencial ou capacidades humanas dos trabalhadores que ali estão. Dali subtraem-se recursos ínfimos que, quando possível, servem para estimular os seus descendentes a investirem algum tempo em educação formal,

atualmente tão aclamada pela ideologia neoliberal, como a única maneira de obter melhores oportunidades de trabalho. Não querem os seus filhos como camelôs.

Por outro lado, o que se vê, não é muito animador. A grande maioria dos seus filhos, em idade de trabalho, estão desempregados e normalmente costumam ajudar os pais nas barracas, quando estes precisam viajar para comprar mercadorias, ou atuam mesmo nesta atividade, como se esta fosse em caráter provisório, permanecendo meio período no *camelódromo* e no outro se dedicando à procura de emprego. Muitas vezes, também conseguem adquirir uma barraca, comprando ou alugando de outrem, até obterem um emprego com carteira assinada.

Sabe-se que o desemprego em massa que atinge não só o Brasil, mas todo o mundo, dificulta ainda mais a esses indivíduos encontrarem ocupações que lhes dêem o mínimo de segurança sócio-econômica. Além dos postos de trabalhos oferecidos não serem suficientes, a demanda requerida, a seletividade e as exigências impostas pelo mercado “formal” à ocupação destes constituem-se verdadeiras muralhas pelas quais esses trabalhadores não conseguem passar, pois não possuem, na maioria dos casos, os requisitos exigidos: curso superior, conhecimento de língua estrangeira, experiências na área, etc. O custo de reprodução de um profissional com esse perfil é muito alto, sendo extremamente difícil, dadas as condições materiais destes indivíduos, dar ênfase à uma qualificação mais adequada à demanda do mercado de trabalho.

Dessa forma, em relação aos filhos dos camelôs, a história de vida individual tende a se repetir, e novamente têm-se trabalhadores iniciando suas trajetórias ocupacionais em auto-empregos como autônomos, só que dessa vez como camelôs ao lado de seus pais, assim como estes iniciaram suas trajetórias na roça ao lado dos seus.

Por tudo, vê-se uma necessidade em esclarecer, mesmo que no momento de forma introdutória, uma questão candente neste trabalho: a inter-relação existente nas ações destes trabalhadores entre as determinações subjetivas e objetivas, a articulação entre as ações individuais e o conjunto da totalidade social, mediadas pela classe, ou seja, pela posição que este grupo de trabalhadores ocupa no interior da estrutura social.

As trajetórias ocupacionais dos entrevistados possuem determinantes subjetivas? Claro que sim, pois o exercício dessa atividade é resultado de uma escolha, e toda escolha se dá por meio de uma consciência que põe teleologia. Estes fizeram e fazem “escolhas” a todo momento, sempre pensando em melhorar a sua condição sócio-econômica imediata. Na infância, esses trabalhadores, pela própria forma de organização da vida material à qual estavam acostumados – uma vida difícil de muita pobreza, em sua maioria na roça, sem luxos, a dignidade oriunda do valor ao trabalho (quase sempre braçal), a religiosidade, a sacralização da instituição familiar (prioritariamente pelas mulheres, que se sacrificam, para manter uma união estável) etc. – não concebiam a escola como uma condição essencial ao trabalho, e por isso desistiram de dar continuidade a “educação formal”, priorizando a prática, o exercício da atividade em-si. Quando suas necessidades básicas não eram mais satisfeitas com a renda que determinado trabalho lhes proporcionava, partiam em busca de uma outra atividade que pudessem lhes render mais. Eles poderiam fazer qualquer coisa, aprendiam olhando, fazendo e errando.

No entanto, é importante deixar claro que estas ações individuais não foram determinadas unicamente por decisões derivadas da “pura subjetividade”.

As finalidades existentes nas ações individuais (teleologias), embora sejam postas pela consciência, não podem ser reduzidas a pura subjetividade. Consciência e

teleologia só existem no interior da totalidade social, se formam em relação direta com a materialidade ali existente (LESSA, 2002, p. 71-72).

Assim, acredita-se que a subjetividade, as concepções de mundo que orientam a todos os indivíduos em suas ações, se constroem com a práxis social. Ou seja, as idéias são expressões necessárias de uma determinada forma de organização material e social em determinado momento histórico, e não algo que surge autonomamente na interioridade desse indivíduo. Isso pode ser identificado em Lukács, que segundo Lessa afirma que isso “se relaciona ao fato do indivíduo humano não ser uma mônada, mas uma entidade necessariamente social. Fora do ser social não há individualidade humana possível[...]” (LESSA, 1995, p.79).

É com base em suas concepções, que os homens tomam decisões entre as alternativas existentes, postas pela totalidade do complexo social, portanto efetuadas em circunstâncias historicamente determinadas, ou seja, em circunstâncias que não foram escolhidas nem pelos indivíduos que decidem, nem pela sociedade. Novamente, essas decisões individuais se sintetizam a outras decisões e se generalizam no interior do complexo social, desencadeando novas séries causais com legalidades próprias. Forma-se então uma “nova objetividade” que irá se sobrepor aos indivíduos como se fosse uma “força exterior”¹, sendo impossível a estes prever *ante festum* o resultado último de suas ações.

¹ Essa força exterior ou “segunda natureza”, de acordo com Lukács, “se refere a que, uma vez objetivado, o ente adquire uma objetividade independente (em um grau maior ou menor, conforme o caso) da consciência que o pôs. Assim sendo, as criações humanas (sejam elas objetos singulares ou a totalidade das relações sociais) passam a se desenvolver de forma puramente causal, não-teleológica e, por isso, na cotidianidade, se confrontam com os indivíduos como uma “segunda natureza”. LESSA, S. *Mundo dos Homens*, p.81.

Vê-se que em sociedade, os atos singulares dos indivíduos, mesmo sendo sempre de cunho particular, em última instância, são determinados por essa “objetividade” derivada da totalidade das relações sociais. Sendo assim, a economia, enquanto um complexo parcial, e esfera ontológica de prioridade na reprodução do ser social, determina as ações dos homens, pois, a medida que por meio do trabalho – única atividade em que se articula teleologia e causalidade – são exteriorizados novas prévias ideações, ou seja, posta em prática teleologias que transformam a natureza com suas causalidades em causalidades postas, afastam-se cada vez mais as barreiras naturais ao desenvolvimento das potencialidades humanas e tornam as relações cada vez mais determinadas socialmente.

Tendo em vista essa articulação ineliminável e posta pela própria reprodução do ser social entre indivíduo e sociedade, como conceber a autonomia das individualidades singulares sobre a totalidade social? Como entender as determinantes das decisões individuais puramente como subjetivas, apoiadas unicamente em critérios valorativos, moralistas, religiosos?

As entrevistas relatadas no terceiro capítulo revelaram o quanto é difícil para a maioria dos camelôs suportar aquela condição precarizada, desprovida de qualquer segurança social e, como em nenhum momento, planejaram estar ali, revendendo produtos piratas, contrabandeados ou de fabricação caseira. Também ficou claro que não querem os seus filhos trabalhando naquele local, pois como afirma a trabalhadora CL., “aqui não é futuro pra ninguém”.

Todas as decisões que estes camelôs foram tomando ao longo de suas trajetórias foram determinadas pelas necessidades construídas e impostas socialmente, pelas quais lutaram e ainda lutam para serem satisfeitas da melhor maneira possível. Os limites

impostos pela sua condição de classe restringem ainda mais suas “margens de manobra”, ou seja, restringem o campo de ação do indivíduo singular, que acaba optando pela alternativa que ele, naquele determinado momento, acredita ser a melhor para realizar seus interesses particulares. Mas não se pode esquecer que esse indivíduo não poderá prever o resultado último de suas ações com clareza, e estas, por ocasião, poderão potencializar ou minimizar os efeitos causados pela legalidade presente na objetividade social, oriunda das sínteses dos atos individuais.

Portanto, conclui-se que durante toda a trajetória desses trabalhadores as questões objetivas e subjetivas enquanto totalidade são essenciais à reprodução social. O ser social põe teleologia, respeitando as causalidades existentes na realidade concreta e as transformando em causalidade posta. Essa articulação se dá no interior de um processo dialético e contínuo, no qual subjetividade põe objetividade que põe subjetividade etc. Na esfera individual, no entanto, a objetividade (a reprodução social, a economia, a política, etc) possui uma força maior capaz de subjugar as intenções de indivíduos singulares.

Definitivamente, querer não é poder. Somente o voluntarismo, os desejos e sonhos individuais, não podem tornar realidade algo que depende intensamente de possibilidades reais e concretas criadas por toda a sociedade, para serem efetivadas.

Os trabalhadores entrevistados não começaram suas trajetórias como camelôs, e nem esperam terminar suas vidas dessa maneira. Alguns tiveram a chance de ter um emprego e desfrutar dos poucos benefícios que essa condição poderia oferecer. Claramente todos desistiram de procurar emprego porque sabem que não possuem os requisitos impostos pelo mercado, por outro lado, possuem a consciência de que faltam postos de trabalho no mercado.

Infelizmente, ser camelô ou ambulante parece ser a última forma de sobrevivência para esses trabalhadores, que cotidianamente desenvolvem estratégias para se manterem vivos, algumas muito criativas – dignas de palestras em universidades de negócios – e “rezam” para que de alguma forma a sua condição socioeconômica melhore.

Acredita-se não ser correto apontar como alvo de possíveis determinantes culturais, os ditos “desejos” de exercer funções “autônomas” e altamente precarizadas, tais como a de lixeiro, a de vendedor ambulante, bóia-fria, lavadora de roupa, empregada doméstica etc. As explicações sempre devem partir da condição econômico-social dos trabalhadores em determinado momento histórico. As vontades sempre esbarram em questões objetivas como a necessidade de trabalhar cedo para ajudar na renda familiar, a dificuldade em continuar com os estudos, além da desproteção social, e várias outras ocorrências, como o desemprego, a violência, o aliciamento do tráfico, etc. que podem inviabilizar a concretização dos “sonhos”.



REFERÊNCIAS:

ALVES, G. *Trabalho e mundialização do capital: a nova degradação do trabalho na era da globalização*. Londrina: Praxis, 1999.

_____. *O novo (e precário) mundo do trabalho: reestruturação produtiva e crise do sindicalismo*. São Paulo: Boitempo, 2000.

ANTUNES, R. *Adeus ao trabalho?: ensaios sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho*. Campinas: Cortez, 1999.

AUED, B.W. Sobre a extinção das profissões: implicações teóricas. In: _____. (Org). *Educação para o (des)emprego: ou quando estar liberto da necessidade de emprego é um tormento*. Rio de Janeiro: Vozes, 1999. p. 43-64.

BAGNASCO, A. A economia informal. *Ensaio F.E.E.* Porto Alegre, ano 18, n. 2, p. 13-63, 1997.

BRUM, A. J. *O desenvolvimento econômico brasileiro*. Rio de Janeiro: Vozes, 1999.

CACCIAMALI, M.C. Globalização e processo de informalidade. *Revista Economia e Sociedade*. Campinas, n. 14, p. 153-174, 2000.

DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ESTATÍSTICA E ESTUDOS SÓCIO-ECONÔMICO. *A situação do trabalho no Brasil*. São Paulo, 2001.

ELSTER, J. *Marx Hoje*. Tradução de Plínio Dentzien. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.

ENGELS, F. Sobre o papel do trabalho na transformação do macaco em homem. In: MARX, K. e ENGELS, F. *Textos*. São Paulo: Edições Sociais, 1977a. v. 1, p. 63-74.

_____. Ludwig Feuerbach e o fim da filosofia clássica alemã. In: MARX, K. e ENGELS. F. *Texto*. São Paulo: Edições Sociais, 1977b. v. 1, p. 81-117.

FAUSTO, R. A. "Pós-grande indústria" nos Grundrisse (e para além deles). *Lua Nova*, São Paulo, n. 89, p. 47-67

FERRETTI, C. J. *Opção trabalho: trajetórias ocupacionais de trabalhadores das classes subalternas*. São Paulo: Cortez, 1988.

FREDERICO, C. *Consciência operária no Brasil*. São Paulo: Ática, 1979. (Ensaio, n.39)

HELLER, A. *O cotidiano e a história*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1972.

JAKOBSEN, K. A. (Org.). et al. *Mapa do trabalho informal: perfil socioeconômico dos trabalhadores informais na cidade de São Paulo*. São Paulo: CUT, Fundação Perseu Abramo, 2000a.

JAKOBSEN, K. A. et al. Introdução: O trabalho informal no município de São Paulo. In: _____. (Org.). et al. *Mapa do Trabalho Informal: perfil socioeconômico dos trabalhadores informais na cidade de São Paulo*. São Paulo: CUT, Fundação Perseu Abramo, 2000b. p. 7-10

JAKOBSEN, K. A. A dimensão do trabalho informal na América Latina e no Brasil. In: _____. (Org.). et al. *Mapa do trabalho informal: perfil socioeconômico dos trabalhadores informais na cidade de São Paulo*. São Paulo: CUT, Fundação Perseu Abramo, 2000c. p. 13-18.

KOSIK, K. *Dialética do concreto*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

LESSA, S. *Sociabilidade e individuação*. Maceió: EDUFAL, 1995.

_____. *A ontologia de Lukács*. Maceió: EDUFAL, 1996.

_____. Lukács e a ontologia: uma introdução. *Outubro*, São Paulo, n. 5, p. 83-100, 2001.

_____. *Mundo dos homens: trabalho e ser social*. São Paulo: Boitempo, 2002.

LEVITT, K.P. De volta ao futuro: Karl Polanyi sobre a crise econômica mundial dos anos 30: lições para a iminente recessão global. In: AUED, B.W. (Org.). *Educação para o (des)emprego: ou quando estar liberto da necessidade de emprego é um tormento*. Rio de Janeiro: Vozes, 1999. p. 19-41.

LUKÁCS, G. A Reprodução. In: LESSA FILHO, S. A. *Sociabilidade e individuação: a reprodução na ontologia de Lukács*. 1990. (Mestrado em Filosofia) – Faculdade de filosofia e Ciência Humanas/ Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 1990. (Este capítulo, anexo da dissertação citada, foi traduzida por Lessa do capítulo II *La riproduzione* da versão italiana de *Per L'ontologia dell'essere sociale*, prefácio e tradução de Alberto Scarponi. Roma: Riuniti, 1981(a)), v. 2*.

LUKÁCS, G. O trabalho. Tradução de Ivo Tonet. mimeografado. Extraído de *Per L'Ontologia Dell'essere Sociale*, prefácio e tradução de Alberto Scarponi. Roma: Riuniti, 1981(b)), v. 2*.

_____. As bases ontológicas do pensamento e da atividade do homem. In: _____. *Temas de Ciências Humanas*. São Paulo: LECH, 1978. p. 1-17

MALAGUTI, M. L. *Crítica à razão informal: a imaterialidade do salariado*. São Paulo: Boitempo, 2000.

MARX, K., ENGELS, F. *A Ideologia Alemã*. São Paulo: Grijalbo, 1977.

MARX, K. Introdução à crítica da filosofia do direito de Hegel. In: _____. *A questão Judaica*. São Paulo: Moraes, 1991, p. 105-127.



MARX, K. Crítica ao programa de Gotha. In: MARX, K. e ENGELS, F. *Textos*. São Paulo: Edições Sociais, 1977. v. 1, p.223-243.

MARX, K. Trabalho assalariado e capital. In: MARX, K. e ENGELS, F. *Textos*. São Paulo: Edições Sociais, 1977. v. 3, p. 52-82.

MARX, K. As formas de existência da superpopulação relativa: a lei geral da acumulação capitalista. In: MARX, K. *O capital*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968. livro 1, v. 2, p. 743-827.

MÉSZÁROS, I. A ordem da reprodução sóciometabólica do capital. In: _____. *Para além do capital*. São Paulo: Boitempo; Campinas: Unicamp, 2002, p. 94-132.

NETO, J. M. Desemprego e luta de classes: as novas determinidades do conceito marxista de exército industrial de reserva. In: TEIXEIRA, F. J. S. (Org.). *Neoliberalismo e reestruturação produtiva: as novas determinações do mundo do trabalho*. São Paulo: Cortez; Fortaleza: Universidade Estadual do Ceará, 1998. p. 75-107.

OLIVEIRA, F. *A economia brasileira: crítica a razão dualista*. São Paulo: Brasiliense, 1987. (Seleções CEBRAP 1).

POCHMANN, M. *O emprego na globalização: a nova divisão internacional do trabalho os caminhos que o Brasil escolheu*. São Paulo: Boitempo, 2001.

PRANDI, J. R. *O Trabalhador por conta própria sob o capitalismo*. São Paulo: Símbolo, 1978.

PREFEITURA MUNICIPAL DE MARÍLIA. Lei n. 3724, de 28 de fevereiro de 1992. *Plano plurianual do município relativo ao período de 1990/1993, programa para construção de camelódromo*. Marília: Secretaria Municipal de Administração, 1992.



PREFEITURA MUNICIPAL DE MARÍLIA. Decreto n. 6810, de 18 de maio 1994. *Regulamento da utilização dos boxes do camelódromo*. Marília: Secretaria Municipal de Administração, 1994.

SALAMA, P. *Pobreza e exploração do trabalho na América Latina*. São Paulo: Boitempo, 1999.

SALVITTI, A. et al. O trabalho do camelô: trajetória profissional e cotidiano. *Cadernos de Psicologia do Trabalho*, São Paulo, v. 2, n. 1, p. 1-23, 1999.

TEIXEIRA, F. J. S. O neoliberalismo em debate. In: _____. (Org). *Neoliberalismo e reestruturação produtiva: as novas determinações do mundo do trabalho*. São Paulo: Cortez; Fortaleza: Universidade Estadual do Ceará, 1998, p. 195-252.

TERTULIAN, N. Metamorfoses da filosofia marxista: a propósito de um texto inédito de Lukács. *Crítica Marxista*, São Paulo, n. 13, p. 29-44, 2001.

TERRA-NETWORKS-MARÍLIA. Cidade Virtual. Marília – SP. Disponível em: <http://terra.com.br/cidades/mii/geo.htm>. Acesso em: 15 nov. 2002.

TOMAZINI, S. T. *Emprego Informal e Trabalho por Conta Própria: Um estudo da diversidade de manifestação do problema da falta de emprego*. 1995. 97f. Dissertação (Mestrado em Economia) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1995.

VAISMAM, E. A ideologia e sua determinação ontológica. *Ensaio 17/18*, São Paulo, p. 399-444. 1989.

VASCONCELLOS, E.J.G. de *Trabalhadores informais: o sentido da sua escolha de trabalho*. 1994. 192f. Dissertação (Mestrado em Sociologia Política) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 1994.

começamos a estudar também trabalhamos ao mesmo tempo, era muito cansativo, depois nós fomos embora aí então eu parei de vez. Tudo que nós aprendemos foi na prática. Ele não tem nenhum curso, nada, nada, tudo na prática. Eu aprendi cozinhar olhando minha avó cozinhar, eu ajudava, desde de menina, fazia doce, tudo”.

“_ Hoje as coisas estão muito difíceis. Eu acho que eles não tão dando oportunidade pra gente. Quem já está ganhando muito, arranja outro serviço pra ganhar mais, e quem tá desempregado continua, sabe. Eu acho assim, tem muito aposentado registrado de novo, ganhando mais outro salário e quem não tem nenhum, tá sem nenhum, eu acho que isso é errado. Quem já se aposentou, tem que parar...tem tanta gente nova estudando, fazendo faculdade e não acha trabalho depois que se formou, não é! Quanta gente que tá sem emprego na área em que se formou e tem gente aposentada que tá ocupando esse lugar, eu acho errado isso. Outra coisa que eu acho errado, você passou dos 40 anos, não acha mais um lugar pra trabalhar. Você tem prática em muita coisa, mas passou daquela idade, você não arranja mais serviço. Isso também não tá certo, é preconceito, isso tem que mudar”.

Quando mencionado, que provavelmente o seu marido havia passado por essa dificuldade, quando a empresa em que trabalhava faliu, comentou:

“_ Nós sofremos demais, minha filha. O que eu chorei... porque a gente não arrumava serviço, eu nunca tinha trabalhado mesmo, porque ele não deixava, então eu não podia nem me aposentar, nada. Ele não arrumava serviço e aí começou a dar uma paralisia facial nele, quase morreu...tudo sistema nervoso. Então eu vendi o carro, vendi algumas coisas, vendi a chácara que nós conseguimos...” (nesse instante ela deu uma pausa e chorou, muito emocionada), essas coisas revoltam a gente, ele ficou muito revoltado, muito revoltado, ele não aceitava. Aí ele começou a vender o pão e foi procurando

ANEXO - RELATÓRIO DE ENTREVISTAS

Sr^a V., 46 anos de idade, é paranaense, tendo se mudado ainda na infância, para a cidade de Marília. Com 14 anos mais ou menos, se mudou para São José do Rio Preto com sua família, ambas cidade do interior do estado de São Paulo. Quando percebeu o meu interesse em sua história de vida como trabalhadora, riu-se e soltou:

“_ Ih! A minha história vai longe, heim!! Tem certeza? Já fiz muita coisa”.

Cursou até a 8^a série em Marília, e depois resolveu deixar os estudos para apenas trabalhar, porque como bem disse:

“_ é muito difícil trabalhar e estudar. Até hoje admiro muito quem trabalha e estuda. No meu tempo saía cedo de casa pro trabalho, no fim da tarde voltava pra casa, morava na Catanduba e subia toda aquela rua até o Baltazar, eu estudava lá. Chegava em casa quase 11 horas da noite, ia dormir meia noite, meia noite e meia e no outro dia às 6 horas da manhã estava em pé, muito cansada. Ai a pessoa desisti mesmo. Pra estudar tem que gostar, e eu já não gostava de estudar, então... resolvi só trabalhar, precisava do dinheiro”.

Em São José do Rio Preto, seu primeiro emprego foi aos 15 anos de idade, como professora de datilografia.

“_ Entrei pra fazer datilografia e acabei ficando como professora. Fiquei lá nove meses. Saí de lá porque queria uma coisa melhor, então entrei pra trabalhar numa fábrica de roupas, mas era só pra pregar botão. Fiquei trabalhando lá mais ou menos um ano”.

“_ Depois, trabalhei nas Lojas Americanas, lá em Rio Preto mesmo, eu era fiscal de roubo... eu só fiscalizava (risos)... É as pessoas pensam que as lojas grandes

não se preocupam com isso, mas você pode saber que toda loja grande tem. Na carteira não era isso que falava, mas esse era o meu serviço. Eu só fiscalizava, andava na loja inteira. Eu fiquei lá mais ou menos um ano também”.

“_ Depois voltei pra Marília, em 75 (1975) mais ou menos, e fui contratada como vendedora, numa loja de roupa. Eu trabalhava numa loja que ficava aqui na 4 de Abril... acho que era Preço Fixo. Trabalhei lá mais um ano e aí fui embora pra São Paulo”.

“_ Lá em São Paulo, trabalhei no Bradesco, um ano, como caixa, deve ter sido em 1976, 1977 porque daí eu casei em 1978 e voltei pra Rio Preto. Depois que eu saí do Bradesco, ainda trabalhei numa loja chamada Bebe&Mamãe em São Paulo, eu era caixa. Aí eu casei e me mudei pra São José do Rio Preto de novo, e aí eu trabalhei dois anos no BCN”.

“_ Eu parei de trabalhar no BCN e montei um trailer de lanche. Isso já era em 80 (1980) porque eu já tinha minha menina mais velha. Aí eu parei com o trailer de lanche e fui pro garimpo... é minha filha... eu te falei (risos)”.

“_ Eu fiquei dois anos e meio no garimpo, na cidade de Clixás, é em Goiás. Fui com a minha menina de colo e meu marido. Depois voltei pra Rio Preto e montei uma sorveteria. Fiquei quatro anos com uma sorveteria lá”.

Quando foi questionada sobre a diversidade de ocupações que havia realizado durante todo esse tempo disse:

“_ Ah! A gente tentava né, ia tentando até que achasse uma coisa que desse certo. Por exemplo, a sorveteria deu. Eu fiquei quatro anos em Rio Preto e mais 12 anos em Assis (também interior de São Paulo) com uma sorveteria. E agora

eu to aqui! (risos). É, em Assis aconteceram umas coisas na minha vida, meu marido me trocou por outra, eu separei tudo e hoje eu estou aqui”.

“_ Faz um ano e sete meses que eu estou aqui com a minha banca, eu estou aqui em Marília vai fazer três anos já. Olha, vai chegando a idade, a gente não consegue mais arrumar nada viu... pode por isso no seu estudo...(risos)... como a gente não consegue mais arrumar nada, é obrigado a fazer qualquer coisa, minha filha, contanto que te dê alguma coisa pra sobreviver”.

Quando comentei que tinha muita experiência de vida e que a sua história um belo livro, disse:

“_ Sabe que eu já pensei nisso – e comentou com a colega da banca ao lado – eu já pensei em escrever um livro sobre a minha vida. Na época em que eu tinha a sorveteria, eu dormia 3 horas por noite, com a minha filha bebezinha..., sim porque a minha filha mais nova era um bebê...nossa era uma luta viu!...pra vocês que fazem essa pesquisa, é bom porque você ganha experiência conhecendo a vida dos outros...cada um tem uma história pra contar...você só esta começando, filha...ainda tem um monte de coisa pra viver”.

“_ Tem um monte de coisa pra enfrentar, pra você passar por cima, tem um monte de tropeço. Que nem no garimpo mesmo..., no garimpo a gente andava dentro do rio, a água vinha por aqui ó (e apontou a altura do peito), a gente dormia nas barracas, no meio do mato, ou em hotéis, mas não era bom não, eram bem simples...”.

“_ Agora é trabalhar... às vezes você olha pras pessoas, e nem imagina o que ela já fez... quando eu falo que até no garimpo já fui, que os homens entravam naquele rio, eles iam na frente e eu ia atrás, e eu morro de medo de água (risos). Meu marido, meu ex-marido, ficava bravo comigo e eu dizia, eu não vim pra cá

pra isso, então eu também vou trabalhar! Minha mãe não queria que eu tivesse ido, ela ficava pra morrer comigo lá, com uma filha pequena. Mas meu marido foi, eu tinha que ir também, tinha que acompanhar o marido né!”

“_ A vida era difícil, onde a gente ficava, tudo era muito longe, pra gente chegar na cidade, tinha que pegar de dois à três ônibus, tinha que enfrentar estrada de terra... mas pra você ganhar e pra você sobreviver você tem que enfrentar qualquer coisa. As dificuldades de antigamente era diferente né! Eu acho que era diferente, porque, naquela época, o pessoal consumia, hoje o pessoal não consome... antigamente as pessoas consumiam tudo, né, tudo... hoje em dia, tá todo mundo na mesma situação, porque, nessa banca mesmo tem dia que eu vendo tem dia que eu não vendo nada, e é a mesma coisa aqui, lá no comércio do outro lado, tá todo mundo do mesmo jeito... Na verdade, só quem tem dinheiro mesmo é que está bem... quem não tem tá capengando, tá aí lutando pra sobreviver. Agora quando você é jovem, você não mede consequência, depois de uma certa idade... minha cabeça até quer mais o corpo não acompanha.”

“_ Quando os filhos são pequenos, a gente carrega, mas depois que cresce... eu tenho duas filhas uma de 22 e a de 14. A mais velha já se juntou com o namorado, falou que não quer casar, que não vai casar, que só vai se juntar, porque do que adianta casar. Ela falou pra mim, ‘você ficou casada durante vinte anos e do que adiantou, agora tá aí, não deu certo’, o pai dela me trocou por outra né... então ela foi morar junto, e pronto!... Ela mora em Jundiaí, a família dele é de lá. Na minha preferência ela iria estudar, fazer uma faculdade, mas...ela já é maior de idade, e é trabalhadeira... graças a Deus”.

Quando comentei que as filhas seriam parecidas com a mãe, disse:

“_ Ainda bem, eu tive muitos problemas na minha vida, tive com meu marido, mas as minhas filhas nunca me deram trabalho nenhum. Tantos filhos metidos com drogas, que dá um trabalhão pros pais, graças a Deus as minhas não”.



“_ Eu fiz até a 8ª. série e trabalhei no banco, em um monte de lugar, mas naquela época, não exigiam o 3º grau, só exigiam até a 8ª. A minha filha mais velha tem até o 3º. colegial, e só não fez faculdade porque não quis, mas hoje ela já quer fazer cursos, já sente a necessidade. Agora a minha menor está lá (e apontou para a banca ao lado), essa vai estudar, acho que essa vai fazer faculdade, porque ela fala isso. Eu incentivo, tudo que eu puder fazer pra ela não trabalhar e fazer uma faculdade, eu vou fazer. Eu falo pra ela, que hoje em dia, a gente tem que ter pelo menos uma faculdade...”

“_ Mas é que na época em que eu trabalhava, eu tinha que trabalhar sabe, tinha mesmo que trabalhar...as pessoas deixavam de estudar e iam trabalhar, não tinha essa história de fazer faculdade. É muito difícil trabalhar e estudar. No BCN, mesmo, quando eu saí de São Paulo e voltei pra Rio Preto, não tinha agência ainda, eles iam inaugurar. Haviam 15 meninas concorrendo, fizeram todos os testes e só passaram duas, mesmo sem estudo eu passei...pela minha experiência né!”

“_ Mesmo com a sorveteria, que foi um negócio que deu certo, eu não quero mais. Trabalhava muito mesmo. Não existe nada, você não vai no casamento de ninguém, aniversário de ninguém, não tinha sábado, domingo, feriado, nada, era só trabalho, trabalho, esqueci de tudo... esqueci quinze anos da minha vida naquela sorveteria, aí fui trocada por outra (risos)”.

Novamente no dia 12/09/2002, foram colhidos novos relatos da Srª Vilma.

Lhe perguntei, como foi a experiência de trabalhar em vários lugares diferentes, mantendo contado também com pessoas de vários níveis sociais e depois se ver em um garimpo, completamente isolada.



“_ Foi normal. Nunca me importei com isso. Não dá pra ficar pensando nisso, não. É claro que às vezes eu fico triste, estou passando por uma separação, não é fácil. Pra você vê, justamente no momento em que tava tudo bem, a gente estava em boas condições financeiras, ele me troca por outra. Não é fácil. Hoje eu não estaria aqui talvez se isso não tivesse acontecido, mas a vida é assim. Tem que lutar, erguer a cabeça e ir em frente”.

O Senhor P. nasceu em 1966, em Padre Nóbrega, hoje, um distrito de Marília, e já muito cedo, por volta dos 5 anos de idade, mudou-se com a família para Marília e já está na cidade à 20 anos. Mora atualmente no bairro Santa Antonieta, e possui 3 filhos. Seu primeiro trabalho foi aos 10 anos de idade, como catador de papel.

“_ Comecei como catador de papel, tinha uns 10 anos, aqui mesmo em Marília, mas não fiquei muito tempo nisso não, foi alguns meses só, só para ajudar em casa. Logo depois já fui pra roça”.

Quando mencionou a atividade de “catador de papel”, falou baixo olhando para a barraca vizinha, se certificando de que ninguém estaria ouvindo.

“_ Depois eu trabalhei de servente de pedreiro, uns três anos. Apreendi só olhando, na prática. Foi mais ou menos em 76 (1976), também aqui em Marília. Eu estudei só até o 4º ano. Mais pra frente, eu trabalhei na fábrica metalúrgica – SASAZAKI, fazendo serviços gerais, tudo que você imaginar, desde limpeza até algum serviço em máquinas. Trabalhei lá um ano e meio, isso já era no fim em 1987, 1988 mais ou menos”.

No decorrer da conversa, se lembrou que havia trabalhado na roça, na cidade de Pompéia, antes de entrar na metalúrgica.

“_ Eu morei em Pompéia. É uma cidadezinha boa para morar, tranqüila. Eu tenho muitos amigos lá, adoro Pompéia. De vez em quando eu vou lá. Mas em Pompéia, a única coisa que tem pra fazer é trabalhar na roça... ou na Jacto, só. Eu trabalhei muito tempo na lavoura de café, em plantação de melancia. Isso foi mais ou menos em 1980, sempre quanto tinha trabalho eu ia pra lá, depois voltei pra Marília”.

“_ Depois eu comecei a trabalhar de vendedor”.

Quando lhe perguntei quais mercadorias vendia, falou:

“_ Comecei a trabalhar de camelô. Já faz uns 10 anos. Eu sou da antiga. Antes a gente ficava na rua, era mais difícil, depois o prefeito fez isso aqui pra nós. Conheço todo mundo por aqui, e já tenho bastante prática. A gente tem que tratar bem o cliente, se a pessoa for ignorante, o cliente não compra. A minha mercadoria chega de ônibus. Hoje mesmo vou ficar aqui até umas 8 horas da noite, porque tenho que ir na rodoviária pra pegar uma mercadoria que vai chegar. Todo mundo aqui viaja, pra comprar mercadoria, eu viajo também, mas na maioria das vezes eles mandam a mercadoria. É mais fácil”.

.....

O Senhor J. C. nasceu em Getulina e logo menino se mudou com a família para Marília. Trabalha há 16 anos como camelô e sua especialidade é concerto de relógio (troca pulseiras, baterias etc.), como tradicionalmente é conhecido no camelódromo. Seu primeiro emprego foi como Office boy.

“_ Trabalhei como Office boy, quando tinha 10 anos, foi meu primeiro emprego. Era um escritório particular e fiquei lá mais ou menos um ano e meio. Meu segundo trabalho foi como fotógrafo, ainda no tempo daquelas fotos em branco e preto. Trabalhei por conta, eu e meu irmão...isso foi até os 17 anos de idade”.

“_A situação apertou e fui pra construção civil... tudo o que eu aprendi foi na prática, nunca fiz curso pra nada. Na construção civil, mesmo, comecei como auxiliar, depois servente de pedreiro até ser um mestre de obra. Mas não fiquei muito tempo não, mais ou menos até os dezenove anos. Já fiz muita coisa nesta vida, já fiz um pouco de tudo. Também trabalhei como carregador de sacaria, é um serviço braçal, pesado, muito duro. Também era pra uma firma particular, eu ainda tinha dezenove anos. Todos estes serviços foram em Marília mesmo”.

“_ Depois trabalhei na fábrica do Zilo, que era uma fábrica de beneficiamento de algodão, na parte de recuperação de plástico. Também trabalhei lá como frentista de máquina. Era registrado, tudo certinho. Mas como o algodão é por safra, a gente só trabalhava quando tinha o algodão. Então o trabalho durava quatro meses, cinco meses ou até um ano, dependia da duração da safra. Quando terminava o serviço eles mandavam a gente embora e depois contratavam outra vez. Como eles já eram acostumados com a gente, como a gente já tinha experiência de mexer com as máquinas, eles sempre chamavam as mesmas pessoas. Só um ou outro trabalhador novo, dependendo do serviço”.

“_Nesses intervalos em que a fábrica ficava fechada, eu tinha que fazer uns bicos. Viajava pra comprar mercadorias, rodei o país inteiro. Antes de ser camelô mesmo, comecei viajando, Brasília, São Paulo, Goiânia, Mato Grosso, tudo, tudo. Ficava uma semana, num lugar, depois ia pra outro, a vida era assim. Depois decidi parar e só vender. Também trabalhei de artesanato...é sabia, até

artesão eu já fui. Tinha mais de 300 modelos que eu fazia em casa, de quebra cabeças de arame e madeira. Fiquei trabalhando nisso por algum tempo”.

Depois, o senhor João concluiu a sua trajetória ocupacional, com um comentário irônico, dando boas gargalhadas daquilo que havia dito:

“_ Meu último emprego foi no Zilo. Depois disso, eu virei vagabundo.”

Referia-se claramente à sua atividade de camelô. Antes disso, porém, tentou trabalhar como artesão, mas desistiu por conta da burocracia.

“_ Mas para ser artesão não é fácil, é muita burocracia para trabalhar. Para expor suas peças em feiras, ou nas praças, você tem que conseguir uma autorização da prefeitura, mas pra conseguir essa autorização ah...meu Deus, quanta coisa não tem que fazer... é muita papelada, muita ‘enchessão de saco’ toda vez que vai expor, ou participar de algum evento. Ah não! O mais fácil mesmo é ser camelô. A gente invade um lugar, monta a barraca, ocupa o lugar e acabou. Não tem burocracia nenhuma. Se o fiscal vem, a gente discuti, se ele quiser levar a mercadoria, leva, se a gente tiver que pagar uma ‘taxa’ a gente paga, se ele aceitar bem, se não, a gente retira a barraca e monta em outro lugar. Já fiz de tudo um pouco, nada é fácil... estudei até a 4ª. série e nunca fiz curso nenhum, aprendi tudo na prática”.

A entrevista teve que ser interrompida porque o filho dele havia chegado na barraca. Ficaram sozinhos por algum tempo. Logo depois que partiu, foi perguntado ao senhor João sobre a sua educação de seu filho.

“_ O meu filho estuda, precisa estudar. Hoje sem estudo não se consegue nada. Eu não tinha filhos nem era casado na época em que eu viajava. Depois que eu



parei, aí eu casei tudo certinho e tive o meu filho. No começo, não tinha 20 camelôs aqui, eram 10 ou 12 mais ou menos. Depois a prefeitura construiu isso aqui com 50 boxes, não deu, aí tiveram que aumentar na parte ali em baixo (próximo à passagem dos ônibus no terminal), não deu, construíram umas barracas ali atrás (encostado na parede da FEPASA) não deu, aí o pessoal começou a invadir lá na frente (perto da avenida em frente ao Bingo) e ainda não dá, não tem espaço mais. Hoje somos em 130 camelôs aqui”.

Quando questionado sobre a viabilidade do local de trabalho disse:

“_ Aqui é bom, tem muito movimento, as pessoas precisam pegar ônibus para se locomoverem na cidade. Assim, não tem como não passar por aqui. Mesmo com a nova rodoviária, nada vai mudar porque, as pessoas que vão freqüentar a nova rodoviária são pessoas que vem de outras cidades. Mesmo assim, as pessoas vão precisar continuar a pegar a circular pra andar pela cidade”.

Ao final da entrevista, agradecendo ao trabalhador pela disposição em ajudar, foi comentado com o senhor João, a importância da realização dessa pesquisa, a fim de que as pessoas conheçam um pouco mais sobre a vida destes trabalhadores e possam por isso respeitá-los. Sobre isso falou:

“_ É mesmo, às vezes, chega alguém aqui na barraca e fala, que moleza de trabalho, heim, você fica aí o dia inteiro sentadinho, batendo papo, nua boa, mas essa pessoa não vê o que a gente fez no passado, como foi a nossa vida. Ser camelô hoje é fácil. Tá tudo cobertinho aqui, o pessoal mais novo vem, faz reforma nas barracas, põe forro, decoração. Queria ver, no tempo em que a gente tava na rua, com chuva, com aquela ventania que virava a banca com todas as mercadorias, aí eu queria ver. Nós, os mais antigos, é que vivemos a dureza, hoje é fácil. Só como camelô eu trabalho há 16 anos, a minha banca era ao lado do banco América do Sul. Mas a gente ficava nas calçadas, tudo aqui na,

9 de julho. Eles construíram isso aqui para nós, porque os comerciantes começaram a reclamar da gente. O fiscal ia lá, tirava mercadoria, brigava, mas não adiantava, no dia seguinte tava todo mundo lá de novo. Aí resolveram dar isso pra gente”.

.....

A senhora I. tem 57 anos e é camelô a dois anos e meio.

“_ Meu primeiro trabalho foi numa fábrica de doce, eu embrulhava doce com 7 anos, foi em 1952. Logo que eu entrei na escola, eu comecei a trabalhar. A fábrica era em frente de casa, eu saía da escola e ia trabalhar. Era aqui mesmo em Marília. Eu trabalhei lá até 13 anos, aí de lá eu entrei na AILIRAM (fábrica de biscoitos), eu entrava às 6 horas da manhã e saía às 10 da noite, eu morava com a minha avó, e minha avó levava almoço e janta pra mim. Mas eu era tão feliz naquela época, viu. Tava falando pra minha amiga aqui, meu salarinho, que era só eu minha avó e um avô, eu comprei relógio de ouro né, agora eu vejo na novela Esperança, aquelas coisas que a gente usava, eu sinto saudades. É lógico que a gente não podia exagerar em nada, mas tinha valor”.

“_ Eu trabalhei lá até os 18 anos, aí eu me casei. Eu me casei aí meu marido não me deixou trabalhar. Daí 6 meses nós fomos pra Londrina e eu fui trabalhar numa fábrica de doces junto com meu marido. Aí trabalhei dois anos nessa fábrica de doce”.

Quando questionada sobre a mudança de idéia do seu marido, ao deixa-la trabalhar disse:

“_ Eu fiquei trabalhando com ele lá dois anos, mas aí quando eu tive meu filho ele não deixou mais eu trabalhar, eu fiquei sem trabalhar. Aí eu voltei pra

Marília, eu fiquei lá mais ou menos uns três anos e meio, aí nesse período eu não trabalhei, fiquei aqui mais uns dois anos. Aí eu me mudei pra Campinas. Em Campinas eu fazia cocada em casa, ali eu fiquei mais ou menos uns dois anos e fui pra São Paulo, aí montei uma fábrica de cocada com 5 funcionários e fiquei trabalhando lá, meu marido também. Depois, nós mudamos de São Paulo, mudamos pra Francisco Beltrão que fica no sul do Paraná, na divisa com a Argentina, longe né (risos). Aí, lá meu marido trabalhava de vendedor, lá eu montei um depósito de venda de doces...eu comprava os doces de São Paulo, aí eu só vendia, tinha uma loja, tipo uma bomboniere, e meu marido vendia com o caminhão, na estrada”.

“_ De lá, eu fui pra Pato Branco, também no sul do Paraná. Lá nós arrendamos um restaurante do posto de gasolina. Eu tive uma filha, lá, aí nós ficamos lá uns três anos, três anos e meio. Aí eu vim embora pra cá... porque aconteceram umas coisa lá com a gente...A gente morava lá no restaurante, e tinha bastante gente que morava ali, que era borracheiro, que era gente que trabalhava no posto, né. Tinha um rapaz lá, que pegou a chave do nosso carro e saiu na estrada. Não tinha carta e não tinha dezoito anos ainda, e ele encheu o carro de criança e tudo, e saiu na estrada pra dar uma volta, bateu o carro e ele morreu. Foi uma dor de cabeça pra gente, que você nem imagina! Aí eu não quis mais ficar lá, aí eu vendi a casinha que eu tinha e voltei pra Marília”.

“_ Aí meu marido começou a vender embalagem de papel no Nordeste e eu fiquei aqui, sendo só dona de casa. Ele trabalhou vinte e cinco anos lá. Ele começou a viajar em 1973 e viajava o nordeste todo, até o Ceará. Ele parou faz quatro anos, em 1998. Bem, até aí ele não deixava eu trabalhar, né, mas aí essa firma em que ele trabalhava faliu, e ele começou a ficar doente de nervoso e não trabalhou, e eu precisei vender algumas coisas que eu tinha, né, pra cuidar dele. Aí eu comecei a fazer pão e comida em casa pra vender. Então eu fazia e ele vendia aqui no terminal. Depois, nós conseguimos esse espaço aqui, que a Prefeitura é que deu, aí nós começamos a vender pão caseiro, eu fazia o pão em

casa e meu marido ficava aqui. Mas você sabe, né, quem tá acostumado a viajar, ficar aqui parado, não é fácil”.

“_ Então ele arrumou um serviço de vender ferramentas, ele foi vender ferramentas e eu vim ficar aqui, né, aí a partir do pão eu comecei a vender essas miudezas, e estou aqui a dois anos e meio trabalhando. Ele trabalha em São Paulo vendendo ferramentas, passa a semana inteira lá. Essa é a minha história, espero que ela sirva pra você...”

“_ Eu ainda faço uma sobremesa pra vender, doces, pães em casa, faço tricô pra fora, né... porque enquanto o meu marido trabalhava, que ele não me deixava trabalhar, eu ia fazendo isso pra ganhar o meu dinheirinho. É sempre bom ter o dinheirinho da gente”.

“_ Eu conheci o meu marido na AILIRAM, quando eu tinha 13 anos, foi amor a primeira vista. Ele era empregado. Depois em Londrina também, a gente trabalhava numa fábrica de doce registrados tudo. A partir daquele dia que eu o conheci, a gente só não namorou porque, naquela época meu pai era muito severo, apesar que eu não fui criada com ele, nem com a minha mãe. A gente ficou junto, como amigos durante cinco anos até quando eu fiz dezoito anos. Quando eu completei dezoito anos, eu fugi de casa, pra casar com ele. Eu fiquei aqui em Marília ainda uns seis meses, depois eu fui pra Londrina. Meu pai falava de matar, de matar, a gente tinha medo, né, então eu fui embora”.

“_ Nossa, o que eu passei na minha vida, não foi fácil, viu. Lá onde a gente tinha o restaurante, nós perdemos o carro, perdemos um amigo, foi triste, a gente tava indo bem, né. A gente vivia muito bem lá, eu vim embora pelos acontecimentos né. Assim, como pobre, a gente vivia muito bem né, como vivemos até hoje. Meu marido foi e é até hoje, um bom marido, viajei muito com ele pro Nordeste, eu realmente sou muito feliz. Tenho três filhos vivos e dois mortos. Eu e meu marido estudamos até o quarto ano. Assim que

emprego, até que ele conseguiu como vendedor de ferramentas e começou a viajar. Ele tem 61 anos”.

“_ Ele tem que trabalhar, ele não para, se parar fica doente. Ele vai viajar fica a semana inteira em São Paulo e eu fico aqui, sozinha. Quando ele volta a gente conversa muito, ele ainda é um grude comigo. Sempre viajo com ele pra São Paulo. Deixo minha filha aqui e vou, e aproveito pra comprar as coisas pra banca. Eu tenho um filho que está comigo, que é separado, mas tá pra casar de novo. Ele é vendedor de seguro de automóveis. A minha filha está desempregada. Ela trabalhou 10 anos na Unimar e foi mandada embora, essa não mora comigo, ela é casada. Então eu vou acabar ficando sozinha em casa”.

“_ Mas eu sou feliz, graças a Deus, o que eu quero é ter saúde, é isso que eu peço pra Deus, o resto, a gente trabalha, trabalha e trabalha... eu ainda tenho muitos sonhos...eu quero comprar um carro, uma chacinha, eu adoro a terra, plantar...eu não sei se eu vou dessa pra melhor antes, mas...(risos). Eu sempre falo isso pros meus filhos, façam as coisas, ajudem as pessoas que você pode, do jeito que pode, façam coisas boas, porque a vida da gente é uma história, a gente vai ter uma história bonita pra contar, não, é. Se você acumulou coisas boas na sua vida, depois que você chegar numa idade mais avançada, você tem uma história de vida pra contar. Meu marido é uma pessoa muito querida aqui, ele se veste de papel Noel todo ano e você precisa ver que trabalho bonito ele faz lá no bairro, daqui a gente não leva nada, tem é que deixar alguma coisa... A gente tem que saber viver, tem que saber ser pobre. Quanta gente não mora de baixo da ponte e é feliz, é feliz... então não basta ter dinheiro, porque sem saúde, minha filha, a gente não faz nada”.

.....

O Senhor M. nasceu em 09/07/1932 e com 70 anos de idade está a 7 anos como camelô. Nasceu em Alagoas, em uma cidade do interior chamada União dos Palmares, e lá permaneceu até seus 14 anos.

“_ Eu nasci e me criei em Alagoas, lá em União dos Palmares. Se um dia você for pro nordeste vá lá. É lindo, e você pode conhecer os índios da Serra da Barriga. O lugar tem esse nome porque as rochas parecem uma barriga mesmo, e os índios ficam todos lá, aquele lugar é deles, ninguém tira, não. Morei lá até os 14 anos e depois fui embora com uns conhecidos para Santana do Ipanema, em Alagoas também, é longe de União dos Palmares, fica à 3 léguas. Você sabe quanto é isso em quilômetros? Cada légua representa 6 quilômetros daqui. Quando eu nasci, não fui registrado. Tinha um ditado lá no nordeste, que dizia que a mãe que registrasse o filho, este filho ia ser do governo – risos. Minha mãe tinha medo, então não registrou nem eu, e nem meu irmão, acho que naquele tempo ninguém era registrado”.

“_ Eu estudei até a 5ª. série e, depois tinha que fazer Admissão ao Ginásio, então parei por aqui. Mas o estudo daquela época, valia muito mais do que o de hoje. Eu vejo meu neto, de 11 anos na quarta série, meu Deus, não sabe diferenciar o b do p, do d. Tem que ficar falando: ‘o b tem duas barriguinhas’, você já pensou uma coisa dessas? Na minha época a gente estudava 5 horas direto, só tinha um intervalinho. Não tinha essa de ir pra escola pra comer não. A gente ficava lá a manhã toda, doido pra chegar em casa e comer um prato de farinha com sururu –(risos). Você sabe o que é sururu? É como se fosse um caramujo pequenininho, que fica todos juntinhos num lamaçal, quando a gente enfia a mão naquela lama, eles saem todos grudadinhos um no outro. Depois a gente lava e cozinha...hum... é uma delícia”.

“_ Meu primeiro trabalho, não foi um trabalho... Sabe o que eu fazia? Eu ia pra estação, e ficava carregando as malas das fidalgas que vinham de trem de



Pernambuco. Era assim que eu ganhava meu dinheirinho. E elas me perguntavam: ‘e você agüenta, meu filho?’ e eu dizia, claro! Eu ganhava das madames 3 tostões, eram moedas de ouro, lindas, com a figura da Rainha Elizabeth estampada”.

“_ Também ajudava meu pai na lavoura. Minha mãe faleceu em 1945 e meu pai também, logo depois, e eu fiquei sozinho. Eu tinha mais ou menos uns 13 anos. Aí eu fazia a minha própria comida, as vizinhas ficavam com dó e lavavam a minha roupa. Em troca eu pegava madeira pra elas, carpia o mato alto, ajudava no que podia. O meu irmão morava em Maceió na época”.

“_ É por isso que eu falo. Com a vida que eu tive, não era pra eu ser um bandido, um marginal qualquer? Mas não, não foi isso que Deus preparou pra mim. Você pensa que naquela época não tinha essas coisas de droga? Tinha sim. Olha só, minha mãe, pra curar dor de dente da gente, sabe o que fazia? Pegava 4 espinhos de Quandú, é como se fosse o porco espinho de vocês, enrolava os espinhos na folha de maconha, fazia aquele cigarro e dava pra gente fumar. A gente dormia e acordava sem a dor de dente. O que acontece é que hoje é muito divulgado, e acaba aparecendo os escândalos na televisão e todo mundo fica sabendo, mas isso sempre existiu”.

“_ Bom com 14 anos, uns conhecidos me levaram pra Santana do Ipanema e fui morar lá, por pouco tempo. No dia 11/02/1950 eu cheguei aqui, no Estado de São Paulo. Fui morar em Adamantina, e a primeira coisa que eu fiz quando cheguei foi procurar um cartório para me registrar, eu precisava de um emprego, mas não tinha documento. Quando eu cheguei no cartório, falei pro senhor que me atendeu exatamente como minha mãe me falava: ‘eu nasci no dia da constitucionalíssima, no ano da revolução’. Ele disse que não podia me registrar desse jeito – risos – então me colocou como sendo mais velho, me registrando em 16/05, que foi o dia em que eu estive no cartório, de 1931”.

“_ Daí, meu primeiro emprego foi como lavrador em uma fazenda de café em Adamantina, a fazenda Meneghete. Depois de alguns meses ali, o exército foi me recrutar na fazenda e então tive que ir pra Bauru. Quando voltei do exército, ainda trabalhei lá por mais 8 anos, depois saí e fui trabalhar na cidade. Depois, trabalhei na Casa Moreira em Adamantina, era um grande armazém atacadista. Eu trabalhava como saqueiro, carregava e descarregava, eu, que era o mais novo e mais cinco colegas”.

“_ Depois de trabalhar lá por algum tempo, me mudei pra Santo André em 1956. Fui trabalhar com a Prefeitura de lá como ‘ajudante de caminhão’ – chapa – e me casei com 26 anos de idade. Me mudei pra São Martinho do Oeste, também interior de São Paulo e fui trabalhar em Alto Alegre, na fazenda do senhor José Sole Torres, na lavoura de algodão e amendoim. Fiquei lá uns dois anos. Novamente me mudei pra Tupã, e em 1959 comecei a trabalhar como viajante da loja Singer. Vendia máquinas de costura, e todo tipo de eletrodoméstico. Depois trabalhei como inspetor de cobrança da firma, mais ou menos uns dois anos. Aí, fecharam a Singer em Tupã, porque a matriz que ficava na Alemanha decidiu fechar e se instalar em Campinas. As várias filiais que estavam espalhadas pelo país, algumas tiveram que fechar, então eles fizeram uma reunião com agente, e disseram que se a gente saísse eles dariam um dinheirinho a mais. Eu aceitei o dinheiro e em 1961 abri a minha loja de eletrodoméstico, em Tupã mesmo na rua Aimorés. Como eles queriam construir a antiga rodoviária de Tupã, não a atual, neste local, vendi o ponto pra eles, pra Prefeitura e comprei um caminhão”.

“_ Com o caminhão, fui vender tomates e melancias, ficava viajando, vendendo nas estradas. Não deu certo e vendi o caminhão, voltei com a minha esposa pra Santo André, já tinha meus dois filhos, um menino e uma menina que peguei pra criar, e fui trabalhar como feirante. Morava vizinho de um vereador, se preocupava com a vida dura que eu e minha família levava. Ele vivia dizendo: ‘deixa essa vida homem, você não se cansa de trabalhar desse jeito’. Aí ele disse que me arrumaria um emprego no Estado, que era conhecido do Dr. Ademar de



Barros, o governador, e que eu teria que fazer uns testes para me tornar motorista da Delegacia de Ensino. Fiz o psicotécnico, passei e fui nomeado motorista. Em 1980, fui transferido para a delegacia de Marília e me aposentei aqui em 1996. Estou trabalhando a sete anos como camelô, sou um dos mais antigos aqui.”

“_ Enquanto estive em São Paulo, fiz curso de motorista de táxi, foi o único curso que fiz na vida. Ensinavam primeiro socorros, até parto de emergência a gente aprendia a fazer. Então nas horas em que não estava no emprego, trabalhava no meu táxi. Minha esposa faleceu em 1979, era maravilhosa, uma companheira. Hoje tenho uma nova esposa, também muito boa pra mim. Meus filhos, o menino fazia uma escola técnica em São Paulo, era pra ser um engenheiro, era pra estar muito bem na vida, mas... Um belo dia, eu recebo uma carta da escola dizendo: ‘infelizmente seu filho foi expulso por não comparecer às aulas’. Meu Deus do céu... foi a minha primeira decepção. Ele deixava os livros atrás do vaso da mãe e ia pra uma discoteca chamada “dance in days”.

“_ Eu sempre conversei tanto com os meus filhos, eles conhecem a minha vida toda, sabem das dificuldades que eu passei, mas não aprenderam. Será que foi o que Deus preparou pra eles? Deve ser né! Mas essa foi a primeira decepção. A segunda, nós já estávamos aqui em Marília, quando minha filha, que hoje tem 46 anos, trabalhava no Bradesco aqui e decidiu que ia se transferir para o Bradesco de Santana, em São Paulo. Eu disse, mas você não está bem aqui, o que você quer fazer lá tão longe. Mas não adiantou, foi. Bem, um belo dia, ela vem passear em casa, com um namorado, que é um cachorro, salafrário, bandido... Depois que eles foram embora, a minha atual esposa veio me contar: ‘fica calmo, que eu tenho uma notícia que você vai ficar muito triste, sua filha está grávida de três meses’. Foi a morte pra mim, fiquei no chão, a pior coisa que me aconteceu, eu não queria isso pra ela, juro que não queria. Liguei pra São Paulo e falei com aquele bandido, sabe o que ele me disse? Que ela engravidou porque quis, e que ele não tinha condições nem pra casar e nem pra

assumir o filho. Então eu disse tudo bem, mas se você aparecer na minha frente algum dia nesta vida, eu te mato. A minha filha voltou e eu assumi a criação do meu neto, que hoje tem 11 anos”.

“_ Hoje estão aí, a minha filha desempregada, e o meu filho trabalha como vendedor de móveis na loja Columbos, depende até do salário da mulher pra viver. Meu neto, é a única coisa que me restou (nesse momento se emocionou, e conteve as lágrimas) ele vai estudar. Eu adoro esse menino, é como se fosse o meu filho. Agora estou aqui, com a minha barraca, e vou vivendo com saúde graças a Deus, a vida da gente não pode parar não é mesmo. Sabendo viver, minha filha, a vida é boa”.

.....

A Sr^a. IR de 59 anos nasceu em Rolândia, Paraná, e sua primeira atividade se deu aos quinze anos de idade. Hoje só vende malas de viagens e bolsas no camelódromo.

“_ Meu primeiro trabalho foi na catação de café. Eu catava café na lona aos 15 anos de idade. Não era aqui, não. Eu nasci no Paraná, em Rolândia. Foi lá que eu trabalhei com isso. Aí depois disso, eu trabalhei num Hospital, trabalhava na área de limpeza, e isso foi mais ou menos com 17 anos, ali mesmo no Paraná. Depois com dezenove anos eu me casei, e me mudei pra Marília. Eu vim pra cá, meu filho mais novo tinha 3 anos, hoje ele tem 31 anos, quantos anos faz? Isso mesmo, faz vinte oito anos que eu estou em Marília”.

“_ Aí, aqui meu primeiro trabalho foi num restaurante. Trabalhei mais ou menos uns 2 anos no início de 1980, e depois disso eu trabalhei no Hospital Espírita uns dois anos e meio fazendo serviços gerais e depois trabalhei, lá mesmo, na área de enfermagem, mas só 5 meses. Fiquei na enfermagem pouco tempo porque eu já cuidava do meu filho, que é doente, então além de cuidar dele que

exigia muito de mim, eu também tinha que trabalhar com isso, eu desisti. O dia inteiro mexendo com doente, não dá não!”.

“_ Depois eu trabalhei numa Academia de Balé, trabalhava na manutenção, né, na faxina. Fiquei lá 1 ano e meio. E depois disso eu trabalhei num restaurante de novo, no Nápole, e lá eu fiquei mais ou menos 2 anos e meio. Eu trabalhava como ajudante de cozinha. Aí depois eu trabalhei num hotel como camareira, era no Cezar Hotel. Lá eu era camareira, ficava na cozinha, fazia faxina, fazia tudo...”.

“_ Depois disso, eu tive que fazer uma cirurgia. Fiz uma cirurgia de apendicite e foi uma cirurgia muito séria, eu estava muito mal. Aí não poderia mais trabalhar, fazer força. Então eu montei uma banca na rua, na nove de julho. Faz 15 anos que eu trabalho como camelô. Como passa o tempo né! Eu olho assim e falo, meu Deus, eu estou envelhecendo, eu não queria envelhecer, o meu corpo já está cansado, mais a minha cabeça não está. Eu fui uma das primeiras aqui. Agora fica eu e meu filho trabalhando aqui. Ele é o caçula, eu tenho 3 filhos e já tenho netos de 18 anos. Mas eu não tenho muito contato com eles não. Nem com os meus outros dois filhos. A minha filha mora aqui, mas saiu cedo de casa, ela se mandou com seu noivo. Meu filho, sumiu no mundo, também foi embora cedo e só me liga de vez em quando pra dizer que tá vivo e que eu não preciso me preocupar”.

“_ Meu filho, o Márcio, este que está comigo, teve meningite aos 20 dias de vida. Os médicos também não conheciam direito essa doença. Quando a criança nasce hoje, às 0 horas ela precisa tomar uma vacina, meu filho só tomou essa vacina depois de três meses. Era muito diferente. Com essa doença, ele teve problemas na coluna, e o médico me dizia que, se ele não fizesse as operações, quando mais ele crescia, mais ele iria entortando. Meu filho fez 32 operações. A minha vida toda foi muito sofrida. Eu lutei, lutei muito. Logo no início do tratamento, eu tinha que levar meu filho pra se tratar em São Paulo. Aí com o

tempo eu tive que me mudar pra cá porque o INSS pagava tudo, até hospedagem pra mim e pro meu filho, mas desde que eu morasse no estado de São Paulo, porque o tratamento era aqui. Meu marido, quando viu a dificuldade, e o filho naquele estado, me largou. Não quis saber nem do filho dele. Você pensa que a minha família me ajudou. Não, ninguém me ajudou. Meus outros filhos, também me abandonaram, ninguém quis saber de me ajudar a cuidar de um deficiente. Meu filho foi rejeitado por todos”.

“_ É minha filha, família, você tem quando está bem. Eu não pude contar com ninguém pra nada, nem com meus filhos, nem com meu marido, nem com minhas irmãs. Meus pais morreram muito cedo. No meu tempo, os pais não conversavam com a gente, não falavam nada. A gente era muito inocente...meu pai morreu cedo, minha mãe, quando eu tinha 13 anos. Minhas irmãs mais velhas não me ajudaram muito, aprendi tudo na vida, sozinha”.

“_ Meu sonho sempre foi ser enfermeira. Eu estudei só até a 4ª série, mas era muito inteligente. Fiz muitos cursos, de manicure, eu sei fazer uma boa unha, curso de enfermagem. Mas quando eu trabalhei como enfermagem, eu vi que não era como eu pensava não. Era um trabalho duro, sofrido, eu sei bem como é. Minha irmã é rica, ela é parente daqueles donos da loja de CD Magic Music. De vez em quando ela liga aqui (no camelódromo, tem um telefone, que as pessoas usam e podem mandar ou receber recado de parentes), pra saber se eu estou bem. Quando meus filhos eram pequenos, lembro que ela deu pra filha dela, no natal uma boneca Suzi, linda, com um vestidinho xadrez, azul e branco. Pra minha filha, ela deu uma boneca, daquelas de plástico bem ruim, e minha filha, pequena, né, não gostou. Ela ficou doente por causa daquela boneca. Olha filha, pra você ver, até nome de invejosa minha filha levou. Criança não entende essas coisas. Ela queria também, e afinal ela é rica, podia pagar. Eu sempre vejo, quando clientes aparecem aqui na banca. Uma vez veio duas mulheres, elas eram irmãs, cada uma tinha a sua filha. Uma das mulheres ia comprar uma bolsa pra filha dela, e a outra não tinha dinheiro. Pois ela comprou a mesma bolsa pras

duas. Se não desse pra comprar pras duas ela não ia levar. Ta vendo, eu acho isso tão bonito! Aí um dia eu tava em São Paulo, visitando a minha outra irmã, e encontrei a mesma boneca pra vender no camelô. Eu não acreditei, era a mesma boneca, igualzinha. Eu comprei, porque na cidade essa boneca custava uma fortuna, mandei fazer um vestido igual da boneca da filha da minha irmã, xadrezinho azul e branco, embrulhei pra presente e dei pra ela. Mas essa menina ficou tão feliz, você precisava ver os olhinhos dela! Ela guarda a boneca até hoje”.

“_O Márcio (o caçula de 31 anos) é um menino que tem muitos amigos, mas é também muito triste, porque todo mundo rejeitou esse menino. Todo mundo da minha família fala que eu dou muita atenção pra ele, meus outros filhos não entendem que ele sempre precisou mais de mim. Ontem eu tive uma briga feia com ele. De vez em quando ele bebe e ontem ele saiu do trabalho e foi encher a cara. Quando chegou aqui, no final da tarde estava bêbado, e não conseguiu nem me ajudar a fechar a barraca. Eu briguei com ele e ele segurou bem forte no meu braço. Ah!! Eu virei o tapa na cara dele e disse, o que é que você pretendia? Ele falou, “nada mãe”. Depois eu pedi muitas desculpas pra ele. Um homem apanhar na cara não é fácil, não! Mas ele tem que aprender a ser duro, nós não temos ninguém pra olhar pela gente. No dia em que eu fechar os olhos (morrer), como é que ele vai se virar, o que vai ser do meu filho? Ele acabou de ganhar um aparelho novo da prefeitura, o Camarinha deu pra ele, custa R\$ 3.000,00. Ele conhece a gente faz muito tempo, e ele gosta do meu filho. Quando eu preciso de alguma coisa, eu peço mesmo”.

“_Pra você ver, hoje de manhã os policiais vieram aqui e levaram todos os CDs. Desde janeiro que eles não fazem uma batida, olha quanto tempo! No final do ano passado eu fiz um empréstimo de R\$ 2.500,00 no Bradesco (banco onde tem conta, desde a época em que tinha emprego) e comprei tudo em CD pra o meu filho vender aqui na banca ao lado. Essa banca ali na frente, e essa aqui do lado eram minhas. Eu tive que vender, porque a situação está muito difícil, a

gente com dívidas, tá complicado. Agora só me sobrou essa aqui, que eu não vendo de jeito nenhum, a única coisa que me sobrou. Então... assim que meu filho começou a vender, depois de dois dias a polícia veio e levou tudo, no início do ano. Ele nem chegou a vender nada, você vê que falta de sorte!! AH, meu Deus, nada dá certo pra ele né! Dá muita dó”.

“_ A minha vida é dedicada a ele. Ele só tem a mim e eu só tenho a ele. Mas na vida, a gente tem que lutar tem que estudar, ter muita força e muita garra. Eu sempre fui assim, sempre lutei muito pra conseguir as coisas e luto ainda e vou continuar lutando. A gente não pode desistir.”

.....

Seu nome é F. possui 30 anos de idade e nasceu em Marília. Logo quando nasceu se mudou pra São Paulo com sua família e passou toda a sua infância e adolescência lá. Está em Marília novamente desde 1998.

“_ Na verdade, eu só nasci aqui. Minha mãe é de São Paulo, quando veio passear aqui na casa dos seus parentes, eu acabei nascendo aqui, mas logo voltei pra São Paulo, sempre morei lá. Meu, não tenho muita coisa pra contar não, nem trabalhei tanto assim, não sei se vai servir. Eu me tomei feirante com 14 anos e só parei a dois anos atrás, tinha que trabalhar, precisava. Mas desde pequeno, sempre tive no meio disso”.

“_ Desde cedo, sempre tive meu próprio negócio, trabalhava com verduras, frutas e legumes, em uma banca em São Paulo, Itaquera, fica na Zona Leste. Na verdade, eu comecei como marreteiro aos 10 anos de idade. Eu comprava as coisas dos outros e vendia ali mesmo, numa banca que eu mesmo montei. Demorou até eu conseguir a minha banca autorizada”.

“_ Depois, comecei a vender outras coisas lá, mas começou a ficar difícil, vendi tudo e vim pra cá. Eu e minha família. Cheguei aqui em 1998, e fiquei um ano parado, só conhecendo a cidade, e fazendo bico. Até que eu consegui comprar aqui, e depois de mais um tempo comprei esta do lado. Agora está tudo bem, estou aqui já faz 3 anos”.

“_ Viajo de quinze em quinze dias pra São Paulo, pra comprar as coisa pra cá. Só estudei até a 6ª. série, nunca fui muito de estudar não. Meu moleque tem 11 anos, esse tá estudando, vamos ver, né! Por enquanto só me dá prejuízo, só vem aqui pra pedir dinheiro”.

“_ Pra São Paulo, não volto mais, quero criar meu filho aqui, mas se aqui começar a dar muito pouco, vendo tudo e vou embora pra outro lugar, menos pra São Paulo. Lá é muito duro”.

O Sr. C. nasceu em 1958 em Portugal, e viveu na capital, Lisboa até os seus dezoito anos. Muito pragmático, diz ter ficado rico com essa atividade, no final dos anos 1980.

“_ Estudei em Portugal só até a 4ª. série. Mas precisei trabalhar muito cedo, comecei com 10 anos de idade. Meu primeiro emprego lá, foi numa loja de vender roupas. Mas olha, eu nunca fiquei muito nos empregos, eu trabalhava de 6 meses a um ano mais ou menos em cada serviço. Moleque, você sabe, né!. Depois eu trabalhei na loja de roupa, trabalhei numa farmácia, sempre como ajudante de limpeza, ou pagando conta nos bancos, desde cedo. Depois, saí de lá e fui trabalhar em outra loja, de vender sapatos, sempre na limpeza e pagando conta, mas com quinze anos eu já comecei a vender também”.

“_ Saí de lá tinha 17 anos e entrei pra trabalhar numa oficina de motos. Com 6 meses de trabalho eu já tinha aprendido quase tudo sobre mecânica, só de olhar os caras trabalharem. Na minha vida, foi sempre assim, aprendi tudo na prática. Saí da oficina com 18 anos. Cheguei em Marília em 1976. Nesta época, minha família decidiu vim pra cá porque as coisas estavam difíceis. Tenho tios aqui, e quando resolvemos vim pra cá, a gente já tinha emprego arrumado, tava tudo certo”.

“_ A empresa em que trabalhei aqui era a J. ALVES VERÍSSIMO, uma firma de secos e molhados que vendia pro atacado. Me parece que ficava onde agora é o Magazine Luíza. Tinha de tudo para os Supermercados da cidade e região. A empresa era grande e seus donos eram ricos. Eles eram os donos da fábrica VEGA de enlatados lá no Rio Grande do Sul. Bem, eu trabalhava no balcão, e fiquei neste serviço de 1976 a 1978 e depois comecei a trabalhar de vendedor pra eles de 1978 até 1984, vendendo pra Supermercados”.

“_ Depois de um tempo as vendas começaram a cair, ficou muito ruim mesmo, eu estava com pouca sorte pra vender, aí eu saí e com o dinheiro pensei em abrir alguma coisa minha, pra ficar mais sossegado. Sabe, eu trabalhava muito lá no J. ALVES, e as coisas são muito injustas. Por exemplo, como se fosse hoje, se você fazia uma venda de R\$ 1000,00 por exemplo durante o mês, ou de R\$ 3000,00 seu salário continuava a mesma merreca, isso não é certo. Agora, com o seu próprio negócio não, você pode não vender nada hoje, mas as vezes, em um final de semana, você tira o que poderia ter tirado a semana toda e o melhor é que é tudo seu, afinal você que trabalhou”.

“_ Aí, eu queria alguma coisa que desse dinheiro, mas que eu não precisava ficar trabalhando tanto, que eu pudesse me divertir um pouco também. Resolvi abrir um bar, mas foi tudo ilusão viu! Pra você ganhar dinheiro com bar tem que trabalhar muito, sábado, domingo, e os clientes comprem muito fiado. As vezes

eu não vendia nada e demorava pra receber do pessoal. Achei que ia ficar sossegado, ganhando dinheiro, bebendo e jogando sinuca até com os clientes, mas que nada! Só dava mesmo pro arroz e feijão, nada mais. Fiquei com o bar de 1984 a 1988, não dava mais e vendi tudo”.

“_ Vendi e comecei a trabalhar como camelô na rua, lá na 9 de julho, isso em 1989. Eu fui um dos primeiros camelôs que viajou pro Paraguai e trazia mercadorias de lá. Vou te falar uma coisa, fiquei rico como camelô. Rachei de vender, e hoje tenho uma D20, moto zero, uma casa minha, bem montada, dinheiro guardado, estou realmente sossegado. Tudo que eu consegui foi como camelô. Mas eu tive muita sorte, desde quando eu comecei a ir pro Paraguai, os outros marcaram touca”.

“_ Eu sou casado e tenho duas filhas, mas não me preocupo tanto porque ainda são pequenas uma tem dois anos e a outra sete anos. De vez em quando elas e minha mulher vem aqui. Hoje a coisa não está tão boa assim, mas também não tá ruim. Quando tinha poucos camelôs a concorrência era menor e os lucros mais altos. Depois o pessoal viu que como camelô podia dar algum dinheiro, principalmente se fosse para o Paraguai e a coisa foi crescendo, crescendo, hoje aqui não cabe mais ninguém. Aí as coisas ficam mais difíceis na hora de vender, porque tem muita gente”.

“_ Eu acho que trabalhar de camelô é bom, a gente fica sossegado, trabalha a hora que quer e o mais importante, trabalha pra gente mesmo. É muito melhor trabalhar como camelô do que num emprego qualquer aí, ganhando R\$ 200,00, R\$300,00 reais por mês. Aqui, tem dia que a gente não vendi nada, mas a vezes vende bastante que compensa os outros dias que ficamos sem vender. Tem que saber trabalhar. Eu já vendi tudo isso que outros estão trabalhando agora, brinquedo, ferramenta, miudezas, tudo, tudo... mas quando a concorrência aumentou, porque eles perceberam que dava dinheiro, e começaram a vender também, eu comecei a trabalhar com outra coisa, comecei com jogos de

computador e hoje vendo jogos pra vídeo game e também vendo o aparelho, é muito mais barato que na cidade. Hoje só vendo isso, jogos pra todo tipo de crianças e jovens. Como era o único, no começo, rachei de vender, mas depois começou a aparecer concorrência e hoje está mais ou menos. Agora, se tem um material que eu não trabalho é CD de música, por causa das batidas dos policiais. Hoje mesmo teve batida e tem um monte de gente com prejuízo aqui”.

“_ Quanto mais camelôs tiver aqui, pior pra vender. Não é que eu não quero que eles não trabalhem, todo mundo precisa né, mas essa é a realidade! Mas agora, eu já estou pensando em trabalhar com outra coisa, que dê mais dinheiro sabe. Estou só pensando, em trabalhar com equipamentos de microcomputador, vender programas. Vou começar a trazer aos poucos, só pra ver. A procura é grande, muita gente já me perguntou se eu não trabalho com isso. Acho que vai ser um bom negócio”.

“_ Você estuda o que? Acho que ramo bom pra estudar hoje é na área de computação, a faculdade é cara mais o retorno deve compensar né? O que adianta fazer alguma coisa, que depois dá pouco dinheiro, não adianta nada. Essa semana mesmo, eu comprei uma TV de vinte e nove polegadas de uma estudante da UNIMAR. Ela faz fisioterapia, parou na barraca e me perguntou se eu não queria comprar. Disse que a faculdade está muito cara e que não conseguia pagar. Eu sei é difícil mesmo. Eu quase falei, é moça, acho que você vai ter que vim trabalhar como camelô pra pagar a sua faculdade”.

.....

A senhora Cl., de 46 anos, nasceu em Pompéia e começou a trabalhar na Roça aos 8 anos de idade.

“_Eu comecei a trabalhar na Roça com 8 anos de idade, lá em Pompéia pra ajudar os meus pais. Nós trabalhava na plantação de milho. Meu pai tinha um sítio na Vila Audênia. Quando nós viemos pra Marília, eu tinha 14 para 15 anos, e já queria arrumar um emprego. Meu pai comprou um bar e dizia, pra que você quer emprego, dinheiro pra arroz e feijão tem pra todo mundo, não vai faltar. Ah! Mas é tão bom ter o dinheirinho da gente né, eu queria comprar as coisas que eu via, ainda mais morando na cidade, eu via aquelas roupas nas lojas e queria ter né, meu pai não podia comprar”.

“_Um dia eu saí na cidade pra procurar emprego e fui bater lá na porta da AILIRAM, isso em 1973. Assim que eu cheguei, tive muita sorte, porque eles estavam pegando gente pra trabalhar, fui contratada. Meu pai tinha que ir lá pra assinar uns papéis porque eu era de menor. Trabalhei lá 4 anos. Meu trabalho era encaixotar os pirulitos que se chamavam Campeão, mas depois disso, tive que sair por causa da escola. Trabalhava e estudava e não estava conseguindo era muito cansativo. Com 18 anos saí”.

“_Fiquei parada um tempo, e enquanto isso, fiz cursos no SENAC para trabalhar no comércio. Daí em 1976, mais ou menos com 18 para 19 anos entrei como vendedora das lojas BURI, mas só fiquei lá uns dois meses, porque tinha mandado um currículo para a DUCAL, que era uma loja de departamento que tinha de tudo, eletrodoméstico, roupa, tudo, e o gerente me chamou. Também fiquei pouco tempo lá, porque depois de 3 meses a loja abriu falência. Isso ainda era em 1976”.

“_ Depois disso, trabalhei no Supermercado, acho que o nome era Super Bom, não me lembro quanto tempo fiquei lá, mas foi pouco tempo. Era recepcionista, guardava sacola, vasilhame, pras pessoas não entrarem com muita coisa no supermercado. Isso foi mais ou menos em 1977. Depois saí de lá e entrei na Melhoramentos, uma loja de materiais de construção. Trabalhei lá no crediário. Ao todo foram 4 anos, era chefe do crediário. Em 1979 eu me casei, e depois

disso fiquei mais 2 anos e meio trabalhando lá. Sai em 1981 depois que minha filha tinha dois meses de nascida, pra cuidar dela”.

“_ Fiquei parada, aí de 1981 a 1997 eu fiquei sem trabalhar, fiquei em casa cuidando dos meus dois filhos. Eu estudei até a 8ª. série e parei, eu quis voltar a estudar mas com filho ficava mais difícil. Conheci meu marido na AILIRAM. Ele está lá até hoje, quer dizer, hoje é a Nestlé, né, só que ele fez faculdade, é formado em contabilidade pela Fundação. Em 1997, meu marido comprou a banquinha e eu comecei a trabalhar aqui. Faz 5 anos”.

“_ Meus filhos já estão grandes, minha menina tem 20 anos, tá fazendo faculdade, mas não trabalha aqui não, ela está em outro lugar, fazendo outro serviço diferente. Meu filho de 19 anos trabalha comigo, ele fica de manhã aqui, enquanto eu faço o serviço de casa e depois eu fico aqui a tarde. Na verdade, a gente só comprou esse negócio por causa do meu filho. Ele tinha 14 anos e estudava de manhã e ficava em casa a tarde, só assistindo televisão. Ele conheceu um pessoal aqui, e colocou na cabeça que o pai tinha que comprar uma banca pra ele trabalhar. Aí nós conseguimos comprar. Na época ele estudava de manhã, então eu trabalhava aqui de manhã e ele à tarde. Com 18 anos ele precisou estudar a noite e então nós mudamos o horário, eu também prefiro ficar de manhã em casa”.

“_ Mas hoje, o meu filho anda angustiado, triste, nervoso. Ele não quer ficar aqui pra sempre. Aqui não é futuro pra ninguém, né. Ele também está fazendo faculdade mas pegou DP em 3 matérias e por isso, este ano só está fazendo as três matérias. É tudo muito caro. Anda desanimado porque, está procurando emprego e não consegue nada, é duro né. Pra gente que paga a faculdade deles é pior, as vendas também não andam boas, o dólar está subindo e daqui a pouco as mercadorias vão sumir das prateleiras. Eu mesmo é que vou pro Paraguai, com a escurssão que o pessoal organiza, mas acho que vamos começar a ir mais pra São Paulo agora.

“_ Mas meu marido está pra se aposentar, faltam só dois anos. Depois que ele sair de lá, pelo menos terá onde trabalhar, pra complementar o dinheiro da aposentadoria, esse é o lado bom”.

O Casal é dono de um espaço relativo a duas bancas, muito bem decorado, com prateleiras de ferro e toda forrada. Todos os produtos vendidos, louças, porcelanas, retratos, caixinha de música, porta-jóias, abajur etc., são do Paraguai e a Sr. IC é quem viaja todo mês. O seu esposo não quis dar entrevista, e a Iracema aceitou, mas, com muito receio e vergonha. Esta senhora possui 51 anos e é natural de Avenças, região de Marília.

“_ Comecei trabalhando no sítio, com 8 anos de idade. A gente trabalhava na roça de café, amendoim, feijão, tudo pra ajudar os pais, a situação era difícil. Estudei até a 4ª série, daí mais ou menos com 16 anos, minha família resolveu sair de lá e nós viemos pra Marília. Logo que eu cheguei arrumei um emprego de doméstica, e fiquei nesse serviço 4 anos”.

“_ Com dezenove anos, me casei e depois de três anos de casada, comecei a trabalhar costurando pra fora. Fiquei 15 anos trabalhando como costureira. Era na minha própria casa e eu consegui conquistar muitos clientes. Depois, as encomendas ficaram fracas demais ai parei. Em 1989 mais ou menos, eu entrei no hospital das clínicas e fiquei nesse serviço por 8 anos. No hospital eu era auxiliar de cozinha. Mas as coisas também não eram tão boas assim, por isso acabei saindo de lá e indo trabalhar com o meu marido na feira, pra vender todo tipo de verduras. Saí do Hospital faz 5 anos. Mesmo na feira, não dava muito, e não ficamos muito tempo lá, mais ou menos um ano”.

“_ Assim que conseguimos comprar aqui, viemos nós dois pra cá e já estamos aqui há 4 anos, nossa vida é essa”.

“_ Nós temos 3 filhos, uma de 30 anos e essa é casada, e os dois que estão comigo tem 27 anos e 22 anos. Eles não estudam porque a gente não tem dinheiro pra isso. Tudo está muito caro, e está muito difícil arrumar emprego hoje em dia sem um diploma. Assim a gente tem que trabalhar aqui e levar a vida né! Eu viajo todo mês pro Paraguai e São Paulo, mas o dólar está muito alto, nem sei o que vai ser. Hoje em dia tudo está muito difícil”.

Sr. D., nascido em junho de 1963 no Paraná, possui 39 anos de idade.

“_ Meu primeiro trabalho foi na Roça, com 7 anos de idade. Eu comecei muito novo, aprendi a ter responsabilidade muito cedo. Meus pais eram muito pobres e eu sempre fui uma pessoa que sempre me virei sozinho (comenta com orgulho). Com 8 anos de idade, comecei a praticar artes marciais, Karatê, com um japonês, o meu querido mestre, que eu devo tudo na vida a ele. O que eu sou e o que consegui, toda a minha filosofia de vida ele me ensinou. Na época, eu ainda morava na fazenda, quando ele praticamente me adotou, gostava tanto de mim que me ensinou tudo que ele sabia sem me cobrar nada, porque ele sabia que eu não teria condições de pagar, eu não podia pagar”.

“_ Já com 9 anos de idade, eu era motorista de caminhonete, puxava leite pro meu pai e isso eu fiz até os 12 anos. A fazenda ficava em Iracema, no Paraná, próximo de Campo Mourão, e nessa idade eu já era responsável pelo laticínio de lá. Aprendi a fazer todo tipo de queijo, me tornei um queijeiro de primeira. Hoje eu faço queijo parmesão, prato, mussarela, requeijão. Esse não é mais o meu negócio mas de vez em quando, quando uns amigos me pedem, é só trazer o leite que eu faço”.

“_ Bom, com 14 anos eu já dirigia o caminhão do próprio laticínio e fazia entrega dos queijos na região. Continuei nessa vida até os 18 anos. Com 16 anos meu pai me emancipou, teria feito isso mais cedo, mas não podia. Então quando fiz 18 anos me mudei pra Querence do Norte, também no Paraná e já dirigia caminhão 1519 (esse é o código das carretas) e junto com isso, era responsável por três academias, duas no Paraná e uma no Mato Grosso. Eu nunca parei com o Karatê, isso me fortalecia, pratiquei essa arte 16 anos, tenho número de registro e tudo na federação. Meu número acadêmico é 088 e eu pratiquei o Karatê participando de campeonato em Brasília e Curitiba até os 31 anos de idade, mas ainda pratico em casa, consegui montar uma mini academia pra mim. Meu mestre morreu, eu tinha mais ou menos uns 26 anos.”

“_ Depois, com 21 anos eu fiquei burro e casei – risos – não gosto nem de me lembrar, isso foi em 1984. Você deve olhar pra mim e imaginar que eu tenho uns 45 anos mais ou menos, né. Mas não, eu ainda sou novo, só tenho 39 anos. Só que a minha infância foi até o 6 anos de idade, e mesmo assim, muito sofrida. Eu não tive infância, minha vida era só trabalhar, é por isso que eu estou “acabado” (se referia a sua aparência). A minha mulher, era do Mato Grosso, eu a conheci por causa da academia, mas sempre vivi no Paraná. Assim, com vinte e um anos eu tinha 3 empregos, o laticínio, que era minha responsabilidade, parte das entregas com o caminhão e as academias. Isso durou até os 25 anos”.

“_ Com 29 anos, em 1992, eu me separei, e sozinho abri duas lanchonetes em Assis. Cuidava da cozinha e do balcão e com isso, aproveitei pra fazer um curso de culinária. Então, além de queijeiro, sou quase um mestre cuca, faço todos os tipos de peixes, carnes, lanches, pizzas, drinques, dos simples aos mais sofisticados (diz tudo isso com muito orgulho, apesar de reconhecer a vida difícil que teve). Toquei a lanchonete por 6 anos, e depois disso me tornei muambeiro e vim pra Marília. Agora vou pro Paraguai buscar muamba e revendo aqui no camelódromo. Tive sete pontos alugados antes de poder

comprar o meu. Em Assis já trabalhava com importados – todo tipo de brinquedos eletrônicos, porta-jóias, enfeites, etc. Por isso também me tornei guia turístico. Sou eu que organizo as excursões do terminal inteiro para o Paraguai e pra São Paulo. Conheço tudo lá”.

“_ Olha moça, quanta coisa eu já fiz na minha vida. Tudo que aprendi, foi por puro interesse mesmo, eu gosto disso, mas detesto estudar, eu tenho curso superior, sou formado em Administração de Empresas, me formei no Paraná, em Querence do Norte, só pra fazer o gosto do meu Pai. Depois que me formei, entreguei o diploma pra ele e disse, pronto, não era isso que o senhor queria, tá aqui”.

“_ Também em Assis, fiz um curso de técnico em eletrônica. Na verdade, foi só para ter o diploma porque eu já mexia e já conhecia tudo sobre eletrônica, que aprendi com alguns amigos. Hoje, também dou assistência aqui no terminal e no comércio pra alguns conhecidos. Na época em que freqüentava a academia, também fiz curso de massagem, senti necessidade disso, foi bom pro meu trabalho lá, por isso, também sou massagista”.

“_ Tenho dois filhos, eles estão com a mãe no mato Grosso. Aqui em Marília estou sozinho, mas estou acostumado com isso, foi assim a vida toda”.

Senhor A.C., nasceu em 1946 e hoje está com 56 anos de idade.

“_ Nasci no Paraná, mas logo com 1 ano de idade meus pais decidiram vir morar em Marília. Aí nós fomos trabalhar na roça. Desde criança trabalhava com os meus pais na lavoura de amendoim. Só tenho até o 4º do primário, sou filho de italianos e ali fiquei até os 14 anos de idade. Depois disso, em 1960 a gente foi pra São Paulo, pra ver se melhorava a condição, eu fiquei lá um ano e meio mais

ou menos. Lá eu trabalhava de cobrador de ônibus, mas depois de um tempo meu pai resolveu voltar pro Paraná pra trabalhar na lavoura de café.”

“_ Lá no Paraná, trabalhei com ele na roça até os 18 anos, e depois com 19 anos, em 1965, me casei e decidi sair de lá e voltar pra Marília de novo. Chegando aqui, consegui emprego na época, onde era a Antártica. Trabalhei lá até 1974, tinha 28 anos quando fiquei desempregado. Consegui arrumar emprego de garçom e trabalhei nisso de 1974 a 1982. A situação não estava boa, então eu decidi voltar pro Paraná com a minha esposa. Lá consegui montar uma lanchonete, que na verdade era um mini restaurante, tinha 6 jogos de mesa. Fiquei 10 anos com o restaurante e quando o trabalho começou a fracassar vendi tudo e voltei pra Marília. Nessa época eu já tinha 4 filhas mulher. Em 1992 comecei a trabalhar como camelô e estou aqui até hoje, e não pretendo sair daqui”.

Nesse instante, interrompe a entrevista pra atender um casal. Toda mercadoria que está na barraca, que ocupa um espaço relativo a duas bancas, vem do Paraguai. Por isso, quando a cliente pede que ele faça um desconto, para que ela possa levar as duas sombrinhas que custam R\$ 15 reais cada uma, por R\$ 20,00 as duas, o senhor A. comenta que não é possível dar desconto, por causa do dólar. Afirma que a sombrinha, nem deveria mais custar os R\$ 15,00 reais, e que já estava tendo prejuízo.

Quando voltou a dar entrevista, afirmou, que atualmente, precisa de R\$ 400,00 para comprar \$ 100 dólares, e que por isso, as coisas aqui no Brasil precisam mudar.

“_ È, esse ano, eu voto no vermelho. Quem sabe não muda alguma coisa né!”.

“_ A minha primeira banca, foi na 9 de julho, depois é que eu consegui comprar essa aqui. Eu tenho uma filha que trabalha comigo, e a outra, que é casada é

dona da barraca ao lado. Essa que trabalha comigo, anda meio triste, ela não quer mais ficar aqui e tá certa. Mas essa menina já fez uma porção de curso, não tem faculdade porque nós não temos condições. Você vê, ela tem experiência, porque a loja aqui, está no nome dela, ela administra aqui muito bem. Já mandou um monte de currículo pra todo lugar, mas não consegue nada”.

“_ Eu estava assistindo ontem, no horário eleitoral, uma deputada que disse exatamente sobre esse problema. O governo deveria ser obrigado a dar faculdade de graça pra quem não pode pagar. Eu já vi muita gente com curso superior que não consegue serviço, porque as coisas estão muito difíceis, mas imagine só, pra quem não tem. Como é que vai viver? Eu mesmo, se eu quisesse vender aqui, pra procurar um emprego, eu não encontro de jeito nenhum. Primeiro porque eu não tenho estudo, fiz até a 4º. ano, segundo porque eu tenho 56 anos de idade, não sirvo mais pra nada. É a situação não está fácil, mesmo. Tomara que com essas eleições mude alguma coisa”.

“_ Você vê, eu pago escola particular pro meu neto. Ele está na primeira série e estuda lá no Cristo Rei, mas só a mensalidade é R\$ 260,00. Não sei até quando eu vou agüentar. O preço é alto demais, a escola é boa mas, fazer o quê? Eu não agüento mais. É uma pena”.

.....

Neste dia, os trabalhadores no camelódromo estavam bastante alvoroçados, pois a polícia fazia a ronda para apanhar todos os CDs piratas ali vendidos. Há bem pouco tempo, os policiais fizeram “batida”, (dia 12/09/2002), mas segundo o camelô J. C., “da primeira vez não levaram muita coisa, o pessoal estava esperto. Eu sabia que eles voltariam, principalmente porque está perto do dia das crianças, as vendas aumentam, e aí eles vem”.

Alguns trabalhadores perderam muito dinheiro e estavam desanimados, os colegas mais conformados com a situação, como a Sr^a I., alertava: “eles sabem do perigo que estavam correndo, sabem que isso pode acontecer a qualquer momento, mas pagam pra ver, né”.

Já o entrevistador deste dia, o senhor AD. exclama: “Hoje em dia, nem o direito de trabalhar a gente tem mais, ninguém rouba aqui, todo mundo trabalha”.

Antes de iniciar a entrevista com o Sr. AD, tentei entrevistar uma senhora, por volta dos 50 anos, que vende roupas que vai buscar em São Paulo. Em conversas informais anteriores, comentou que parte da sua família morava em Pompéia, e que tinha um irmão carteiro. Ao tentar formalizar a entrevista, a senhora se recusou com a seguinte explicação: “Esta vendo isso que estou fazendo agora (estava montando pacotes pra presentes) só penso nisso agora. Evito pensar no passado, não gosto nem de lembrar o que já passei, vivo o hoje, o agora, o ontem não existe e o amanhã, sei lá. Me desculpe, um bom trabalho pra você”.

O entrevistado deste dia é o Senhor AD., que nasceu no Paraná em 1957, possui hoje 45 anos de idade e possui uma banca de relógios de pulso.

“_Eu nasci no Paraná, e com 7 anos de idade já trabalhava na roça de café com meus pais. Trabalhei lá até os 16 anos, depois, por causa da geada eu resolvi deixar a roça e ir pra São Paulo. Isso foi em 1974. Aí eu já estava casado fui eu e a mulher pra lá, só. Fui morar em Osasco, e no primeiro ano, em 1975, comecei trabalhando como servente de pedreiro, era menor de idade, e não conseguia arrumar serviço”.

“_Depois, de 1976 a 1990 eu trabalhei em fábrica, só que eu fiquei em Osasco até 1982 e depois eu fui pra Campinas. Eu comecei em 76 na Metalúrgica,



trabalhei 5 anos ali. Era montagem pesada. Não fiz curso nenhum nessa época, a própria fábrica dava todo tipo de curso de montagem para os funcionários. Naquela época era diferente, as fábricas davam os cursos, hoje cada um tem que se virar. A empresa se chamava Ercos Caldeiraria”.

“_Depois, trabalhei dois anos numa fábrica de plásticos, Goiana Plásticos. Eu era operador de máquinas, trabalhava com a injetora de plásticos. Hoje, pelos meus conhecimentos, a fábrica fechou e sumiu de lá, não sei nem pra onde foi, mas era muito grande, tinham três mil pessoas que trabalhavam lá. Eu saí de lá antes dela fechar.”

“_Nessa época, eu fiz um curso numa escola particular de mecânica de carro da Volkswagen. Não adiantou muita coisa porque eu não exerci. Eu me engrenei na metalúrgica e o curso ficou perdido. Pra você fazer algum curso, tem que trabalhar na área se não perde tudo. Com 24 anos eu fui pra Campinas, e trabalhei três anos numa fábrica de curtume, preparação de couro. Fiquei lá até 1985. Depois de 1985 a 1990 eu trabalhei na COBRASMA, era uma metalúrgica em Campinas, mas faliu e depois disso eu não consegui mais emprego”.

“_Lá mesmo em Campinas eu comecei como camelô, lá é melhor que aqui, porquê não fica todo mundo junto no mesmo lugar, lá o pessoal fica mais espalhado. Lá tem mil e quinhentos camelôs, acho que depois de São Paulo, Campinas é o segundo lugar que mais tem camelô. Em São Paulo, nossa senhora, a gente perde de vista a quantidade. Lá também é melhor pra trabalhar porque corre mais dinheiro, tem mais indústrias, o comércio é maior, mais a violência também é pior. Aqui a cidade tem pouca indústria e eu tenho certeza que deve ser muito ruim arrumar emprego aqui”.

“_Também depois de vinte anos eu me separei, aí vim pra Marília com meu filho, de 19 anos e minhas duas meninas, uma de 13 anos e outra, a mais velha

de 22 anos ficaram com a mãe em Campinas. O menino trabalha aqui comigo, estudou até o ano passado, fez a 8ª. série e parou, mas o ano que vem vai voltar a estudar. Estou em Marília desde dezembro do ano passado. Já tinha conhecidos aqui no camelódromo e consegui fácil a banca, ela é minha mesmo”.

“_ Olha, eu não dependo mais de emprego, não procuro mais serviço, mas eu vou te falar a verdade, pra quem precisa de emprego, aqui em Marília é péssimo, muito ruim mesmo. Pelos meus conhecimentos, já vi muito empresa fechada, falindo aqui. Assim é muito ruim, se não tem empresas as pessoas não tem como trabalhar, falta empresas aqui”.

“_ Eu faço minhas compras mais no Paraguai, só de vez em quando eu vou em São Paulo. Deus me livre, lá já as 6 horas da manhã, na 25 de Março, você não consegue mais andar, de tão cheio de gente. Sabe, pra quem é aposentado, ou não depende de serviço pra viver, o interior é bom, cansei de ver tragédia em São Paulo, coisas horríveis, morte e tudo”.

“_ Eu só estudei até a 5ª. série, trabalhava muito. Agora mesmo, com essa alta do dólar eu to levando prejuízo. Esses relógios que você está vendo, eu estava vendendo a R\$10,00, esse preço, é de dezembro do ano passado. O preço real mesmo já dobrou, mas eu não posso repassar o preço, por causa da concorrência aqui, os outros não sobem o preço, então eu também não posso subir, senão eu não vendo. Tá difícil viu!”.



